



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ANTONIA CATARINA FERREIRA BOBÔ

ENTRE CASAS E HISTÓRIAS:
INVENTÁRIO DAS TÉCNICAS CONSTRUTIVAS E TIPOLOGIAS
RESIDENCIAIS DO SÍTIO LAGOA DE DENTRO - DOUTOR SEVERIANO/RN

PAU DOS FERROS

2025

ANTONIA CATARINA FERREIRA BOBÔ

ENTRE CASAS E HISTÓRIAS:
INVENTÁRIO DAS TÉCNICAS CONSTRUTIVAS E TIPOLOGIAS
RESIDENCIAIS DO SÍTIO LAGOA DE DENTRO - DOUTOR SEVERIANO/RN

Monografia apresentada a Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como
requisito para obtenção do título de
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Gabriel Leopoldino Paulo de
Medeiros, Prof. Dr.

PAU DOS FERROS

2025

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

B663e Bobô, Antonia Catarina Ferreira.
Entre casas e histórias: Inventário das técnicas construtivas e tipologias residenciais do Sítio Lagoa de Dentro - Doutor Severiano/RN / Antonia Catarina Ferreira Bobô. - 2025.
193 f. : il.

Orientador: Gabriel Leopoldino Paulo de Medeiros.
Monografia (graduação) - Universidade Federal Rural do Semi-árido, Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2025.

1. Arquitetura vernacular. 2. Técnicas construtivas tradicionais. 3. Tipologias. I. Medeiros, Gabriel Leopoldino Paulo de, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Biblioteca Campus Pau dos Ferros
Bibliotecária: Erlanda Maria Lopes da Silva
CRB: 15/966

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

ANTONIA CATARINA FERREIRA BOBÔ

ENTRE CASAS E HISTÓRIAS:
INVENTÁRIO DAS TÉCNICAS CONSTRUTIVAS E TIPOLOGIAS
RESIDENCIAIS DO SÍTIO LAGOA DE DENTRO - DOUTOR SEVERIANO/RN

Monografia apresentada a Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como
requisito para obtenção do título de
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Defendida em: 15 / 12 / 2025.

BANCA EXAMINADORA

Gabriel Leopoldino Paulo de Medeiros, Prof. Dr. (UFERSA)
Presidente

Anna Cristina Andrade Ferreira, Prof. Dr. (UFERSA)
Membro Examinador Interno

Luiz Antonio Ferreira Soares. (UFERSA)
Membro Examinador Interno

DEDICATÓRIA

*Ao meu pai,
que, através do seu ofício de pedreiro,
desempenhado com dedicação e
dignidade despertou em mim as
primeiras sementes do olhar
arquitetônico. Nele busquei inspiração
para este tema, totalmente ligado à sua
história.*

*Agradeço pela ajuda generosa e pelas
contribuições que ofereceu durante a
construção deste trabalho. Este TCC
carrega muito do que aprendi com você:
respeito pelas raízes, a diferença entre
lar e casa, simplicidade e amor pelo que
se faz.*

*À minha mãe,
que diariamente me mostra, através do seu
exemplo, a não desistir, e enfrentar tudo com
coragem e boa vontade.*

*Agradeço pelas contribuições preciosas,
pelo tempo dedicado a este TCC e por ter me
revelado, desde cedo, a riqueza cultural e
religiosa que carregamos, enriquecendo
este tema e me ensinando a valorizá-lo. O
seu entusiasmo me deu fôlego para
continuar.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha direção e amparo, e à Nossa Senhora da Imaculada Conceição, por sempre trazer meu olhar de volta ao céu. Por ter sido minha mãezinha espiritual nesta cidade, fortalecendo ainda mais minha fé ao longo desta caminhada.

À minha família, aos meus irmãos e irmãs, em especial às minhas irmãs, que mesmo de longe me oferecem força, apoio e conselhos para que eu seguisse firme e lutasse por este sonho. Sabemos de onde viemos, e por isso esta conquista é imensurável.

Às minhas “mães de PDF”: tia Carmoza, que me acolheu no início desta jornada, e Josetina Vidal, que me deu todo o suporte nesses últimos quatro anos. A elas, todo o meu amor e gratidão.

À minha banda, que não apenas me proporcionou os meios para me sustentar na cidade durante esta jornada, mas também demonstrou compreensão e flexibilidade, acolhendo meus momentos de ausência. Obrigada por entender que, em diversos momentos, precisei colocar um sonho em pausa para conseguir realizar este.

À minha comunidade de Lagoa de Dentro, a todos os moradores e proprietários das casas inventariadas, por me receberem com carinho e abertura. Aos entrevistados, pela disponibilidade, pela atenção e pela riqueza das informações compartilhadas, fundamentais para a construção deste estudo.

Ao meu orientador, Gabriel Leopoldino, e à Banca Examinadora, composta pelos queridos professores Anna Cristina e Luiz Antônio, pelas valiosas contribuições e pela atenção dedicada a este trabalho.

Agradeço ainda ao Frei Gilson, que, por meio de seus vídeos e palavras, fez-se presente no meu dia a dia. Em momentos difíceis, suas mensagens fortaleceram minha fé, renovaram minhas forças e me ajudaram a seguir adiante nesta jornada desafiadora.

“Morar constitui uma necessidade básica do homem. Ao construir a habitação, ele lhe imprime o próprio padrão econômico e sua condição socio-cultural, utilizando, geralmente, o material fornecido pela natureza que o cerca, de acordo com as técnicas que ele domina.”
(Costa; Mesquita, 1978, p.9).

RESUMO

A relação entre o homem e a natureza originou formas de construir adaptadas ao meio e à cultura local, consolidando a arquitetura vernacular como expressão de identidade, tradição e saber coletivo. No contexto rural nordestino, essa arquitetura ainda se mantém como expressão de resistência, embora venha sendo gradualmente substituída por técnicas padronizadas, resultando na perda de um valioso patrimônio cultural, material e imaterial. Diante desse cenário, este trabalho aborda a arquitetura vernacular rural como parte integrante da memória coletiva que necessita ser reconhecida, valorizada e preservada. O estudo, através da metodologia de inventário, tem como objetivo registrar as técnicas construtivas tradicionais e as tipologias das residências da comunidade de Lagoa de Dentro, localizada na zona rural do município de Doutor Severiano, no Rio Grande do Norte, a aproximadamente 415 km da capital Natal. A pesquisa foi desenvolvida em três etapas: fundamentação teórica sobre tipologias e técnicas construtivas rurais nordestinas; pesquisa de campo com observação e entrevistas a moradores e artífices; e inventário de dez residências representativas da tipologia tradicional da comunidade. Os resultados mostram que a arquitetura de terra predominou na formação da comunidade, com destaque para a taipa de mão, o adobe e o tijolo maciço cozido, sendo a alvenaria mista (adobe e tijolo cozido) a mais frequente. Entre as tipologias, a Casa Sótão foi a mais representativa na década de 1950, enquanto a Casa Linear, derivada desse modelo, tornou-se predominante após a década de 1960. As Casas Simples, por sua vez, foram importantes nas primeiras construções, sobretudo na década de 1940. Com as informações, foi possível compreender as relações entre o modo de viver e construir da comunidade, evidenciando processos de transmissão de saberes e os valores culturais associados à moradia vernacular.

Palavras-chave: arquitetura vernacular; técnicas construtivas tradicionais; tipologias.

ABSTRACT

The relation between man and nature gave rise to building methods adapted to the environment and local culture, consolidating vernacular architecture as an expression of identity, tradition, and collective knowledge. In the rural context of Northeastern Brazil, this architecture remains a form of cultural resistance, although it has been gradually replaced by standardized and urban construction techniques, leading to the loss of valuable tangible and intangible cultural heritage. In this context, this study addresses rural vernacular architecture as an integral part of collective memory that must be recognized, valued, and preserved. The study, using inventory methodology, aims to record the traditional construction techniques and typologies of residences in the community of Lagoa de Dentro, located in the rural area of the municipality of Doutor Severiano, Rio Grande do Norte, approximately 415 km from the state capital, Natal. The study was developed in three stages: a theoretical revision about rural Northeastern typologies and construction techniques; field research involving observation and interviews with residents and craftsmen; and an inventory of ten houses representative of the community's traditional typology. The results show that earthen architecture predominated in the formation of the community, with emphasis on rammed earth, adobe, and solid fired brick, with mixed masonry (adobe and fired brick) being the most frequent. Among the typologies, the Attic House was the most representative in the 1950s, while the Linear House, derived from this model, became predominant after the 1960s. Simple Houses, in turn, were important in the first constructions, especially in the 1940s. The findings made it possible to understand the relationships between the community's way of living and building, highlighting the transmission of knowledge and the cultural values associated with vernacular housing.

Keywords: vernacular architecture; traditional construction techniques; typologies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Residências tradicionais utilizando o barro: Taipa de mão e adobe.	36
Figura 2 – Construção de residências com técnicas construtivas tradicionais e uso de materiais disponíveis localmente.	36
Figura 3 – Residência rural em reforma, 2025, Sítio Lagoa de Dentro-RN.	37
Figura 4 – Taipa: habitação de negros escravizados - Obra de Johann Moritz Rugendas, 1835 (à esquerda); Casagrande de taipa XVII - Obra de Frans Post, 1665 (à direita).	39
Figura 5 – Taipa de pilão.	40
Figura 6 – Execução de taipa de pilão.	41
Figura 7 – Processo de moldagem dos adobes.	42
Figura 8 – Estrutura da madeira do pau-a-pique.	43
Figura 9 – Ruínas do Castelo de Duarte Coelho, em pormenor da obra do pintor Frans Post (c. 1650).	45
Figura 10 – Canjicado.	46
Figura 11 – Aparelho de cantaria e aparelho misto de cantaria e alvenaria de pedra. ...	47
Figura 12 – Construção de alpendre com justaposição de materiais industriais sob os tradicionais.	51
Figura 13 – Residências reformadas, Sítio Lagoa de dentro – RN, 2025.	52
Figura 14 – Lagoa que deu origem ao nome da comunidade.	56
Figura 15 – Fogão a lenha (à esquerda); Pilha de lenha para abastecimento (à direita), Sítio Lagoa de Dentro – RN, 2025.	57
Figura 16 – Açude do Sítio fazenda.	57
Figura 17 – Cisterna tradicional (à esquerda); Cisterna tipo calçadão (à direita), Sítio Lagoa de Dentro – RN, 2025.	58
Figura 18 – Escola Municipal José Augusto da Silva, Sítio Lagoa de Dentro – RN, 2025.	59
Figura 19 – Linha do tempo do desenvolvimento da comunidade.	60
Figura 20 – Mapa de perfil socioeconômico do município de 1999 (IDEMA) - Registro da nomenclatura “Fazenda”.	62
Figura 21 – Pedra pontiaguda - Marco físico da divisão territorial entre São Miguel e Doutor Severiano na comunidade de Lagoa de Dentro.	64

Figura 22 – Feira livre de São Miguel – RN, 2023.	66
Figura 23 – Registro de casamento (1996) e batizado (1975) de moradores da comunidade realizado na Igreja Matriz de São Miguel Arcanjo.	67
Figura 24 – Missões de Frei Damião na cidade São Miguel/RN nas décadas de 1950 e 1960.	68
Figura 25 – Novena campal de São Miguel Arcanjo Miguel, São Miguel-RN, década de 1940.	68
Figura 26 – Novena campal e Procissão em honra a São Miguel Arcanjo, São Miguel-RN, 2024.....	69
Figura 27 – Igreja Batista, Sítio Fazenda-RN, 2025.....	70
Figura 28 – Capela do sagrado Coração de Jesus, Lagoa de Dentro - RN, 2025.....	71
Figura 29 – Arraiá da Madrinha Adélia.....	72
Figura 30 – Jantar à luz de lamparinas (à esquerda); Noite de tertúlia que seguia após o jantar (à direita), Sítio Lagoa de Dentro - RN, 1977.	73
Figura 31 – Benzedeira Maria da Conceição Lopes (à esquerda); Parteira Maria de Assis almeida (à direita).	74
Figura 32 – Colheita de Feijão (à esquerda); Plantação de milho (à direita), Sítio Lagoa de Dentro – RN.....	75
Figura 33 – Criação de bovinos, caprinos e suínos, Lagoa de Dentro – RN, 2025.....	76
Figura 34 – Sacas de algodão empilhadas em processo de comercialização, São Miguel – RN, década de 1940 e 1950.	77
Figura 35 – Plantação e colheita da palmatória, Lagoa de Dentro – RN, 2025.	77
Figura 36 – Casa de farinha, Sítio fazenda, 2025.....	79
Figura 37 – Tanque de aparar a massa de servir (à esquerda); Prensador (à direita), casa de farinha, Sítio Fazenda, 2025.	80
Figura 38 – Farinhada na casa de farinha do Sítio Torrões, São Miguel-RN, 1976.....	81
Figura 39 – Etapa de peneirar a goma, casa de farinha de Raimundo Marques, Sítio Lagoa de Dentro – RN, 1985.....	82
Figura 40 – Bodega, Sítio Lagoa de Dentro – RN, 2025.	84
Figura 41– Matadouro comercial, Sítio lagoa de Dentro – RN, 2025.....	85
Figura 42 – Foice (à esquerda); e enxada (à direita).	88
Figura 43 – Alvenaria de taipa de mão, 2025.....	89
Figura 44 – Estrutura da alvenaria de taipa de mão.	90
Figura 45 – Processo de tapagem da casa de taipa.	91

Figura 46 – Organização do terreno.	92
Figura 47 – Preparo do barro.	93
Figura 48 – Processo de moldagem do barro.	94
Figura 49 – Montagem da caieira.	96
Figura 50 – Tijolos encarvoados na queima da caieira.	97
Figura 51 – Tijolos pós queima na caieira.	98
Figura 52 – Alvenaria de tijolo dobrado.	100
Figura 53 – Estrutura de madeira do telhado.	102
Figura 54 – Processos da madeira com Serrote e enxó.	103
Figura 55 – Moldagem do barro na grade trapezoidal.	104
Figura 56 – Moldagem telha utilizando o cágd.	104
Figura 57 – Piso de chão batido.	105
Figura 58 – Piso de cimento queimado verde e vermelho.	106
Figura 59 – Esquadrias em ficha.	107
Figura 60 – Verga de madeira horizontal sobre abertura.	107
Figura 61 – Abertura em arco.	108
Figura 62 – Telhado de duas águas com cumeeira perpendicular a via/Fachada em residências tradicionais da comunidade: Casa de taipa; casa de alvenaria mista - adobe e tijolo maciço sem reboco e com reboco.	110
Figura 63 – Residências com fachada lateral principal.	111
Figura 64 – Inserção de alpendres nas residências reformadas.	112
Figura 65 – Primeira residência construída com cobertura de quatro águas na comunidade.	113
Figura 66 – Padrão de organização das esquadrias na fachada frontal (porta centralizada entre duas janelas alinhadas).	114
Figura 67 – Variações das posições das esquadrias na fachada frontal.	115
Figura 68 – Banheiros em anexo externo a casa.	116
Figura 69 – Residências com armazéns em anexo lateral.	116
Figura 70 – Planta casa de um vão.	118
Figura 71 – Planta casa de dois vãos.	119
Figura 72 – Casa de três vãos - Tipo de planta 1.	120
Figura 73 – Casa de três vãos - Tipo de planta 2.	120
Figura 74 – Planta de três vãos casa com sótão.	121
Figura 75 – Corredor com Sótão.	122

Figura 76 – Janelas de acesso ao sótão; e gaveta do caixão.	123
Figura 77 – Caritó; Tornos de madeira.	123
Figura 78 – Casa com sótão com estrutura do caixão preservada – Casa 1, 2 e 10.	130
Figura 79 – Casa com Sótão com estrutura do caixão ausente; sótão com estrutura parcial da madeira do caixão – Casa 3 e 7.	132
Figura 80 – Tipo A - Casas simples – Casa 5, 6 e 9.	133
Figura 81 – Casa Linear e planta baixa – Casa 8.	134
Figura 82 – Casa Linear e planta baixa – Casa 4.	135
Figura 83 – Edificações utilizadas como depósito/armazém.	136
Figura 84 – Alvenarias com revestimento de Barro - branco e Argamassa de cal e areia.	141
Figura 85 – Uso do Revestimento cerâmico/ladrilho na alvenaria.	142
Figura 86 – Edificação com alvenaria em estado precário.	144
Figura 87 – Tipos de esquadrias presentes nas edificações inventariadas.	145
Figura 88 – Tipos pisos presentes nas edificações inventariadas.	147
Figura 89 – Telha cerâmica artesanal encontrada na cobertura da casa 4.	148
Figura 90 – Cobertura com estrutura de madeira natural.	149

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Áreas (m ²) das edificações inventariadas.	138
Gráfico 2 – Distribuição das técnicas construtivas das edificações inventariadas.	140
Gráfico 3 – Distribuição das técnicas de revestimento nas edificações inventariadas.	140
Gráfico 4 – Distribuição dos tipos de esquadria das edificações inventariadas.	144
Gráfico 5 – Distribuição dos tipos de pisos das edificações inventariadas.	146
Gráfico 6 – Distribuição do tipo de telha da cobertura das edificações inventariadas.	148
Gráfico 7 – Distribuição do tipo de madeira da estrutura da cobertura das edificações inventariadas.	149

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da Comunidade de Lagoa de Dentro.....	23
Mapa 2 – Localização das edificações no Sítio Lagoa de Dentro.	27
Mapa 3 – Área de estudo em relação ao Sítio fazenda e fronteira com São Miguel.....	61
Mapa 4 – Delimitação da área de estudo e edificações inventariadas.....	65
Mapa 5 – Localização dos espaços de produção e comercialização rural da comunidade - Casas de farinha, matadouro, bodegas.	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Critérios de classificação: Tipo A - Casa simples.	124
Tabela 2 – Critérios de classificação: Tipo B - Casa linear.....	125
Tabela 3 – Critérios de classificação: Tipo C - Casa com sótão.	125
Tabela 4 – Síntese dos critérios de classificação tipológica.	126
Tabela 5 – Distribuição tipológica.....	130
Tabela 6 – Distribuição temporal	136
Tabela 7 – Medidas Gerais das Edificações por Década e Tipologia.	139
Tabela 8 – Espessura média das paredes das edificações inventariadas.	143

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FJA	Fundação José Augusto
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
NBR	Norma Brasileira Regulamentadora
PNPI	Programa Nacional do patrimônio Imaterial
RPV	Registro do Patrimônio Vivo
RN	Rio Grande do Norte
SUCAM	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
TELERN	Telecomunicações do Rio Grande do Norte
WGS 84	World Geodetic System 1984 (Sistema Geodésico Mundial de 1984)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 FUNDAMENTOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A VALORIZAÇÃO DA ARQUITETURA VERNACULAR RURAL.....	29
2.1 Patrimônio Cultural: Material e Imaterial	29
2.2 Paisagem cultural e memória coletiva nos contextos rurais	32
2.3 A Arquitetura vernacular rural: Identidade, Técnica e Cultura.....	34
2.4 Técnicas construtivas tradicionais no Nordeste.....	37
2.4.1 Arquitetura de terra.....	38
2.4.1.1 Taipa de pilão	40
2.4.1.2 Adobe	41
2.4.1.3 Taipa de mão ou Pau a pique.....	42
2.4.2 Alvenaria de pedra.....	44
2.4.2.1 Canjicado.....	46
2.4.2.1 Cantaria.....	46
2.4.3 Alvenaria de tijolo maciço cozido	47
2.6 A descaracterização das arquiteturas rurais frente à modernização	49
3 A COMUNIDADE LAGOA DE DENTRO	55
3.1 Origem e Histórico do desenvolvimento da comunidade.....	55
3.2 Relação entre o Sítio Fazenda e o Sítio Lagoa de Dentro	60
3.3 A fronteira entre Doutor Severiano e São Miguel: Divergência entre limite administrativo e pertencimento.....	63
3.4 Aspectos sociais, culturais e econômicos.....	69
3.4.1 As casas de Farinha	79
3.4.2 As Bodegas.....	83
3.4.3 O matadouro comercial	84
4 TECNICAS CONSTRUTIVAS TRADICIONAIS E TIPOLOGIAS EMPREGADAS NAS RESIDÊNCIAS DO SÍTIO LAGOA DE DENTRO	86
4.1 Técnicas construtivas tradicionais utilizadas.....	87
4.1.2 Casa de Taipa de mão	89
4.1.3 Casa de alvenaria mista - Adobe (tijolo cru) e tijolo maciço cozido.....	91

4.1.4 Os Telhados	101
4.1.5 Os Pisos	105
4.1.6 As esquadrias e aberturas	106
4.2 Tipologias residenciais predominantes.....	108
4.2.1 Características gerais das edificações	109
4.2.2 Arranjos espaciais e variações de plantas.....	117
4.2.3 Categorias tipológicas e critérios de classificação	124
5 INVENTÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DAS RESIDENCIAS DO SÍTIO LAGOA DE DENTRO COMO PATRIMÔNIO EDIFICADO DA COMUNIDADE.....	128
5.1 Caracterização geral das edificações inventariadas	129
5.1.1 Distribuição tipológica	129
5.1.2 Década de construção	136
5.1.3 Medidas gerais.....	137
5.2 Técnicas construtivas empregadas nas edificações inventariadas	139
5.2.1 Esquadrias.....	144
5.2.1 Pisos.....	145
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
REFERÊNCIAS	155
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MESTRES ARTÍFICES DO SÍTIO LAGOA DE DENTRO.....	163
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADORES MAIS ANTIGOS DO SÍTIO LAGOA DE DENTRO	165
APÊNDICE C – MAPA 4 – DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E EDIFICAÇÕES INVENTARIADAS.....	166
APÊNDICE D – MAPA 5 – LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO RURAL DA COMUNIDADE - CASAS DE FARINHA, MATADOURO, BODEGAS.	167
APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE	168
APÊNDICE F – MODELO DE FICHA DO INVENTÁRIO	170
APÊNDICE G – FICHAS DE INVENTÁRIO PREENCHIDAS	172
APÊNDICE H – ACESSO AOS MAPAS.....	192
ANEXO A - MAPA DO MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO 1999 – IDEMA	193

ANEXO B - MAPA DO MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO, 2021, IBGE. ADPTADO PELA AUTORA, 2025.	194
ANEXO C – MAPA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO, 2021, IBGE. ADPATADO PELA AUTORA, 2025.	195

1 INTRODUÇÃO

A interação histórica entre grupos humanos e seus ambientes resultou no desenvolvimento de técnicas construtivas ajustadas às condições naturais e às práticas socioculturais de cada contexto. Nesse processo, as moradias vernaculares se consolidaram como expressões materiais de identidade coletiva, fundamentadas em saberes empíricos transmitidos entre gerações. Tais soluções arquitetônicas refletem, simultaneamente, as características do meio físico e a organização social das comunidades, constituindo sistemas construtivos que se moldam ao clima, aos recursos disponíveis e às dinâmicas culturais locais.

No Brasil, um exemplo significativo dessa relação aparece na arquitetura vernacular rural, caracterizada pelo uso de técnicas simples, como a taipa de mão e o adobe, materiais locais, como barro, madeira, pedra e palha, e soluções construtivas adaptadas ao clima local. Para Teixeira (2024), a principal característica da arquitetura vernacular é seu caráter tradicional. Desse modo, a forma arquitetônica típica de um povo surge e se desenvolve a partir de um processo contínuo ao longo do tempo, muitas vezes atravessando séculos. Elas se baseiam em modelos já conhecidos e consolidados pelas gerações anteriores, refletindo a experiência coletiva de um povo e sua adaptação ao meio em que vive.

Antes da Revolução Industrial essa arquitetura predominava baseada em saberes orais, moldada por necessidades práticas e pelo entendimento intuitivo do ambiente, resultando em construções com identidade própria, integradas ao entorno e adaptadas às condições naturais e socioculturais locais. Assim, Reis Filho (2006, p.44) afirma que “as transformações socioeconômicas e tecnológicas as quais passaria a sociedade durante a segunda metade do século XIX iriam provocar o desprestígio dos velhos hábitos de construir e habitar”. Esse avanço da industrialização resultou num progressivo abandono das práticas tradicionais e no consequente enfraquecimento das arquiteturas vernaculares.

A partir do século XVIII, com a Revolução Industrial na Europa e seus reflexos nos séculos XIX e XX, surgiram novos materiais como o ferro, o cimento e, posteriormente, o concreto armado, além da mecanização dos processos construtivos. Esse movimento promoveu uma ruptura no modo tradicional de construir, substituindo progressivamente a produção artesanal por processos industrializados e padronizados.

No Brasil, essa transformação se intensificou ao longo do século XX, especialmente com o crescimento urbano e as políticas habitacionais de viés modernizante. Segundo Figueiredo (2014, p.1) “a modernidade que se consolida no século XX expõe ao risco e ao desuso algumas técnicas construtivas tradicionais, sendo um iminente sintoma para a desvalorização do patrimônio construído”.

Apesar disso, as zonas rurais, especificamente na região Nordeste, mantiveram por mais tempo a aplicação das técnicas construtivas ancestrais, tanto por limitações de acesso a materiais industrializados quanto pela força da tradição cultural. No contexto nordestino, a arquitetura rural vernacular é um testemunho da criatividade popular frente às adversidades, sendo um patrimônio que traduz resistência, pertencimento e adaptação ao meio.

No entanto, apesar da resistência, observa-se uma gradual substituição dessas técnicas construtivas tradicionais nas áreas rurais nordestinas na contemporaneidade, por soluções padronizadas, muitas vezes alheias às realidades socioculturais e ambientais dessas comunidades rurais. Essa perda não representa apenas a extinção de técnicas construtivas, mas a erosão de um patrimônio cultural valioso, tanto material quanto imaterial.

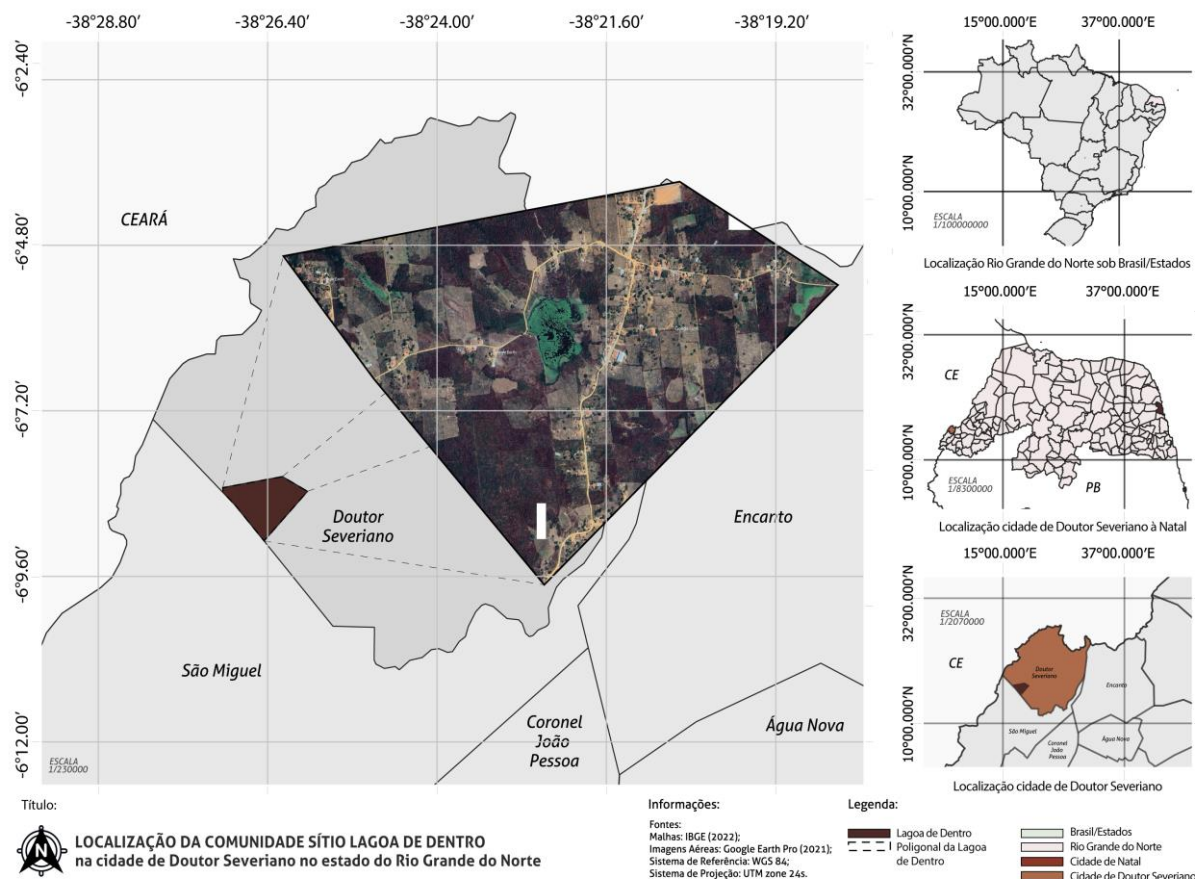
O patrimônio construído vernáculo possui um valor significativo por representar de forma autêntica a cultura de uma comunidade e sua relação direta com o território em que vive. Além de refletir os modos de vida locais, ele contribui para a preservação da diversidade cultural no mundo, sendo reconhecido como um elemento vital da identidade coletiva e da memória social dos povos (Lopes; Correia, 1999).

Diante desse cenário, o trabalho busca compreender as tipologias e as técnicas construtivas tradicionais das residências da comunidade de Lagoa de Dentro, situada na zona rural do município de Doutor Severiano, que possui população estimada de 7.068 habitantes (Ibge, 2021), no interior do estado do Rio Grande do Norte, a aproximadamente 415 quilômetros de Natal, capital do estado. Nessa comunidade, que possui cerca de 720 habitantes¹, ainda se observam práticas construtivas tradicionais, mesmo em meio às pressões decorrentes da modernização. A proposta contempla o

¹ O dado populacional mencionado não consta nos registros oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A informação foi fornecida por uma agente de saúde atuante na comunidade, e abrange não só o Sítio Lagoa de Dentro mais também o Sítio Fazenda, por ambos integrarem sua área de cobertura profissional.

reconhecimento da arquitetura rural dessa comunidade como parte integrante de sua memória coletiva, cuja valorização e salvaguarda se mostram relevantes.

Mapa 1 – Localização da Comunidade de Lagoa de Dentro.



Fonte: Adaptado do IBGE (2022).

A comunidade rural de Lagoa de Dentro, não possui delimitação formal ou registrada em bases oficiais como no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A área de estudo foi delimitada com base em relatos dos moradores, referências locais e observação de imagens de satélite. O único limite definido administrativamente é do município de Doutor Severiano com o município de São Miguel, ao sul. Os demais limites são aproximados e baseados na identificação oral dos moradores com a localidade.

A ligação com o município de Doutor Severiano, ao qual a comunidade está administrativamente vinculada, estabelece-se de maneira mais expressiva nos campos político, educacional e cultural. No entanto, quando se trata das dimensões religiosa e econômica, a comunidade mantém uma relação mais estreita com o município de São Miguel. Isso ocorre porque, na dinâmica regional, São Miguel possui maior

representatividade nesses setores, consolidando-se como referência para as populações das comunidades rurais próximas.

A pesquisa justifica-se na escassez de registros públicos, acadêmicos e técnicos sobre a comunidade em questão, o que evidencia um apagamento de sua existência nos âmbitos urbano, social e científico. Tal invisibilidade compromete a preservação da história, da cultura local e das técnicas construtivas tradicionais, resultando na perda da identidade arquitetônica dessa localidade. A importância deste trabalho também se evidencia na necessidade de registrar as residências da comunidade que constituem exemplares da arquitetura vernacular rural, sobretudo diante das modificações gradativas decorrentes da modernização. Além disso, o estudo poderá servir como referência para pesquisas sobre outras edificações rurais no contexto nordestino.

Também se apoia no vínculo afetivo da autora com a área de estudo, sendo esta comunidade rural o seu local de crescimento, onde residiu parte de sua vida. A vivência na localidade, a permitiu observar diretamente as dinâmicas sociais relacionadas às construções das residências e com o passar do tempo, a gradual substituição das técnicas tradicionais construtivas locais, por métodos padronizados que por vezes, não dialogam com a realidade rural. Assim, o objetivo geral deste trabalho se configura na necessidade de registrar as técnicas construtivas tradicionais e as tipologias das residências da comunidade de Lagoa de Dentro, a partir da metodologia de inventário. Para alcançar esse propósito, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. **Conhecer** as tipologias e técnicas construtivas tradicionais recorrentes na arquitetura das comunidades rurais do Nordeste.
2. **Entender** os saberes populares e o modo de fazer, relacionado às técnicas tradicionais construtivas, enquanto valores culturais associados à comunidade de Lagoa de Dentro.
3. **Levantar** as características físicas, sociais e culturais da área de estudo buscando conhecer sua relação com os modos de construir da comunidade.
4. **Identificar** as características e tipos das residências com base nos elementos e configurações espaciais recorrentes, visando compreender os padrões, adotados localmente, de organização dos espaços.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. A metodologia estruturou-se em três partes principais: a teórica, voltada à construção do referencial conceitual; a pesquisa de campo dedicada à observação direta

e coleta de dados empíricos; e a etapa do inventário, destinada ao levantamento, organização e análise sistemática das informações coletadas.

Inicialmente, foi desenvolvida uma revisão bibliográfica e documental voltada à explanação dos principais conceitos relacionados à preservação do patrimônio material e imaterial, paisagem cultural e memória coletiva. Para tanto, utilizou-se obras de Françoise Choay (2001), Maurice Halbwachs (2006) e Rafael Winter Ribeiro (2007). Também foram abordadas no referencial teórico as noções de arquitetura vernacular, com ênfase nas técnicas construtivas tradicionais, nos processos de autoconstrução e nas tipologias arquitetônicas em áreas rurais do Nordeste. Para isso foram utilizadas obras de Rubenilson Teixeira (2024), Nestor Goulart Reis Filho (1973), Gunter Weimer (2012), Sylvio de Vasconcellos (1979), Marcia Braga (2003), e Silvio Colin (2010). Essa revisão teve como finalidade fornecer embasamento conceitual e estabelecer relações entre os saberes locais da comunidade estudada e os estudos já consolidados sobre o tema.

Com base nas observações de campo e nas entrevistas realizadas com os mestres artífices locais, elaborou-se uma categorização própria das tipologias identificadas. Essa classificação considerou os padrões construtivos, as organizações espaciais e as características formais mais recorrentes nas residências da comunidade, resultando na definição de três tipos principais: Tipo A – Casa simples (um ou dois vãos), Tipo B – Casa linear (três vãos) e Tipo C – Casa com Sótão. Com base nessas categorias, foi possível categorizar e analisar as residências inventariadas de forma sistematizada.

Paralelamente ao estudo bibliográfico, foi realizada a contextualização territorial da área de estudo, por meio do levantamento de dados secundários sobre o município de Doutor Severiano e, especificamente, sobre a comunidade rural de Lagoa de Dentro. Para isso, foram consultadas fontes documentais na Prefeitura Municipal e na Secretaria Municipal de Saúde, além da análise de mapas e documentos técnicos oficiais, visando compreender as características físicas, socioeconômicas e culturais que influenciam o modo de habitar e construir da população local.

Ainda para a contextualização territorial, foram produzidos mapas temáticos da localidade, incluindo o mapa territorial, o mapa da vegetação e corpos hídricos e, principalmente, o mapa de distribuição das edificações inventariadas, o qual foi essencial para a visualização da organização espacial das residências registradas. Para a elaboração cartográfica, foi utilizado o software QGIS, composta por imagens do *Google Earth Pro* (2021) e por dados georreferenciados referentes ao município de Doutor Severiano–RN. Foram utilizados *shapefiles* disponibilizados pelo IBGE (2022). Todos os dados foram

projetados no sistema de referência geodésico WGS 84 (Sistema Geodésico Mundial de 1984), permitindo a espacialização das informações levantadas em campo.

A pesquisa de campo na zona rural em estudo, teve natureza empírica e qualitativa, com o objetivo de documentar os saberes tradicionais, as práticas construtivas e a história local, compreendendo como esses elementos se relacionam com a identidade da população e com o modo vernacular de se construir. Foram realizadas visitas técnicas à comunidade, nas quais se conduziram entrevistas semiestruturadas com moradores e mestres artífices² locais. As entrevistas buscaram captar os modos de fazer, os materiais empregados, os processos envolvidos, a transmissão de saberes e os valores culturais associados à construção das moradias. Para tanto, foram realizadas 03 entrevistas³ (Apêndice A).

Com o intuito de compreender a formação e o desenvolvimento histórico da comunidade, também foram entrevistados moradores mais antigos, cujos relatos permitiram reconstruir aspectos da origem do povoado, dos vínculos comunitários e das dinâmicas socioterritoriais que influenciaram o padrão de ocupação e edificação das residências. Esse recorte histórico estabelece relações entre a memória coletiva e as práticas construtivas tradicionais. Para isso foram realizadas 05 entrevistas⁴ (Apêndice B). Para essa compreensão, também foi utilizado o manuscrito História da Comunidade Lagoa de Dentro, elaborado em 2007 por Edna Franco, moradora antiga da localidade e professora estadual aposentada. O documento, produzido a partir de relatos e memórias da própria comunidade, encontra-se disponível em sua residência, na Lagoa de Dentro.

Além disso, realizou-se observações diretas em campo, registros fotográficos e anotações sistemáticas, com foco na documentação dos modos de vida, das práticas construtivas ainda em uso e da materialização dos saberes tradicionais na arquitetura local. Esses registros contribuem para a valorização dos conhecimentos empíricos da comunidade enquanto patrimônio cultural imaterial.

A comunidade apresenta aproximadamente 60 residências (Mapa 2), conforme identificado por meio da análise dos mapas. Ainda em campo, foram selecionadas 10

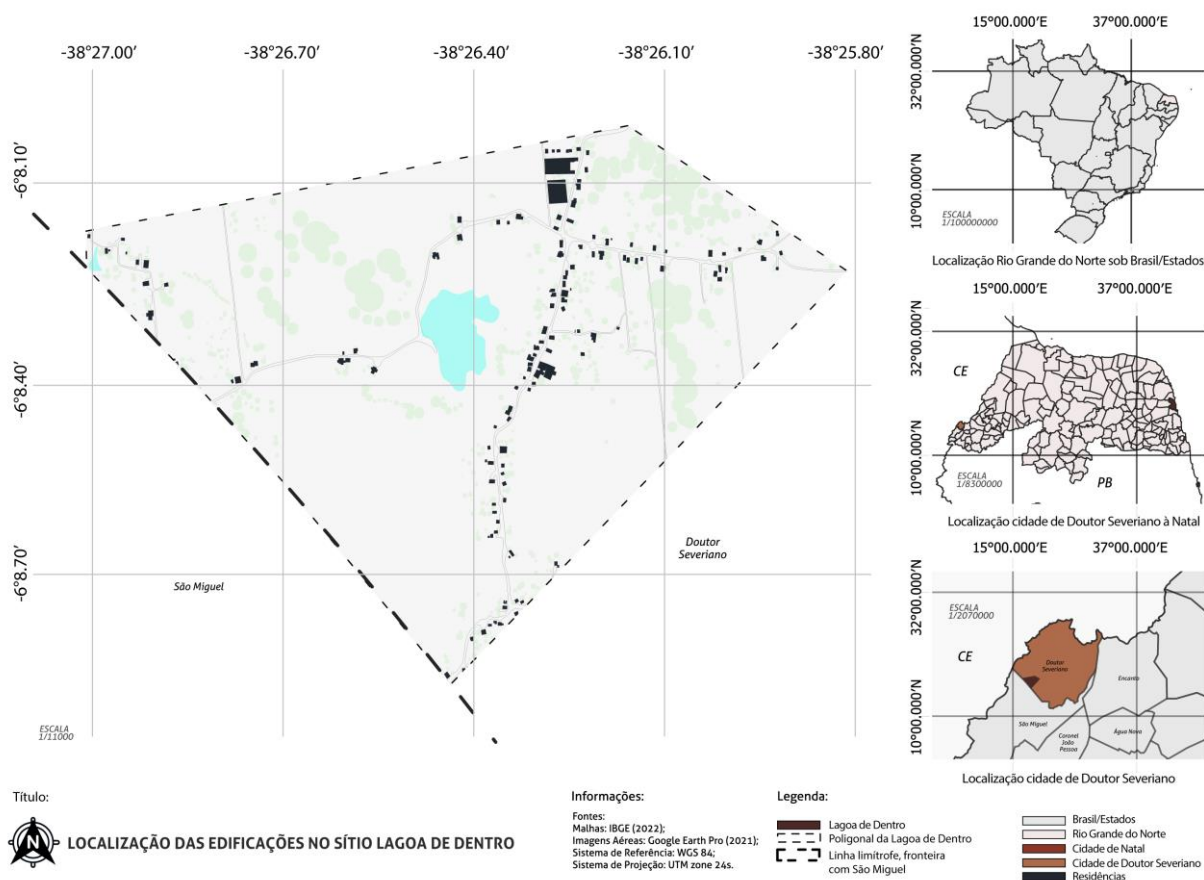
² Mestres artífices refere-se aos pedreiros, ajudantes e demais trabalhadores diretamente envolvidos nas construções realizadas com técnicas tradicionais.

³ As entrevistas foram realizadas com os 3 mestres artífices mais antigos da comunidade, sendo eles os responsáveis pela construção da maioria das residências em especial naquelas de maior representatividade da arquitetura vernacular local.

⁴ Os cinco entrevistados, moradores antigos da comunidade, foram selecionados por deterem conhecimento sobre a história local e sobre suas manifestações culturais, religiosas e econômicas. Cada entrevistado foi escolhido com o objetivo de obter informações específicas relacionadas ao tema sobre o qual possuía maior domínio.

residências que melhor representam a tipologia arquitetônica tradicional da comunidade. Foram estabelecidos três critérios principais para a escolha dos exemplares: 1. Emprego de técnicas construtivas tradicionais; 2. Idade aparente da edificação, buscando contemplar residências de diferentes décadas; 3. Preservação das características originais: Priorizou-se aquelas que mantêm boa parte de seus elementos construtivos, formais e tipológicos associados à tradição local, mesmo nos casos em que ocorreram reformas ou inserções contemporâneas.

Mapa 2 – Localização das edificações no Sítio Lagoa de Dentro.



Fonte: Adaptado do IBGE (2022).

Após a seleção, realizou-se o levantamento arquitetônico dessas residências, bem como registros fotográficos, croquis *in loco* e plantas baixas esquemáticas, a fim de representar graficamente as configurações espaciais das residências estudadas para a produção do inventário (Apêndice F).

Os inventários foram desenvolvidos como formas de gerar novos conhecimentos, por meio da coleta e organização sistemática de informações seguindo padrões e repertórios específicos, possibilitando análises e classificações: “O termo inventário

associa-se ao termo patrimônio – entendido como o conjunto de bens que pertencem a alguém, herdados ou adquiridos” (Motta; Rezende, 2016, p.4). Até os dias atuais, continuam sendo ferramentas fundamentais para a identificação, valorização e preservação dos bens enquanto patrimônio cultural (Motta; Rezende, 2016). Portanto, o intuito do inventário arquitetônico neste trabalho, é sistematizar as práticas construtivas locais, considerando aspectos como a técnica construtiva empregada, a data estimada de construção, a função dos espaços, e assim categorizar/reconhecer elementos e configurações espaciais recorrentes, identificando características e tipos residenciais.

Para a elaboração do modelo das fichas de inventário, tomou-se como referência o trabalho *Inventário*, de Motta e Rezende (2016), que apresenta uma metodologia de identificação e documentação do patrimônio cultural. Utilizou-se também como elemento de suporte, o documento *Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos Tombados* (INBI-SU) (Iphan, 2007), com foco no formulário e no roteiro voltados às características arquitetônicas de bens edificados. Além disso, também foi de importante contribuição o estudo de Queiroz (2021), sobre o *resgate e a valorização das técnicas construtivas tradicionais na comunidade rural Sítio Canastra dos Siprianos, em Pereiro (CE)*, e a dissertação de Ferreira (2010), intitulada *O descuido de se tomar: a importância da paisagem cultural dos engenhos de cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia*. A partir desses referenciais, o modelo de ficha foi elaborado de modo a atender às especificidades e aos objetivos desta pesquisa.

A estrutura do trabalho segue a seguinte organização: Capítulo 1 que aborda o referencial teórico, com a revisão dos conceitos de patrimônio material e imaterial, paisagem cultural, memória coletiva, arquitetura vernacular e técnicas construtivas tradicionais e tipologias residenciais recorrentes no Nordeste. O Capítulo 2, trata da caracterização da comunidade Lagoa de Dentro. No Capítulo 3, são analisadas as técnicas construtivas utilizadas pela comunidade, bem como as características e tipos predominantes nas residências. O Capítulo 4, apresenta o inventário de identificação das residências como patrimônio edificado local. Conclui-se com as considerações finais.

2 FUNDAMENTOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A VALORIZAÇÃO DA ARQUITETURA VERNACULAR RURAL

2.1 Patrimônio Cultural: Material e Imaterial

O conceito de patrimônio cultural passou por uma notável transformação ao longo da trajetória da preservação patrimonial. Inicialmente vinculado a uma perspectiva monumentalista, centrada exclusivamente em bens materiais de valor histórico e artístico, o patrimônio era compreendido como um conjunto de obras excepcionais dignas de preservação. Contudo, essa concepção foi gradualmente ampliada, especialmente a partir da segunda metade do século XX, para incluir também elementos imateriais da cultura, como práticas cotidianas, modos de vida, saberes tradicionais e expressões simbólicas.

Choay (2001) destaca que, a partir da década de 1960, o conceito de patrimônio passa por uma ampliação significativa, deixando de se restringir aos grandes monumentos históricos e incorporando uma herança cultural ampla e diversificada. Além das edificações notáveis, passam a ser reconhecidos como patrimônio os bens culturais do cotidiano, como as residências populares, as paisagens culturais e as manifestações de natureza imaterial. A autora observa ainda um alargamento do recorte cronológico, com a inclusão de bens mais recentes, e não apenas os antigos, no escopo patrimonial. Paralelamente, ocorre uma expansão geográfica no reconhecimento desses bens, que passa a contemplar também comunidades anteriormente não incluídas.

De acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO (2003), o patrimônio cultural imaterial compreende saberes, técnicas, expressões orais, rituais e outras práticas sociais transmitidas intergeracionalmente. Já o patrimônio material é composto por bens tangíveis, como edifícios, objetos e sítios históricos. No contexto da arquitetura vernacular rural, essa distinção assume especial relevância, uma vez que as técnicas construtivas tradicionais, embora se concretizem em formas físicas, são, em essência, manifestações de um saber-fazer enraizado na cultura local. Assim, o imaterial não apenas complementa o material, mas constitui sua base.

A arquitetura vernacular, portanto, deve ser compreendida como uma expressão integrada do patrimônio cultural, pois articula saber técnico, adaptação ao meio natural, organização social e modos de vida específicos. Reis Filho (1973) interpreta a formação e a transformação da arquitetura brasileira como um processo enraizado nas dinâmicas

sociais, culturais e técnicas, relacionado às condições ambientais, aos materiais disponíveis e às estruturas sociais locais.

Ainda dentro da compreensão da arquitetura vernacular como patrimônio cultural, Weimer (2012) complementa essa perspectiva ao enfatizar que o valor da arquitetura popular não se limita à sua estética ou à materialidade da edificação, mas está intrinsecamente ligado ao conhecimento tradicional. Em contextos rurais, a oralidade e a prática cotidiana configuram os principais vetores de transmissão cultural.

Esse conhecimento, muitas vezes subvalorizado nas políticas de preservação, é essencial para a manutenção da memória e da identidade de comunidades que mantêm uma relação íntima com seu ambiente. Nesse sentido, a arquitetura vernacular configura-se como uma forma de produção coletiva, baseada no aproveitamento dos recursos do entorno e na transmissão de saberes empíricos e não institucionalizados, constituindo um importante testemunho da cultura material e imaterial das comunidades.

Ademais, instituições internacionais de preservação, como, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), têm avançado na incorporação do patrimônio imaterial em suas diretrizes, a exemplo da Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (Unesco, 1989) e da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (Unesco, 2003), documentos que reconhecem a importância de valores culturais não materiais.

No contexto brasileiro, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tem promovido ações voltadas à valorização dos bens culturais de natureza imaterial, com especial atenção às comunidades tradicionais. A preservação desses bens ocorre por meio de instrumentos distintos, conforme sua natureza material ou imaterial. A exemplo disso o Decreto-Lei nº 25 (Brasil, 1937) estabelece o tombamento como mecanismo de proteção aos bens materiais, implicando restrições legais e físicas para sua salvaguarda, enquanto o Decreto nº 3.551 (Brasil, 2000) institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, voltado à preservação de saberes, práticas e manifestações reconhecidas por sua relevância simbólica para determinados grupos sociais. Ao contrário do tombamento, o registro não impõe limitações materiais, mas visa garantir a continuidade dos conhecimentos tradicionais, promovendo sua transmissão intergeracional e a valorização da memória coletiva por meio de ações públicas de reconhecimento e salvaguarda.

Com o objetivo de atender às exigências legais e criar instrumentos eficazes de proteção aos bens imateriais, o Decreto nº 3.551 instituiu, além do Registro de Bens

Culturais de Natureza Imaterial, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), todos sob a coordenação do IPHAN. Esse marco normativo fundamenta-se na Carta de Fortaleza (1997), documento que orienta as políticas de preservação cultural no Brasil e constitui um importante instrumento de referência para a salvaguarda do patrimônio imaterial. A carta de Fortaleza recomendou ao IPHAN a realização de inventários desses bens em âmbito nacional.

Segundo o site oficial do IPHAN, desde a promulgação do Decreto nº 3.551, os bens culturais imateriais registrados são formalmente reconhecidos pelo Governo Federal como Patrimônio Cultural do Brasil. O Registro aplica-se a bens que se enquadram em quatro categorias, correspondentes aos Livros de Registro do Patrimônio Cultural do Brasil: Saberes, Formas de Expressão, Celebrações e Lugares. Essas categorias abrangem práticas, representações, expressões, conhecimentos, técnicas e espaços reconhecidos por grupos sociais como constitutivos de sua identidade cultural e de seu patrimônio coletivo. Entre os exemplos registrados de bens culturais imateriais do Brasil, em especial à cultura nordestina, destacam-se: o repente, a literatura de cordel e as matrizes tradicionais do forró, registrados no Livro das Formas de Expressão; os ofícios, saberes e práticas das parteiras tradicionais, no Livro dos Saberes; e a Festa de Sant'Ana de Caicó, no Livro das Celebrações.

Nesse contexto da preservação cultural, reconhece-se a atuação de instituições estaduais e municipais responsáveis pela salvaguarda do patrimônio material e imaterial no Rio Grande do Norte. Em âmbito estadual, destaca-se a Fundação José Augusto (FJA), vinculada ao Governo do Estado, que exerce papel central na execução das políticas culturais potiguaras, promovendo ações voltadas à valorização, conservação e difusão do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico. Entre suas ações permanentes, destaca-se o Programa do Registro do Patrimônio Vivo (RPV), que tem como objetivo reconhecer, valorizar e apoiar mestres, grupos e instituições detentores de saberes e fazeres tradicionais, assegurando a transmissão intergeracional dos conhecimentos e fortalecendo a identidade cultural potiguar (Governo do estado do Rio Grande do Norte, 2023).

Em escala municipal, embora o município de Doutor Severiano ainda não possua instrumentos formalizados de tombamento ou inventário patrimonial, a Secretaria Municipal de Cultura e a eventual criação de um Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio configuram meios legítimos e previstos em lei para a implementação de políticas locais de proteção, conforme o disposto no art. 216 da Constituição Federal (Brasil, 1988) e na Lei nº 13.018/2014 — Política Nacional de Cultura Viva (Brasil,

2014), que incentiva a valorização das expressões culturais comunitárias. Nesse contexto, o inventário das residências da Comunidade de Lagoa de Dentro assume papel relevante como instrumento de reconhecimento e valorização da arquitetura vernacular rural, oferecendo subsídios técnicos e culturais para futuras ações de preservação e para o fortalecimento da identidade cultural do município.

No entanto, essas iniciativas ainda enfrentam desafios em relação à sua efetivação e abrangência territorial, especialmente em localidades interioranas e com menor acesso institucional por parte desses órgãos nacional e estaduais de preservação. Como aponta Choay (2001), as instituições de preservação patrimonial também correm o risco de favorecer modelos de preservação que não contemplam plenamente a diversidade cultural. Assim, as comunidades rurais frequentemente escapam aos parâmetros formais estabelecidos.

Portanto, a preservação da arquitetura vernacular rural demanda uma abordagem integrada, que reconheça a interdependência entre os elementos tangíveis e intangíveis do patrimônio cultural. A valorização dos aspectos imateriais, especialmente o saber-fazer e as práticas construtivas tradicionais, revela-se fundamental para a sustentação da identidade cultural das comunidades.

2.2 Paisagem cultural e memória coletiva nos contextos rurais

Entender o conceito de paisagem cultural é fundamental para compreender as dinâmicas dos territórios rurais, pois ela articula os elementos naturais com as intervenções humanas acumuladas ao longo do tempo, e reflete os modos de ocupação do solo, as práticas produtivas e os hábitos cotidianos das comunidades locais. Segundo Ribeiro (2007), embora haja diferentes interpretações, é amplamente reconhecido que a paisagem cultural resulta da ação humana sobre o espaço que ocupa. Ainda assim, sua compreensão pode assumir distintas perspectivas:

A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, locus de interação entre a materialidade e as representações simbólicas (Ribeiro, 2007, p. 9).

A UNESCO passou a adotar o conceito de paisagem cultural como uma nova categoria de reconhecimento do patrimônio cultural a partir de 1992. Alinhado a essa perspectiva, o IPHAN regulamentou, através da Portaria nº 127 de 2009, a paisagem cultural como um mecanismo de proteção do patrimônio cultural brasileiro. De acordo com o IPHAN (2010, p. 35), “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.”

A Recomendação Europa sobre a conservação integrada das áreas das paisagens culturais (Conselho Europa, 1995) destaca três aspectos fundamentais para o entendimento da paisagem como patrimônio cultural com uma percepção sensível e simbólica do território, relação entre tempo, indivíduo e o seu meio e as especificidades culturais locais que transcende a materialidade e incorpora a memória coletiva e a identidade das comunidades:

Paisagem é considerada em um triplo significado cultural, porquanto é definida e caracterizada da maneira pela qual determinado território é percebido por um indivíduo ou por uma comunidade; dá testemunho ao passado e ao presente do relacionamento existente entre os indivíduos e o seu meio ambiente; ajuda a especificar culturas e locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições (Conselho Europa, 1995, p. 3).

O Brasil, com sua diversidade de paisagens, tradições e territórios singulares, apresenta um rico mosaico de paisagens culturais composto por personagens e lugares como o sertanejo e a caatinga, o gaúcho e os pampas, o pescador e os barcos onde se destaca a interação entre o ser humano e o meio natural. É desta interação que emerge outra característica essencial da paisagem cultural: a ocorrência do convívio entre a natureza numa determinada área territorial, os espaços edificados e ocupados, os sistemas produtivos e as práticas culturais e sociais. Essa convivência integrada é o que permite a formação de uma identidade própria, que não poderia ser atribuída a nenhum desses elementos de forma isolada (Iphan, 2010).

A partir dessa noção de paisagem cultural como produto da interação contínua entre natureza e cultura, parte-se para o entendimento que as paisagens culturais em contextos rurais revelam um profundo vínculo entre o modo de viver, de produzir e de construir dos habitantes com o lugar em que estão inseridos. As técnicas construtivas tradicionais, como o uso do barro, da palha, da madeira retirada no próprio chão, são exemplos de um saber ancestral que respeita os recursos locais e se adapta ao clima e à

topografia da região. A organização das casas em relação ao sol, aos ventos e as condicionantes climáticas, a disposição dos quintais, roçados, armazéns e currais, bem como as festas, rezas e saberes transmitidos oralmente, compõem uma paisagem cultural própria.

Nesse contexto, a paisagem rural é também uma paisagem de memória no qual a história comunitária construída se reconhece no espaço habitado como lugar simbólico e contribui para a afirmação de uma identidade coletiva e para o vínculo com o território. Halbwachs (2006, p. 87) afirma que “o grupo, no momento em que considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo”. Desse modo, a continuidade dos modos de vida e das tradições partilhadas solidificam com o tempo um sentimento coletivo de pertencimento, onde a memória coletiva é continuamente ativada e ressignificada como base dessa identidade local.

Compreender a paisagem rural como paisagem cultural é reconhecer um espaço simbólico, cheio de significados coletivos. Valorizar essa dimensão é essencial para fortalecer a identidade das comunidades rurais e, sobretudo, reconhecer suas contribuições para o patrimônio imaterial do Brasil, no qual a arquitetura vernacular deveria ocupar lugar de destaque como expressão da cultura de um povo, e de resistência, frente às pressões externas de padronização.

Sobre o conceito de paisagem cultural, é importante destacar que esse entendimento centrado na interação entre sociedade e natureza, que vê a paisagem como resultado das ações humanas acumuladas no território, não é a única abordagem existente. Souza (2013) apresenta uma concepção distinta: para ele, paisagem é, sobretudo, o conjunto das formas sensíveis do espaço, aquilo que se oferece imediatamente à percepção. Sua definição não exige que a paisagem seja explicada pela natureza, pela relação homem–natureza ou pela história de ocupação territorial; esses elementos podem estar presentes, mas não constituem critérios essenciais. Dessa forma, Souza (2013) amplia o conceito ao tratá-lo principalmente como uma manifestação visível e perceptiva do espaço, sem restringi-lo a condicionantes naturais ou histórico-culturais.

2.3 A Arquitetura vernacular rural: Identidade, Técnica e Cultura

A arquitetura vernacular⁵ rural constitui uma manifestação autêntica da cultura das comunidades que a produzem, sendo fruto de um saber empírico transmitido de geração em geração fundamentado na interação com o ambiente natural, na prática cotidiana e na experiência acumulada ao longo do tempo. Essa forma de construir combina o conhecimento tradicional com a capacidade de adaptação contínua às condições ambientais e sociais específicas de cada território.

Conforme destaca Weimer (2012), a arquitetura vernacular não se reduz a uma prática utilitária, mas resulta de um longo processo de evolução cultural, no qual o respeito às tradições e o sentido de pertencimento se materializam nas formas construídas. O autor introduz ainda o conceito de “fenômeno da construção”, entendido como a articulação entre técnica, material e intencionalidade estética. Dessa forma, as edificações vernaculares expressam uma linguagem própria, na qual os modos de vida, os valores e a identidade coletiva se refletem na materialidade do espaço.

A arquitetura vernacular utiliza predominantemente materiais encontrados no entorno imediato, o que a torna economicamente viável e ambientalmente adaptada destacando a funcionalidade como característica. Segundo Weimer (2012), essa arquitetura revela uma extraordinária capacidade de resposta à diversidade de climas, etnias e paisagens do Brasil, refletindo soluções técnicas moldadas por contextos locais específicos. A criatividade desempenha um papel fundamental nesse processo, uma vez que a escassez de recursos exige engenhosidade na utilização dos materiais. O barro, por exemplo, é amplamente empregado nas técnicas construtivas tradicionais, como o pau a pique, a taipa de pilão e o adobe, demonstrando sua versatilidade ao ser aplicado em diferentes partes das edificações.

⁵Adota-se o termo Arquitetura Vernacular neste trabalho, por sua ampla difusão e consolidação na literatura acadêmica e na área de Arquitetura. Contudo, o termo não é unânime. Autores como Günter Weimer utilizam o termo Arquitetura Popular, por considerarem que essa categoria expressa melhor as manifestações construtivas do povo brasileiro e suas dimensões sociais, históricas e culturais. A opção pelo termo “vernacular” deve-se à sua maior circulação em pesquisas contemporâneas e à facilidade de diálogo com estudos nacionais e internacionais.

Figura 1 – Residências tradicionais utilizando o barro: Taipa de mão e adobe.



Fonte: Julia Daudén, (2018); Cesar Diniz, (2012).

Essa diversidade técnica é também destacada por Sylvio de Vasconcellos (1979), que aponta os sistemas construtivos tradicionais brasileiros como reflexo direto da multiplicidade cultural e ecológica do território nacional. Técnicas como a taipa de pilão, a alvenaria de pedra e o pau a pique são exemplos da capacidade adaptativa das populações rurais, que desenvolveram soluções eficazes a partir dos recursos disponíveis e das necessidades locais. Muitas vezes consideradas rudimentares, essas técnicas demonstram, na verdade, uma profunda sintonia com os ciclos naturais e uma consciência ecológica.

Figura 2 – Construção de residências com técnicas construtivas tradicionais e uso de materiais disponíveis localmente.



Fonte: Rodrigo Guedes (2018); Projeto vira mundo (2017).

Reis Filho (1973), ao analisar as formas arquitetônicas presentes no meio rural brasileiro, ressalta que essas construções são simultaneamente funcionais e simbólicas. Elas atendem às necessidades práticas de habitação e trabalho, mas também incorporam elementos que revelam a história, a organização social e as crenças das comunidades. Ao reconhecer a arquitetura vernacular como um produto social e histórico, o autor contribui para seu reconhecimento enquanto patrimônio cultural digno de preservação.

É importante destacar, como observa Teixeira (2024), a casa vernacular não é um artefato fixo no tempo, mas uma prática em contínua transformação, resultado do diálogo entre tradição e mudança, que permite sua permanência no cotidiano rural. Isso significa que, mesmo quando assume formas contemporâneas, a arquitetura vernacular não perde seu valor cultural, sua autenticidade reside justamente na capacidade de se adaptar às necessidades atuais.

Figura 3 – Residência rural em reforma, 2025, Sítio Lagoa de Dentro-RN.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

As modificações realizadas ao longo do tempo refletem ajustes contextuais necessários à vida das famílias, reafirmando o vínculo entre a arquitetura e as condições sociais, ambientais e econômicas da comunidade. Portanto, o vernacular não está preso ao passado, mas se reinventa continuamente, mantendo-se enraizado na experiência e nos saberes locais.

Nesse sentido, as condições ambientais, sociais e culturais desempenham papel central na conformação das soluções arquitetônicas vernaculares. O clima, a disponibilidade de materiais, os saberes tradicionais e a organização comunitária são elementos que influenciam diretamente tanto os processos construtivos quanto as formas resultantes. Para Teixeira (2024), é justamente dessa interação entre cultura, técnica e ambiente que emerge o caráter dinâmico da arquitetura vernacular: uma prática resiliente, capaz de negociar entre as heranças do passado e as exigências do presente, sem perder sua identidade.

2.4 Técnicas construtivas tradicionais no Nordeste

No contexto brasileiro, observa-se uma notável diversidade de técnicas construtivas tradicionais, resultado da vasta extensão territorial do país e da

multiplicidade de influências culturais presentes em suas diferentes regiões. Quando essas técnicas são analisadas em associação aos fatores étnicos e culturais locais, a variedade de formas construtivas torna-se ainda mais ampla. Para fins de delimitação desta pesquisa, optou-se por concentrar a análise nas técnicas construtivas com maior incidência e relevância tanto na região Nordeste quanto na comunidade do sítio Lagoa de Dentro. Entre as técnicas mais representativas estão, a taipa de mão (também conhecida como taipa de sopapo ou pau-a-pique), a taipa de pilão, o adobe, o uso do tijolo maciço, o canjicado e a cantaria.

Ao analisar a cronologia dessas técnicas construtivas, Braga (2003, p.56) aponta que “no território brasileiro a predominância foi a da taipa no primeiro século de colonização, sucedida pelas alvenarias de pedra ou mistas nos dois séculos seguintes, sendo que ao final do XIX as alvenarias de tijolo já tomavam a dianteira”. Com base nessa sequência histórica, a organização dos tópicos a seguir sobre as técnicas construtivas, seguirá essa mesma ordem cronológica, iniciando pela arquitetura de terra, passando pelas alvenarias de pedra e finalizando com a alvenaria de tijolo.

2.4.1 Arquitetura de Terra

Denomina-se arquitetura de terra o conjunto de práticas construtivas que utilizam a terra crua em seu estado natural, ou seja, sem passar por processos de queima ou transformação industrial. A terra crua é um dos materiais construtivos mais antigos empregados pela humanidade. Com o advento da agricultura, há cerca de dez mil anos, o homem deixou de ser nômade e passou a se fixar em territórios estáveis, surgindo assim a necessidade de construir moradias permanentes que o protegessem das intempéries. Os primeiros abrigos foram erguidos com os materiais naturais disponíveis no entorno, como pedras, madeira, fibras vegetais, palha e, sobretudo, a terra (Barbosa; Tolêdo Filho; Ghavam, 1997).

O uso da terra crua como material construtivo remonta às origens da própria arquitetura, sendo amplamente adotado por civilizações antigas como as do Egito, Mesopotâmia, além de diversas regiões da África e da Ásia (Braga, 2003). Conforme aponta Vasconcellos (1979), esse tipo de técnica teve ampla aplicação no Brasil desde os primeiros períodos da colonização, especialmente por meio da taipa de pilão e do pau-a-pique. Essas técnicas foram introduzidas pelos colonizadores portugueses, e

gradualmente adaptadas às condições ambientais, materiais disponíveis e saberes locais (Vasconcellos, 1979).

Figura 4 – Taipa: habitação de negros escravizados - Obra de Johann Moritz Rugendas, 1835 (à esquerda); Casagrande de taipa XVII - Obra de Frans Post, 1665 (à direita).



Fonte: Disponível em: <<https://arquitetura.vivadecora.com.br/taipa/>>.

O uso da terra crua como material de construção está diretamente relacionado à disponibilidade do solo e às tradições construtivas locais, sendo esses fatores determinantes na escolha do sistema construtivo adotado em cada região. Nesse sentido Braga (2003) afirma que:

Esta prática milenar, perdura nos dias de hoje, em especial em determinadas regiões do planeta onde praticamente é o único material disponível, ou em outras onde a desigualdade social empurra as camadas menos favorecidas da população para esta solução construtiva – de baixo custo e de fácil execução (Braga, 2003, p. 60).

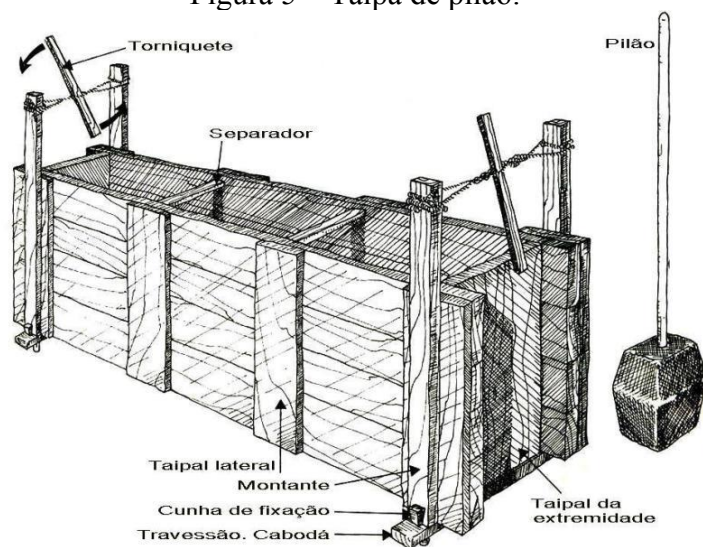
De acordo com Neves e Faria (2011, p. 46) “aproximadamente um terço da população do nosso planeta vive hoje em construções de terra, o que mostra a nítida vocação do uso deste material para produção de habitações”. A terra crua consolidou-se, ao longo do tempo, como uma solução construtiva eficiente e acessível, especialmente em regiões de clima tropical ou semiárido, devido à abundância do material, à facilidade de extração e à simplicidade de execução das técnicas tradicionais. Essas características tornam a arquitetura de terra não apenas uma alternativa viável, mas também profundamente enraizada nos contextos sociais, econômicos e culturais das populações que dela fazem uso.

2.4.1.1 Taipa de Pilão

A Taipa de pilão, ou simplesmente taipa, é uma das técnicas da arquitetura de terra crua mais simples. De acordo com Pisani (2004, p. 10) Essa técnica “Recebe esta denominação por ser socada (apiloada) com o auxílio de uma mão de pilão”. O seu uso, segundo Vasconcellos (1979), teve ampla difusão nos primeiros séculos da colonização brasileira, sendo particularmente utilizada em áreas com escassez de pedra. Embora tenha perdido grande parte de sua relevância ao longo do século XVIII, especialmente com o avanço de outras técnicas construtivas, seu uso persistiu em diferentes regiões do país, notadamente no litoral.

Nesse sistema construtivo, o solo é previamente preparado e submetido a um processo de compactação. Com frequência, adiciona-se algum tipo de aglomerante natural ou estabilizante ao solo com o objetivo de melhorar suas propriedades estruturais. A execução da parede envolve, de forma simplificada, a fragmentação e secagem do solo, seguida de peneiramento, incorporação do aglomerante (quando necessário) e adição controlada de água até alcançar o teor de umidade ideal. Essa mistura é então colocada em uma fôrma de madeira, chamada taipal, onde é compactada em camadas sucessivas até atingir sua densidade máxima, utilizando-se compactadores manuais ou, eventualmente, equipamentos mecânicos (Neves; Farias, 2011).

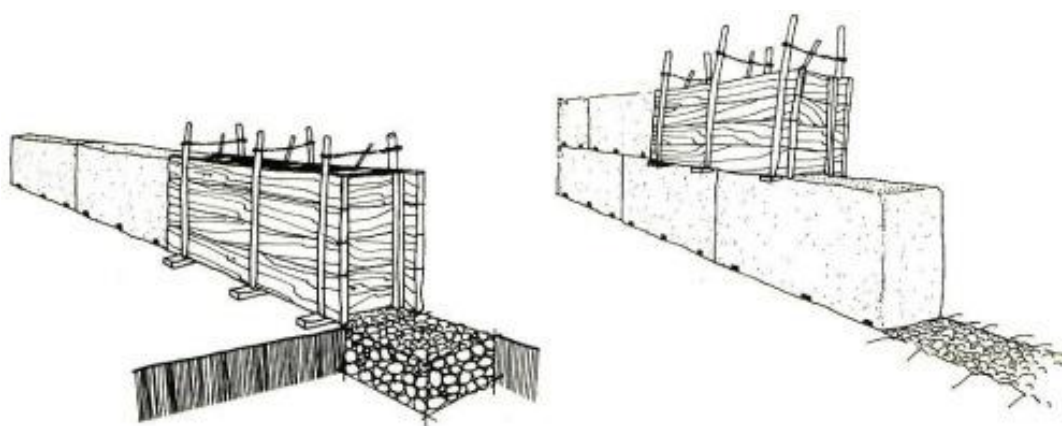
Figura 5 – Taipa de pilão.



Fonte: Bordou (1981).

O taipal é um elemento fundamental na técnica da taipa de pilão que funciona como molde para a compactação da terra crua. Ele é composto por duas placas de madeira rígida, dispostas paralelamente e unidas por travamentos metálicos ou de madeira, formando uma caixa. Essas fôrmas são fixadas com escoras e presilhas para garantir estabilidade durante o processo de pilagem, de acordo com Colin (2010, p. 11) “suas dimensões são de aproximadamente 1,0 m de altura por 3,0 a 4,0 m lateralmente, e têm a espessura final da parede, 0,6 m a 1 m. Após a secagem, o taipal é desmontado e deslocado para posição vizinha. E assim sucessivamente.”

Figura 6 – Execução de taipa de pilão.



Fonte: Bordou (1981).

Braga (2003) complementa que esse sistema de fôrmas móveis contribui para a racionalização do processo, reduzindo o desperdício de material e aproveitando ao máximo os recursos locais. Já Neves e Faria (2011) ressaltam que a simplicidade da montagem dos taipais e sua adaptabilidade às diferentes realidades regionais fazem dessa técnica uma alternativa viável e eficiente, especialmente em contextos de autoconstrução.

2.4.1.2 Adobe

Segundo Braga (2003) o adobe integra o conjunto das técnicas vernaculares mais difundidas em todo o mundo, ao lado da taipa. Trata-se de um dos métodos construtivos mais antigos da história da arquitetura, com origens que remontam às antigas civilizações do Oriente Médio e da África, onde foi amplamente utilizado por povos como os egípcios e mesopotâmicos (Braga, 2003).

Essa técnica consiste na moldagem manual de blocos com terra crua, geralmente medindo cerca de 20 x 20 x 40 cm. A massa é preparada com uma mistura equilibrada de

argila e areia, evitando que o material se torne quebradiço ou plástico. Após a moldagem em formas de madeira, os blocos são inicialmente secos à sombra por alguns dias e, em seguida, expostos ao sol para a secagem completa (Colin, 2010).

Figura 7 – Processo de moldagem dos adobes.



Fonte: Rotondaro et al (2011).

Conforme Colin (2010) para melhorar a resistência do bloco, podem ser incorporadas fibras vegetais ou estrume animal à mistura. Esses blocos são assentados com barro e costumam receber revestimento de argamassa composta por cal e areia, garantindo maior durabilidade e proteção superficial.

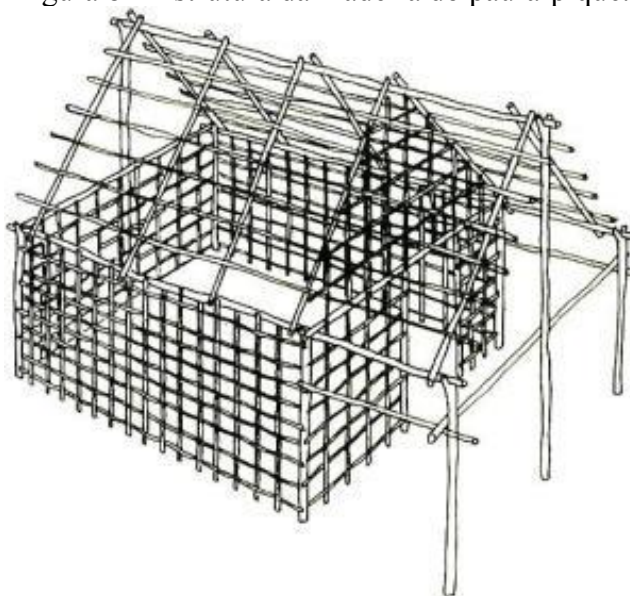
2.4.1.3 Taipa de Mão ou Pau a Pique

De acordo com Braga (2003) esse método construtivo guarda grande semelhança com as técnicas de construção em terra utilizadas pelos povos indígenas das Américas, os quais provavelmente influenciaram sua forma final como é conhecida atualmente. No entanto, também é verdade que esse tipo de técnica, ou variações semelhantes, já era empregado na Europa muito antes do período das grandes navegações, recebendo outros nomes como tabique, bauge, entre outros (Braga, 2003). Em relação ao seu uso no Brasil, segundo Colin:

pau-a-pique, taipa de sebe, taipa de mão, barro armado ou taipa de sopapo, são diversos nomes para um dos sistemas mais utilizados tanto nos tempos da colônia como ainda hoje em construções rurais, devido a suas qualidades – baixíssimo custo (todos os materiais são naturais), resistência e durabilidade (Colin, 2010, p. 12).

A técnica do Pau a pique é composta por uma estrutura de madeira entrelaçada, onde o barro é lançado manualmente dos dois lados da trama. Conforme aponta Braga (2003), a estrutura principal é formada por um quadro de madeira com peças de maior espessura: a parte inferior é chamada de baldrame e a superior de frechal. Entre essas peças, são fixados os esteios verticais, que são cravados diretamente no solo – dispensando fundações tradicionais – e possuem a extremidade inferior denominado nabo. Presos entre os esteios, são instalados os paus-a-pique (peças verticais menores), nos quais são entrelaçadas varas horizontais, geralmente amarradas com cordas, fibras ou fixadas com pregos. Essa trama funciona como suporte para a argamassa de terra, que deve ser rica em argila e misturada com fibras vegetais como palha (Braga, 2003).

Figura 8 – Estrutura da madeira do pau-a-pique.



Fonte: Bordou, 1981.

De acordo com Vasconcellos (1979), a aplicação da massa de barro nas estruturas de madeira é realizada manualmente, sem o uso de ferramentas específicas. Essa técnica, também conhecida por nomes populares como pescoção, taponar ou sopapo, é adequada tanto para paredes internas quanto externas, destacando-se por ser leve, de espessura reduzida e de baixo custo. Braga (2003) ainda complementa que após a aplicação do barro, a superfície é nivelada e, tradicionalmente, recebia um revestimento de terra com esterco bovino ou um acabamento mais resistente com argamassa de cal e areia fina. As divisórias internas, apresentavam uma estrutura menos robusta: enquanto as paredes externas tinham aproximadamente 25 cm de espessura, as internas possuíam cerca de 15 cm. (Braga, 2003)

Em situações onde as paredes apresentam grande altura, é comum a utilização de elementos intermediários entre o baldrame e o frechal, conhecidos como madres⁶. Abaixo do baldrame, encontra-se o soco, que corresponde à parte preenchida com alvenaria e tem como função principal a vedação. Para oferecer maior sustentação ao baldrame, podem ser inseridas entre ele e o solo peças auxiliares de madeira chamadas burros (Colin, 2010).

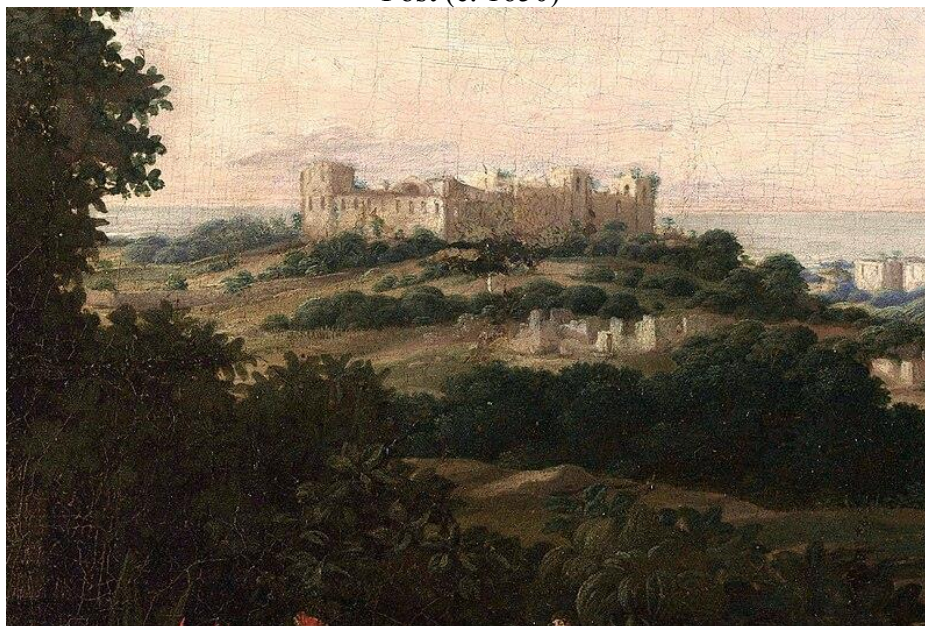
2.4.2 Alvenaria de Pedra

As construções de pedra é a técnica mais antiga até então conhecida, segundo Kaefer (1998) foi na transição do neolítico e a idade do bronze que se ergueram as primeiras construções utilizando a pedra como material base, pelos povos que habitavam mediterrâneo e a costa do Atlântico.

De acordo com Vasconcellos (1979, p. 29) “O uso das pedras nas construções é difundido desde os primeiros séculos, variando a técnica de sua aplicação de acordo com as argamassas em que são assentadas.” Segundo o autor, no contexto brasileiro, o uso da pedra como material construtivo remonta já no primeiro século de colonização, possivelmente precedido pelas técnicas em terra crua como a taipa de pilão. Ainda complementa que as primeiras construções erguidas no país foram de pedra e cal, e cita o exemplo da torre construída por Duarte Coelho em Olinda, por volta de 1535.

⁶Vigota de madeira que faz parte da estrutura de um telhado, peça essa que repousa nas pernas das asnas de modo a receber o varedo, reduzindo o vão deste entre a fileira e o frechal. (Dicionário de Engenharia Civil, s.d.)

Figura 9 – Ruínas do Castelo de Duarte Coelho, em pormenor da obra do pintor Frans Post (c. 1650)



Fonte: Disponível em: <<https://clasbrasilicos.blogspot.com/2018/11/cla-dos-albuquerque.html>>.

Nessa perspectiva, Colin (2010, p. 8) enfatiza que a pedra “Era o material que conferia maior resistência aos muros, razão porque era utilizada nas fortificações, igrejas monumentais e nas construções oficiais. No início da colonização, ainda no século XVI, já encontramos construções assim realizadas.” Segundo o autor as pedras empregadas nas construções variavam conforme a região e incluíam calcário, arenito, seixos rolados (pedras de rio) e granito, especialmente no Rio de Janeiro. Já em Minas Gerais, era comum o uso de pedra-sabão⁷ e canga⁸.

As argamassas utilizadas para assentamento dessas pedras podiam ser compostas por cal e areia que conferiam maior resistência ou, em locais onde a cal não era facilmente encontrada, usava-se o barro como alternativa. As pedras apresentavam tamanhos diversos, podendo ultrapassar os 40 cm em sua maior dimensão, e geralmente não recebiam nenhum tipo de acabamento ou aparelhamento. Para garantir maior estabilidade, pedras menores eram inseridas nos vãos entre as maiores, funcionando como calço ou ajuste (Colin, 2010).

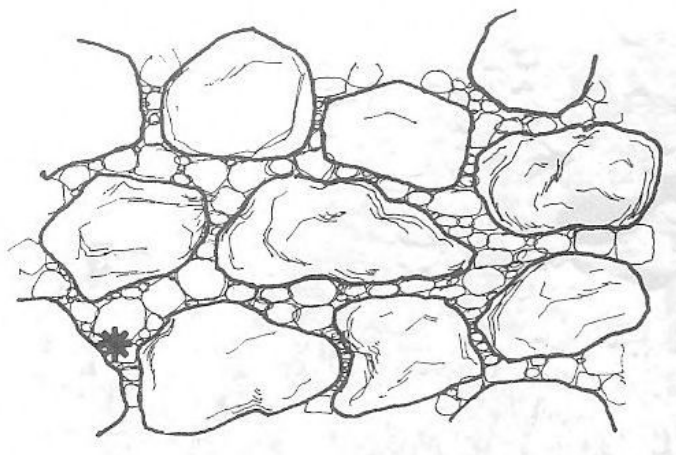
⁷A pedra-sabão, ou esteatita, é uma rocha metamórfica rica em talco, com coloração variando do cinza ao verde e textura saponácea. Formada por metamorfismo em zonas tectônicas, é encontrada em grandes depósitos no estado de Minas Gerais. Destaca-se por sua resistência ao calor, suportando temperaturas acima de 800 °C, e por sua durabilidade frente às intempéries, mantendo-se estável ao longo dos séculos (Micapel Slate, 2019).

⁸Tipo de formação ferruginosa rica em hidróxidos de ferro e alumínio, produto de intemperismo em regiões ricas em ferro; também conhecida como crosta limonítica (Materiais didáticos, [s.d.]).

2.4.2.1 Canjicado

De acordo com Queiroz (2020) o uso da pedra na construção pode ocorrer de duas maneiras distintas. A primeira delas envolve a aplicação da pedra em seu estado natural, associada a um material aglomerante, geralmente barro ou uma argamassa simples composta por cal, cimento e areia. As pedras são dispostas de forma a aproveitar seus contornos naturais, buscando o melhor ajuste possível entre elas. Essa técnica é conhecida como canjicado, caracterizada pela utilização do barro como elemento de assentamento e preenchimento entre as juntas.

Figura 10 – Canjicado.



Fonte: Vasconcellos (1979).

Já a segunda forma, apontada pelo autor, consiste em submeter as pedras a um processo de regularização, no qual suas superfícies são parcialmente trabalhadas para obter formas mais definidas, como blocos próximos ao paralelepípedo, facilitando o encaixe entre as peças.

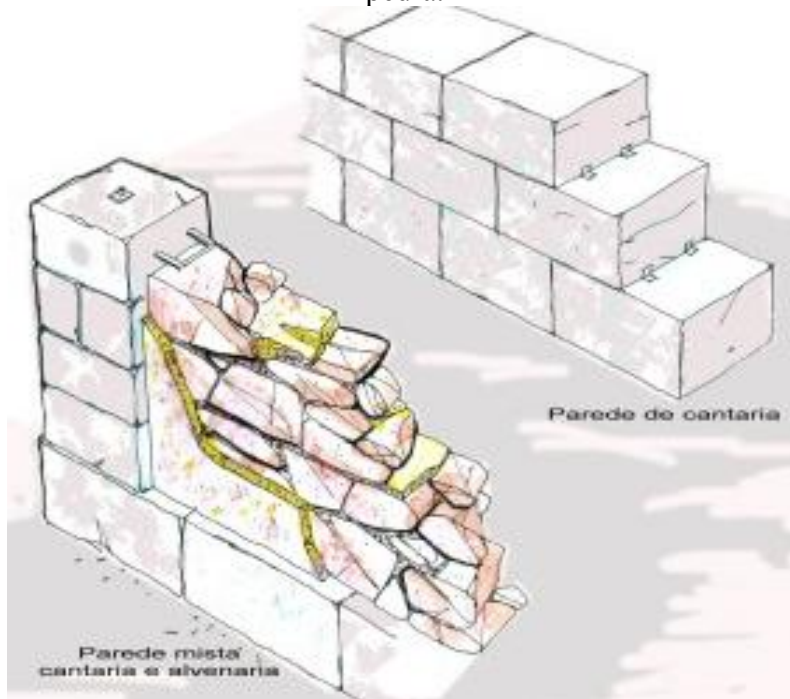
2.4.2.1 Cantaria

A cantaria, também conhecida como pedra aparelhada, segundo Braga (2003) era mais comum na região Nordeste, onde havia maior disponibilidade de calcários, arenitos e pedras brandas que são mais fáceis de serem trabalhadas, sendo mais comuns em templos religiosos e as vezes em construções civis e militares. Vasconcellos (1979, p. 25) observa que, na Paraíba, “os calcários nas obras de cantaria são de tal variedade e perfeição de acabamento dos ornamentos e decorações que facilmente se é levado a crer

serem aqueles trabalhos executados não em pedra e sim no mais dócil e obediente cedro”. De acordo com o autor, esse mesmo tipo de cantaria trabalhada, feita com arenito ou calcário, é encontrado em diversas regiões do Nordeste.

Colin (2010, p. 9) entende por cantaria “o serviço utilizando a pedra lavrada de maneira precisa, de modo que as peças se ajustam perfeitamente umas sobre as outras sem o auxílio de argamassa aglutinante. Para o assentamento rigoroso utilizam-se grampos metálicos e, às vezes, óleo de baleia como adesivo, para auxiliar na vedação.” Por se tratar de uma técnica sofisticada, que exige mão de obra especializada, a cantaria não era empregada na totalidade das edificações coloniais no Brasil. Ainda segundo o autor, seu uso restringia-se “apenas às partes mais importantes: nos frontispícios, nas soleiras, nas pilastras, nas cornijas, nos portais, nas janelas e nos cunhais” (Colin, 2010, p. 10).

Figura 11 – Aparelho de cantaria e aparelho misto de cantaria e alvenaria de pedra.



Fonte: Colin (2010).

2.4.3 Alvenaria de Tijolo Maciço Cozido

O uso do tijolo pelo homem remonta a tempos imemoriais. Ribeiro (2009) destaca que, nas civilizações antigas, os tijolos de terra cozida eram empregados com parcimônia,

devido ao alto custo do processo de queima. Na Babilônia, por exemplo, eram reservados principalmente para obras hidráulicas. Já no período colonial da América Portuguesa, o uso também era restrito, uma vez que a mão de obra qualificada dos oleiros era escassa e disputada, o que, somado à baixa produtividade das olarias artesanais, encarecia o material.

Braga (2003) observa que foi durante o Império Romano que surgiram as primeiras fórmulas rudimentares para o fabrico de tijolos cozidos, marcando um avanço técnico significativo. No entanto, somente no século XIX, conforme destaca Ribeiro (2009), é que a produção de tijolos foi efetivamente revolucionada, possibilitando maior escala e eficiência. A partir de então, a alvenaria de tijolos passou a predominar nas construções e se tornou a principal técnica empregada na construção civil até o final daquele século.

Sobre a produção artesanal dos tijolos, Braga (2003) explana que exigia cuidados específicos, especialmente na escolha da matéria-prima, que deveria ser uma argila untuosa, livre de impurezas como seixos. A plasticidade ideal era identificada empiricamente: o barro considerado adequado era aquele que, após a chuva, aderisse em grandes quantidades aos sapatos. Solos muito argilosos podiam ser corrigidos com areia, e solos arenosos, com argila, embora se preferisse uma mistura naturalmente equilibrada.

A etapa de amassadura era considerada essencial, pois quanto mais o barro fosse batido, mais compactos e resistentes seriam os tijolos resultantes. Na moldagem dos tijolos, as formas de madeira eram umedecidas e polvilhadas com areia para evitar a aderência da argila, que era então compactada com um rolo de madeira. A secagem lenta à sombra e com ventilação adequada era essencial para evitar fissuras durante a desidratação. O processo de queima exigia controle: iniciava-se com fogo brando por vários dias, permitindo a evaporação completa da umidade, antes de elevar a temperatura ao máximo. Os tijolos coloniais, feitos de forma artesanal, não apresentavam padronização e, em geral, tinham formato de lajotas maciças (Braga, 2003).

De maneira mais concisa, a produção de materiais cerâmicos segundo Mesquita e Mota (2017), envolve cinco etapas fundamentais, independentemente dos instrumentos utilizados: extração da matéria-prima, preparação, moldagem, secagem e queima. Essa sequência é bastante semelhante ao processo do adobe, diferenciando-se apenas na etapa

final, em que, após a secagem, o material é submetido à queima, geralmente em caieiras⁹, para adquirir maior resistência e durabilidade.

É por meio dessas técnicas construtivas que se pode compreender a história e a identidade de um povo, pois elas traduzem saberes acumulados ao longo de gerações e refletem a relação direta entre cultura, ambiente e necessidade. Somadas aos valores simbólicos e sociais que carregam para as comunidades, essas práticas revelam uma rica diversidade de soluções baseadas no uso de materiais naturais, como a terra, a pedra e a madeira, reafirmando o vínculo da arquitetura vernacular com o território, cultura, tradição e saberes locais.

2.6 A descaracterização das arquiteturas rurais frente à modernização

A Revolução Industrial representou um marco na história da humanidade, impactando profundamente a organização urbana e promovendo mudanças significativas no setor da construção civil, constituindo-se como um acontecimento importante para o desenvolvimento e a introdução de novos materiais. (Silva; Sousa, 2016). A industrialização dos materiais gerou um novo paradigma construtivo, centrado na eficiência e na padronização. Segundo Duarte (1999), os processos industriais desenvolvidos em diversos países europeus, desde o século XIX, tornaram a produção de materiais cada vez mais intensiva e em larga escala:

Os novos materiais e/ou a produção maciça deles, como o aço, o vidro e o concreto armado, redirecionam as discussões arquitetônicas, com a criação de novos elementos, que se tornam paradigmas da arquitetura moderna: coberturas transparentes, grandes estruturas, vãos livres maiores e balanços. Também são novos os temas dessa sociedade industrial, estações e rodovias redefinem o caráter dos grandes projetos, antes restritos aos monumentos públicos. Deslocados de simbologias míticas ou históricas que, no mais das vezes, distinguem o poder dos soberanos, os novos grandes projetos simbolizam a nova vida moderna, locada nas grandes cidades, cada vez mais industriais (Duarte, 1999, p. 35).

Esse movimento foi intensificado no Brasil ao longo do século XX, especialmente nos centros urbanos. De acordo com Reis Filho (1973), o período de maior intensidade no processo de industrialização e urbanização no país tem início por volta de 1940, com

⁹Caieira é o nome dado ao forno rudimentar utilizado para a queima de tijolos, geralmente construído com os próprios blocos crus que serão cozidos. Trata-se de uma estrutura temporária ou permanente, com abertura para alimentação do fogo, na qual os tijolos são empilhados de forma estratégica para permitir a circulação do calor e garantir a queima uniforme das peças. É amplamente utilizada em processos artesanais de produção cerâmica, sobretudo em olarias tradicionais (Luz, 2013).

os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, estendendo-se até 1960, com a implantação do Plano Piloto de Brasília. Segundo o autor, esse intervalo temporal marca um avanço técnico e econômico significativo, acompanhado por profundas transformações sociais, correspondendo à eclosão do movimento da arquitetura contemporâneo no Brasil. Reis Filho (1973) acrescenta que as habitações unifamiliares passaram a incorporar inovações arquitetônicas resultantes desse progresso técnico e econômico:

Pela primeira vez seriam exploradas amplamente as possibilidades de acomodação ao terreno, em que pese à exiguidade dos lotes em geral. Para isso contribuiria principalmente o uso das estruturas de sua rigidez. Agora as lajes de piso e cobertura seriam de concreto, em substituição às velhas estruturas de viga de madeira, com soalhos de tábuas longas e revestidas por baixo com forros de estuque ou madeira. Também as vigas e colunas eram agora de concreto; as paredes de tijolos não mais seriam estruturais, mas funcionariam apenas como painéis de vedação (Reis filho, 1973, p. 88).

Ainda assim, nas zonas rurais, a permanência das técnicas construtivas tradicionais se manteve por um período mais longo. Isso se deve tanto à dificuldade de acesso a materiais industrializados, quanto à preservação dos costumes locais, onde o saber-fazer ancestral continua presente nas práticas de construção, reforçado pelos vínculos culturais e pela adaptação histórica dessas técnicas ao ambiente e às necessidades das comunidades.

Segundo Teixeira (2017), na arquitetura vernacular sempre prevalecem as necessidades funcionais da habitação, entendidas como carências básicas de sobrevivência, tais como repousar, alimentar-se, reproduzir-se, proteger-se e socializar-se. Dessa forma, a intenção plástica ocupa um lugar secundário, e a ausência de estilo, no sentido formal, faz com que a arquitetura vernacular seja, em sua essência, de caráter rural, já que nas cidades encontra-se mais sujeita a influências externas e a transformações frequentes.

Contudo, nas últimas décadas, observa-se uma gradual substituição das técnicas construtivas tradicionais nas áreas rurais nordestinas por soluções padronizadas, o que resulta em um processo de modernização parcial das edificações. De acordo com Teixeira (2017) a arquitetura vernacular localizada na periferia ou em áreas próximas aos centros urbanos apresenta características híbridas, marcadas pela sobreposição de influências tanto rurais quanto urbanas. Em geral, é construída por moradores de origem rural, que mantêm em suas moradias muitos elementos vernáculos característicos do campo. No

entanto, com o tempo, esses mesmos moradores, em decorrência de mudanças culturais, acabam modificando a configuração físico-espacial de suas casas, incorporando referências estilísticas e buscando modernizar suas residências.

Essa dinâmica pode ser observada na comunidade estudada, o Sítio Lagoa de Dentro, onde residências reformadas e novas construções passaram a adotar como referência a estética e os materiais das casas urbanas. Assim, ainda que preservem parte dos elementos tradicionais, as edificações incorporam influências arquitetônicas das cidades próximas. Como observa Teixeira (2017, p. 4), “o resultado dessa ambiguidade rural-urbana, entretanto, é a formação de um tipo híbrido, nem rural, nem urbano, mas uma espécie de meio termo entre os dois.”

Nesse cenário, é possível observar, na comunidade, residências que incorporam diferentes sistemas construtivos e materiais, revelando um contraste entre elementos pré-industriais e industriais (figura 12). Ao longo das últimas décadas, materiais anteriormente produzidos na própria localidade, como o tijolo maciço cozido, a telha de barro, e a madeira da estrutura do telhado, tradicionalmente extraída de espécies como aroeira e angico, vêm sendo progressivamente substituídos por materiais industrializados, como o bloco cerâmico, a telha cerâmica padronizada e a madeira serrada proveniente de serrarias.

Figura 12 – Construção de alpendre com justaposição de materiais industriais sob os tradicionais.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Mais recentemente, observa-se a incorporação de acabamentos urbanos nas moradias rurais da comunidade, com a instalação de forros de PVC ou gesso, revestimentos cerâmicos em pisos e paredes, além de esquadrias de alumínio, que

substituem as tradicionais portas e janelas de madeira artesanal e das fachadas com molduras em EPS. Uma transformação significativa também está na inclusão de alpendres nas fachadas principais dessas residências, um elemento que apesar de fazer parte da tipologia da arquitetura rural, originalmente, não fazia parte da tipologia local. As casas, que antes apresentavam coberturas simples com duas águas, passam a ter três águas após a construção dos alpendres, modificando não apenas o sistema de cobertura, mas também a volumetria e a relação da edificação com o espaço exterior.

Figura 13 – Residências reformadas, Sítio Lagoa de dentro – RN, 2025.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

É nesse sentido que Choay (2001) afirma que o avanço da modernidade técnica tende a desconsiderar o valor simbólico e cultural das formas arquitetônicas tradicionais, substituindo-as por modelos genéricos, muitas vezes inadequados às condições ambientais e sociais locais. Reis Filho (2006) reforça que essa ruptura entre o lugar e sua materialidade compromete não apenas a forma arquitetônica, mas também os modos de vida e a memória das comunidades, contribuindo para a descaracterização da paisagem rural e o apagamento de expressões culturais construídas ao longo do tempo.

No entanto, é fundamental considerar uma perspectiva complementar: a de que, mesmo quando assume expressões contemporâneas, a arquitetura vernacular não perde seu valor cultural. Sua autenticidade reside justamente na capacidade de adaptação, respondendo de forma sensível às novas demandas, recursos disponíveis e transformações sociais. Nessa linha de pensamento, Sant’Anna e Rezende (2022, p. 35) afirmam que “a participação de materiais industriais ou *ready-made*, mesmo que prejudiquem seu status vernáculo, não o anula. E, de fato, em muitos casos, eles podem ser a única resposta cultural autêntica de uma comunidade.” Assim, a incorporação de novos materiais e soluções formais não representa, necessariamente, a descaracterização da arquitetura vernacular, mas sim a continuidade de sua essência adaptativa e contextual.

Essa ideia também é refletida na Carta sobre o Patrimônio Construído Vernáculo (Lopes; Correia, 1999, p. 1), que afirma que “a construção vernácula é a forma tradicional e natural pela qual as comunidades habitavam. É um processo contínuo que inclui as necessárias modificações e adaptações contínuas como resposta as restrições sociais e ambientais”. Desse modo, da mesma forma que, no período pré-industrial, os construtores e moradores recorriam aos materiais e soluções mais acessíveis, funcionais e econômicas disponíveis no entorno, em um contexto industrial ou globalizado, essa lógica permanece válida, ainda que com a incorporação de materiais industrializados (Sant’anna; Rezende, 2022).

Para tanto, segundo Sant’Anna e Rezende (2022) há uma contradição recorrente: enquanto se reconhece o valor da arquitetura vernacular como patrimônio cultural imaterial, por vezes nega-se sua legitimidade quando incorpora materiais industrializados ou soluções contemporâneas. Essa contradição é evidenciada até mesmo no posicionamento da Carta sobre o Patrimônio Construído Vernáculo (Lopes; Correia, 1999), ao recomendar que, para garantir a salvaguarda dessa tradição, as mudanças devem ser “controladas” e restritas aos modos tradicionais ou formalmente assimiláveis, proibindo a introdução de elementos considerados disruptivos aos modelos originais. Tal perspectiva, revela uma limitação no entendimento da arquitetura vernacular como um processo contínuo que necessita de modificações e adaptações para se adequar a realidade local (Sant’anna; Rezende, 2022).

Nessa perspectiva, deve-se compreender que a intervenção espontânea do habitante local em empregar materiais industrializados, é segundo Sant’Anna e Rezende (2022) uma expressão de liberdade criativa sem preconceitos, capaz de carregar valores culturais mais vernáculos da comunidade do que por exemplo um projeto realizado com materiais pré-industriais de um estúdio de arquitetura localizado distante desse local. Para os autores: “Parte do vernáculo atual é agora expresso com meios atuais. Porque são simplesmente meios, o instrumento em que a cultura se materializa. Não a cultura em si, porque a cultura não é criada nem destruída, ela só é transformada.” (Sant’anna; Rezende, 2022, p.37).

Portanto, o fato de uma arquitetura ser vernacular não implica que deva permanecer estagnada na tradição, tampouco recusar novas expressões vinculadas ao contexto local. Para Sant’Anna e Rezende (2022), permitir que a arquitetura vernacular se desenvolva de forma livre e contextualizada significa reconhecer o direito das comunidades de decidirem sobre sua própria cultura e se desenvolverem de maneira

autônoma sem precisar negar o uso de meios modernos que já se inserem na sua própria realidade. Nesse sentido “somente indivíduos da própria comunidade podem desenvolver "consciência espontânea", pois são os únicos capazes de traduzir sua cultura em arquitetura” (Sant’anna; Rezende, 2022, p. 39).

De fato, o que se encontra em risco não é a continuidade da arquitetura vernacular enquanto prática viva, mas sim a arquitetura vernacular histórica, ligada a um tempo que já se encerrou. Essa constatação leva a um ponto crucial: não se trata de congelar as residências em sua aparência original, mas de salvaguardar os saberes que as originaram. O patrimônio, nesse caso, está no conhecimento transmitido oralmente, nos gestos aprendidos na prática, nas soluções construtivas moldadas pela experiência coletiva e pela relação íntima com o território.

Conclui-se, portanto, que preservar a arquitetura vernacular significa garantir a continuidade desses saberes locais, mesmo que aplicados a novos materiais e necessidades, respeitando o direito das comunidades de adaptar sua arquitetura sem romper com sua identidade. Assim, como afirmam Sant’Anna e Rezende (2022), a autenticidade da arquitetura vernacular reside menos na forma do objeto construído e mais na cultura que o produz.

3 A COMUNIDADE LAGOA DE DENTRO

A pesquisa tem como foco a comunidade Sítio Lagoa de Dentro, localizada na zona rural do município de Doutor Severiano, situado mais especificamente na região imediata da Serra de São Miguel, no interior do estado do Rio Grande do Norte, Brasil. O município de Doutor Severiano está a 415 quilômetros de Natal, capital do estado, e possui uma área territorial de aproximadamente 113,737 km², com uma população estimada de 7.068 habitantes (Ibge, 2021). A maior parte da população do município reside na zona rural; a comunidade Lagoa de Dentro é uma entre as 32 comunidades existentes e está situada a 12,5 quilômetros do centro urbano, com população estimada em 720 habitantes.¹⁰

3.1 Origem e Histórico do desenvolvimento da comunidade

Para compreender as origens e a trajetória da comunidade Lagoa de Dentro, recorreu-se tanto aos relatos de moradores mais antigos quanto ao manuscrito intitulado História da Comunidade Lagoa de Dentro, escrito em 2007 por Edna Franco, professora aposentada da rede estadual de ensino, além de moradora de grande prestígio local. A obra, redigida manualmente, reúne lembranças, registros históricos e narrativas orais que documentam a formação e o desenvolvimento da comunidade, sob a perspectiva de quem vivenciou diretamente suas transformações ao longo dos anos.

Segundo o manuscrito, o nome da comunidade teve origem na descoberta de uma lagoa localizada no interior da mata que cobria a região. Conforme relatos de um antigo morador, Manoel Liberato, habitava nas proximidades onde hoje se encontra o açude do Sítio Fazenda um homem conhecido como Major Gurjão, também chamado de Gurujão. Ele se estabeleceu no local com sua família e escravizados no século XIX, sendo considerado um dos primeiros habitantes da região (Franco, 2007).

O Major dedicava-se à criação de gado, cavalos e outros animais. Certo dia, ao perceber o desaparecimento de duas cabeças de gado, ordenou que seus escravizados adentrassem a mata em busca dos animais. Após algum tempo de caminhada, observaram movimentos e sons entre a vegetação. Ao se aproximarem, encontraram o rebanho ao redor de uma grande lagoa até então desconhecida, onde os animais matavam a sede.

¹⁰ O dado populacional mencionado não consta nos registros oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A informação foi fornecida por uma agente de saúde atuante na comunidade, e abrange não só o Sítio Lagoa de Dentro mais também o Sítio Fazenda, por ambos integrarem sua área de cobertura profissional.

Surpresos com a descoberta, retornaram e relataram o fato ao Major, que imediatamente perguntou onde ficava tal lagoa. A resposta foi simples e direta: “pra dentro” (Franco, 2007). Desde então, o local passou a ser conhecido como Lagoa de Dentro, nome que se consolidou com o tempo, sendo adotado por toda a população local e posteriormente registrado oficialmente nos mapas do município.

Figura 14 – Lagoa que deu origem ao nome da comunidade.



Fonte: Adaptado de Satellitespro (2025).

A trajetória histórica da comunidade de Lagoa de Dentro foi marcada por desafios, resiliência e forte organização social. Desde sua formação, as famílias, geralmente numerosas, com uma média de 10 a 12 filhos, baseavam sua subsistência em atividades agrícolas. As tarefas eram distribuídas de forma definida: às mulheres cabia a execução das múltiplas atividades domésticas, o domínio de diferentes técnicas de artesanato, bem como a responsabilidade de pilar e moer os grãos (Franco, 2007). Desde cedo, as crianças eram inseridas nesse processo, aprendendo e reproduzindo os saberes e práticas da comunidade. Os homens, por sua vez, atuavam no cultivo da terra, na criação de animais, na realização de serviços gerais e no abastecimento de água e lenha para a manutenção da casa.

Um aspecto característico da cultura e dos costumes da comunidade é que, até os dias atuais, a maioria das residências ainda preservam o uso do tradicional fogão a lenha, cujo abastecimento é realizado, em grande parte, com lenha retirada do próprio entorno.

Figura 15 – Fogão a lenha (à esquerda); Pilha de lenha para abastecimento (à direita), Sítio Lagoa de Dentro – RN, 2025.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

O acesso à água é um desafio para a comunidade. Historicamente, os moradores transportavam-na em cabaças ou em recipientes sobre jumentos, enfrentando longos períodos de estiagem que secavam cacimbas, lagoas e riachos. De acordo com Franco (2007), o primeiro açude de abastecimento da comunidade foi o açude do Sítio Fazenda, construído pelo Major Gurujão, no século XIX, com mão de obra escravizada e ampliado em 1988, consolidando-se como a principal fonte de água local. Durante a seca de 1993, foram perfurados dois poços artesianos, e, em 2000, o açude voltou a encher. Anos mais tarde, dois grandes reservatórios foram implantados, um em Lagoa de Dentro e outro no Sítio Fazenda, embora atualmente, tanto os poços quanto os reservatórios se encontrem em desuso.

Figura 16 – Açude do Sítio fazenda.



Fonte: Adaptado de Satellitespro (2025).

Até hoje, a localidade não possui sistema de abastecimento por encanação, dependendo da captação da água da chuva em cisternas. Cada residência possui, no mínimo, uma cisterna, podendo chegar a até três unidades por domicílio. Dois modelos

principais de cisternas compõem a paisagem dos quintais: a cisterna tradicional, abastecida pela água captada através das calhas instaladas nos telhados, e a cisterna do tipo “calçadão”, na qual a água pluvial é direcionada para o reservatório por meio de uma superfície pavimentada que facilita sua coleta e armazenamento. Quando as cisternas secam, as famílias recorrem à compra de água por meio de pipas, evidenciando desafios persistentes na infraestrutura hídrica da comunidade.

Figura 17 – Cisterna tradicional (à esquerda); Cisterna tipo calçadão (à direita), Sítio Lagoa de Dentro – RN, 2025.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Segundo Franco (2007), a estrada que liga a comunidade à sede de Doutor Severiano foi construída apenas em 1970. Antes disso, a locomoção para as cidades vizinhas era feita exclusivamente por cavalos ou jumentos. A população enfrentava severas limitações no acesso à saúde e à educação: Havia elevada mortalidade infantil, não tinha médicos e doenças como tétano e infestação por bicho-de-pé eram comuns. O analfabetismo predominava e o ensino formal era escasso, muitas vezes improvisado em casas de professores ou pais alfabetizados, com recursos mínimos, como lamparinas, lápis e cadernos reutilizados (Franco, 2007).

Franco (2007) destaca também que apenas em 1979, foram instalados os primeiros grupos escolares da rede municipal: um no Sítio Fazenda, denominado Pedro Herculano, e outro em Lagoa de Dentro, chamado João Lopes da Silva, ampliando gradualmente o acesso ao ensino formal, embora as aulas em residências com professores da rede estadual ainda persistissem. No mesmo ano, foi construído o posto de saúde da comunidade, ativo

até hoje, que oferece atendimento clínico semanal, consultas com alguns especialistas, vacinação, distribuição de medicamentos e acompanhamento familiar por agentes de saúde.

Em 1988, foi construída uma escola municipal com estrutura adequada, oferecendo aulas desde a creche até o ensino fundamental completo. A instituição foi inaugurada com o nome de Vicente Lopes da Silva e, em 2006, passou a se chamar Escola Municipal José Augusto da Silva (Franco, 2007). Trata-se da única escola em funcionamento na comunidade até os dias atuais; contudo, desde uma mudança ocorrida em 2018, passou a ofertar apenas o ensino infantil (até a 5ª série). Assim, a população, que anteriormente precisava se deslocar diariamente até a cidade de Doutor Severiano apenas para cursar o ensino médio, agora também precisa se deslocar para concluir o ensino fundamental.

Figura 18 – Escola Municipal José Augusto da Silva, Sítio Lagoa de Dentro – RN, 2025.

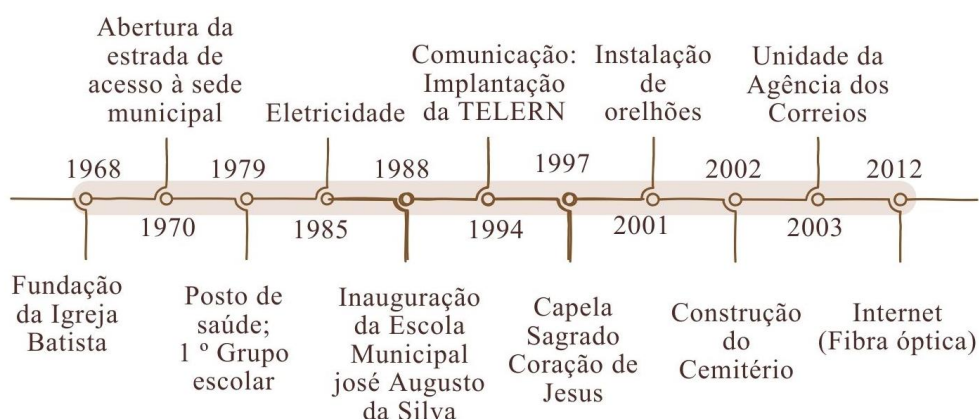


Fonte: Arquivo pessoal (2025).

De acordo com Franco (2007), a eletrificação da comunidade ocorreu em 1985. No campo da comunicação, o primeiro posto da TELERN (Telecomunicações do Rio grande do Norte) foi instalado em 1994, possibilitando contato com familiares migrantes, dado o fluxo de jovens para cidades como São Paulo, Brasília e Santa Catarina, em busca de oportunidade de emprego. Em 2001, foram implantados os primeiros orelhões e, posteriormente, viabilizado o acesso à internet por meio da implantação de uma torre da

Vivo e de provedores locais, como a Brisanet (Empresa de telecomunicações). A expansão dos equipamentos comunitários incluiu ainda a criação do cemitério em 2002, da agência dos Correios em 2003 além de melhorias na infraestrutura viária, especialmente com a execução de calçamentos nos últimos anos.

Figura 19 – Linha do tempo do desenvolvimento da comunidade.



Fonte: Autoria própria (2025).

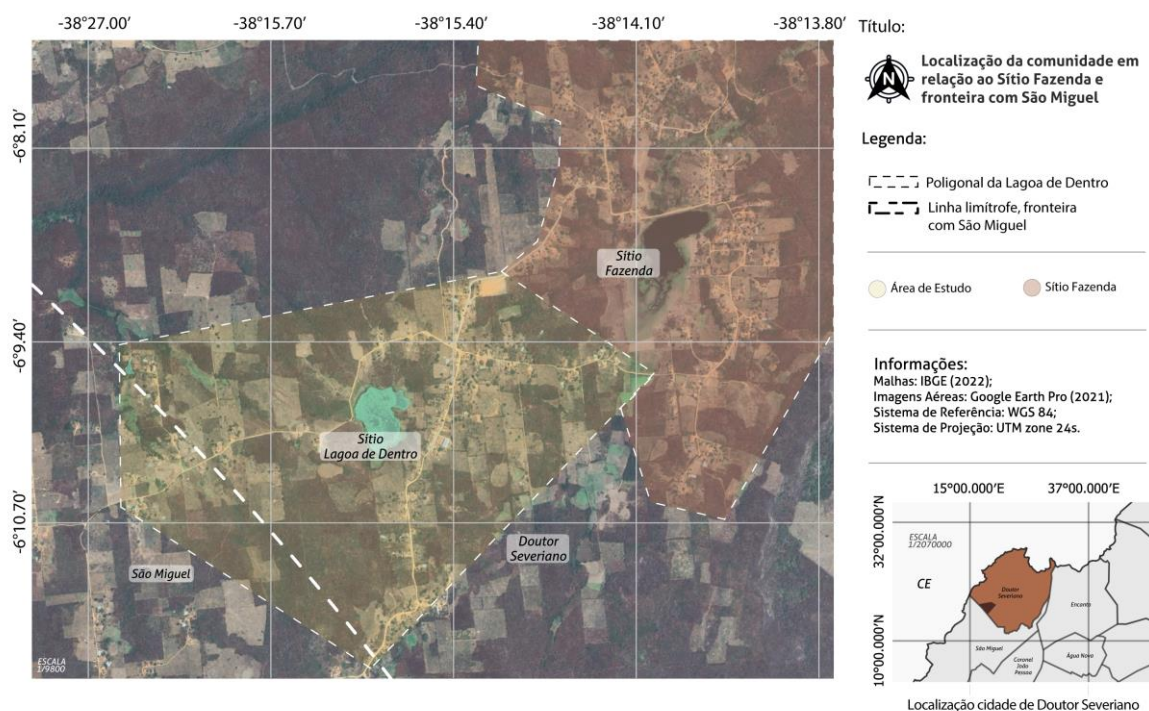
3.2 Relação entre o Sítio Fazenda e o Sítio Lagoa de Dentro

Como já mencionado, a comunidade rural em questão não possui delimitação formal ou registrada em bases oficiais, como no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que representa um desafio significativo para a definição de seus limites territoriais. Os limites da comunidade, em grande parte, são identificados e estabelecidos oralmente, com base na memória coletiva dos moradores, o que faz com que as fronteiras variem de acordo com o tempo, o contexto e os interlocutores. O único limite definido administrativamente é o que separa o município de Doutor Severiano do município de São Miguel, ao sul. Dessa forma, para os fins deste trabalho, a área de estudo foi delimitada com base em relatos dos moradores, em referências locais e na observação de imagens de satélite.

Para compreender com melhor precisão a área delimitada por esta pesquisa, é necessário considerar dois pontos centrais: (1) A complexa relação territorial e histórica entre os núcleos da Fazenda e da Lagoa de Dentro; e (2) As particularidades da definição da fronteira entre Doutor Severiano e São Miguel: divergências entre os limites administrativos e o senso de pertencimento local. Esses dois aspectos são fundamentais

para compreender como se constitui o território da comunidade analisada e como a população se reconhece dentro dele, especialmente no que se refere às práticas de autoconstrução e ao modo de habitar rural.

Mapa 3 – Área de estudo em relação ao Sítio fazenda e fronteira com São Miguel.

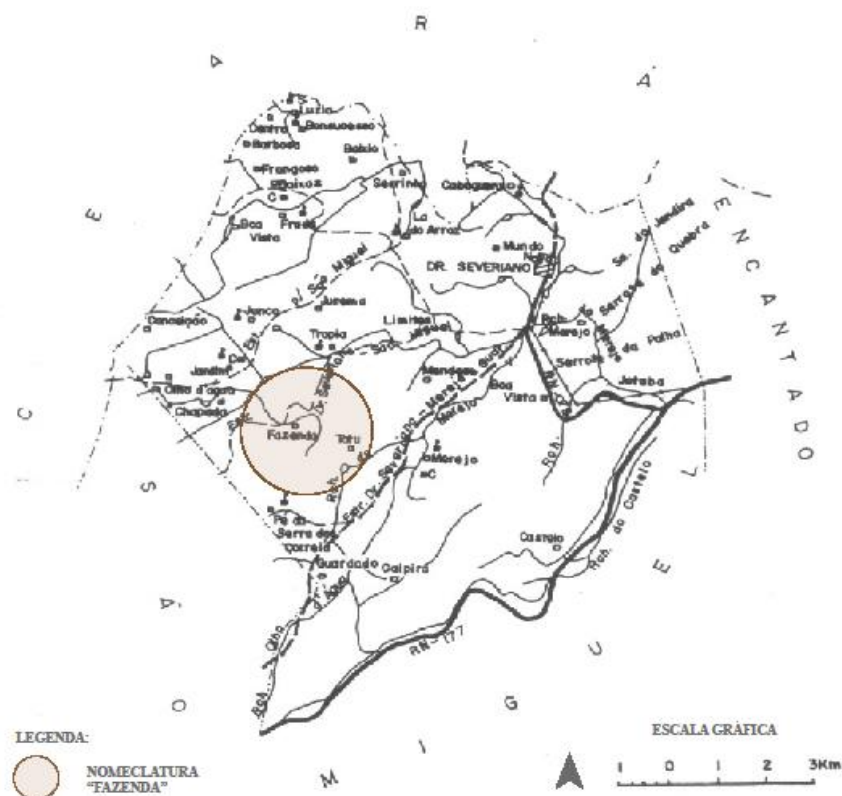


Fonte: Adaptado do IBGE (2022).

Um dos pontos centrais dessa indefinição territorial é a relação entre o Sítio Fazenda e Lagoa de Dentro. Atualmente, há certa confusão sobre essa relação: muitas vezes, toda a área é compreendida de forma generalizada como “Lagoa de Dentro”, e a Fazenda é vista como um povoado inserido nesse território. Essa percepção parece estar se consolidado cada vez mais ao longo do tempo. Entretanto, a partir reconstituição da história local pode-se compreender que a ocupação do Sítio Fazenda antecede ao descobrimento e formação da comunidade Lagoa de Dentro.

Essa informação é corroborada pelo mapa de perfil socioeconômico do município de 1999 (Anexo A), elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), disponível publicamente na internet, o qual registra o nome “Fazenda” como única referência à localidade, sem menção à Lagoa de Dentro. Esse dado sugere que o núcleo original de ocupação era, de fato, a Fazenda, evidenciando a nomenclatura utilizada para a área em registros oficiais mais antigos.

Figura 20 – Mapa de perfil socioeconômico do município de 1999 (IDEMA) - Registro da nomenclatura “Fazenda”.



Fonte: Adaptado do IDEMA (1999).

Outra questão relevante que contribui para a complexidade na caracterização e definição dos limites da área de estudo, conforme relatado por moradores mais antigos, é a subdivisão histórica do Sítio Fazenda. No passado, a Fazenda era informalmente dividida em três partes: Fazenda de Cima, Fazenda e Fazenda de Baixo. Essas denominações eram utilizadas e transmitidas à comunidade por agentes da SUCAM (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública), que se orientavam no território com base nessas referências orais durante suas visitas entre as décadas de 1970 e 1990¹¹, período em que ainda circulavam pela região. Segundo os moradores, essa subdivisão gerou certa confusão, pois áreas já compreendidas pela população local como parte da comunidade Lagoa de Dentro eram, à época, identificadas pelos agentes da SUCAM como pertencentes à Fazenda de Cima.

¹¹ Informação obtida por meio de conversas informais com moradores mais antigos da comunidade de Lagoa de Dentro, durante visitas de campo. De acordo com a Agência Câmara de Notícias (2022), a SUCAM foi criada na década de 1970 e extinta em 1991, sendo considerada, à época, o órgão público com maior presença e atuação em áreas rurais do Brasil. Sua missão era combater endemias como a doença de Chagas, malária, esquistossomose e febre amarela, o que corrobora com os relatos dos moradores locais.

Essa estrutura tripartida chegou a ser representada no Mapa Municipal de Doutor Severiano de 2021 (IBGE) (Anexo B), no qual constam as três denominações ao lado da já registrada Lagoa de Dentro, indicando o reconhecimento, ainda que pontual, dessas nomenclaturas. No entanto, tais subdivisões não foram mantidas nos registros cartográficos posteriores, tampouco na oralidade cotidiana. Já no Mapa Municipal de 2022 (IBGE) (Anexo C), aparece apenas os nomes “Fazenda de baixo” e “Lagoa de Dentro”. O desaparecimento das demais referências nos registros oficiais, aliado à perda gradual de seu uso na oralidade da comunidade ao longo do tempo, reforçou a consolidação da denominação “Fazenda” como principal marcador territorial da área, sendo esta a referência atualmente reconhecida pela maioria dos moradores.

Diante disso, a investigação da origem e ocupação territorial revela que o Sítio Fazenda não é um povoado inserido dentro do Sítio Lagoa de Dentro, tampouco uma ampliação territorial posterior. Trata-se de um núcleo original, com trajetória própria, anterior ao desenvolvimento de Lagoa de Dentro, o que lhe confere autonomia histórica e identidade própria dentro do contexto rural do município. É importante ressaltar que o objetivo dessa investigação não consiste em segmentar ou hierarquizar os territórios, mas sim compreender os limites espaciais de maneira precisa, de modo a definir e delimitar adequadamente a área estudada nesta pesquisa.

Portanto, este estudo optou por delimitar separadamente as áreas da Lagoa de Dentro e da Fazenda, com o objetivo de realizar o levantamento das habitações autoconstruídas de forma mais precisa. No entanto, é relevante destacar que a sobreposição de nomes, memórias e fronteiras evidencia que a relação entre esses dois núcleos vai além da dimensão geográfica. Trata-se de uma construção histórica e identitária, essencial para compreender a formação da comunidade como um todo. Assim, Fazenda e Lagoa de Dentro não devem ser interpretadas como áreas sobrepostas ou hierarquicamente subordinadas, mas sim como territórios complementares, cujas trajetórias interligadas contribuíram para moldar a identidade cultural, social e espacial do povo que ali vive.

3.3 A fronteira entre Doutor Severiano e São Miguel: Divergência entre limite administrativo e pertencimento.

Outro fator importante na delimitação da área de estudo é a imprecisão da fronteira entre os municípios de Doutor Severiano e São Miguel. Administrativamente, parte do

território da comunidade de Lagoa de Dentro encontra-se dentro dos limites oficiais do município de São Miguel. No entanto, durante conversas informais com os moradores que residem nessa área, nota-se uma percepção dividida: A maioria ainda se identifica como pertencente ao município de Doutor Severiano, mesmo estando fora de seus limites, enquanto uma parcela menor reconhece-se como parte de São Miguel. Essa ambiguidade tem levado ao uso de uma designação informal por parte desses moradores: “Lagoa de Dentro de São Miguel”.

Em conversas informais com esses moradores da comunidade que se reconhecem como pertencentes ao município de São Miguel, foi possível perceber que esses indivíduos possuem um conhecimento mais preciso sobre a delimitação da fronteira entre os dois municípios. Isso se deve à presença, nas proximidades de suas residências, de marcos físicos instalados por autoridades, consistindo em pedras pontiagudas que indicam com exatidão o local da divisão territorial e a direção da linha limítrofe (Figura 21). Justamente por viverem próximos a esses marcos, esses moradores passaram a reafirmar, ao longo do tempo, sua vinculação ao município de São Miguel, buscando assistência e estabelecendo vínculos com os serviços e estruturas oferecidos por essa cidade.

Figura 21 – Pedra pontiaguda - Marco físico da divisão territorial entre São Miguel e Doutor Severiano na comunidade de Lagoa de Dentro.



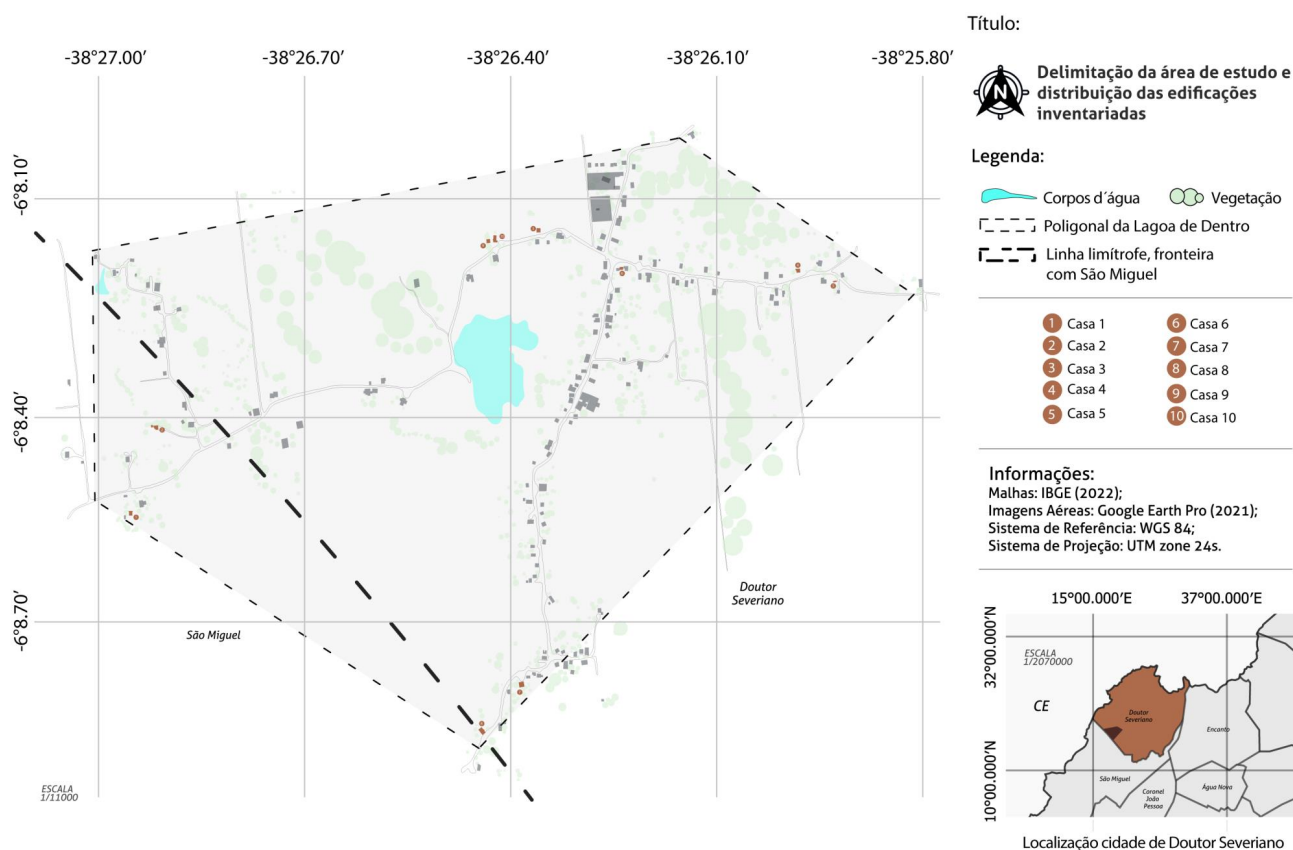
Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Já o sentimento de pertencimento ao município de Doutor Severiano, por parte dos moradores que vivem nos limites territoriais de São Miguel, justifica-se não apenas pela ausência de outra referência territorial próxima, mas principalmente pelos laços diretos que essa área da comunidade desenvolveu ao longo do tempo com a sede de Doutor Severiano. Esses moradores são efetivamente assistidos pelo município de Doutor

Severiano em diversas áreas, como saúde, educação, assistência social e participação política e cultural, além de serem contemplados por serviços essenciais, como o fornecimento de energia elétrica e projetos de apoio à agricultura familiar.

Essa atuação prática do poder público de Doutor Severiano reforça a relação cotidiana e afetiva dos moradores com o município, evidenciando como o território vivido e percebido muitas vezes se sobrepõe aos limites administrativos formais. Dessa forma, 02 edificações localizadas fora da linha divisória oficial também serão incluídas no inventário, tanto por sua relevância para este estudo, já que se enquadram nos critérios de escolha, quanto pelo reconhecimento, por parte de seus moradores, de que pertencem, de fato, ao município de Doutor Severiano.

Mapa 4 – Delimitação da área de estudo e edificações inventariadas¹².



Fonte: Adaptado do IBGE (2022).

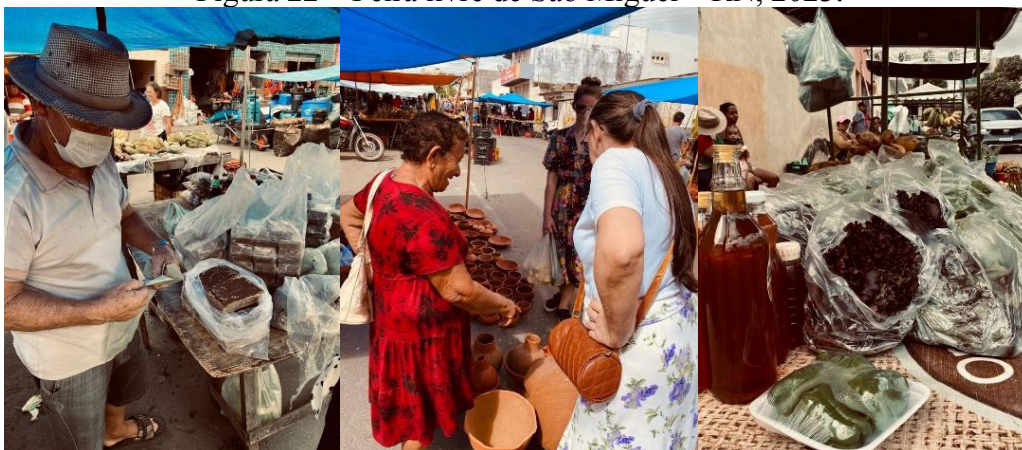
Historicamente, a comunidade de Lagoa de Dentro sempre manteve fortes vínculos com a cidade de São Miguel. Segundo informações disponibilizadas no site

¹² Para visualização detalhada, consultar o Apêndice C ou o QR Code disponibilizado no Apêndice H, onde estão reunidos todos os mapas desenvolvidos neste trabalho em alta resolução.

oficial da Prefeitura Municipal de Doutor Severiano¹³ e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge, 2023), a área onde atualmente se encontra a sede do município teve origem em 1940, com a formação do povoado de Mundo Novo¹⁴, então distrito pertencente a São Miguel, do qual se desmembrou em 1962. Essa antiga ligação institucional contribui para explicar a continuidade da relação da comunidade com São Miguel. Além disso, a proximidade geográfica e a participação ativa dos moradores de Lagoa de Dentro em manifestações culturais, comerciais e religiosas promovidas em São Miguel, que tradicionalmente são mais expressivas e influentes na região, reforçam esse vínculo histórico e afetivo entre as localidades.

Uma das relações mais significativas de vínculo entre a comunidade de Lagoa de Dentro e a cidade de São Miguel, que permanece até os dias atuais, é a relação comercial. A maioria dos moradores da comunidade demonstra uma preferência por se deslocar até São Miguel para realizar o abastecimento doméstico e fazer a feira do mês. A feira livre realizada no centro comercial da cidade apresenta ampla variedade de produtos, incluindo vestuário, utensílios domésticos, diferentes tipos de artesanato, gêneros alimentícios (como frutas, verduras, feijão, milho, arroz e mel), além de produtos tradicionais da cultura regional, como rapadura, alfenim e farinha de mandioca.

Figura 22 – Feira livre de São Miguel – RN, 2023.



¹³ PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO. **O Município**. Doutor Severiano, RN. Disponível em: <<https://www.doutorseveriano.rn.gov.br/omunicipio.php>>. Acesso em: 16 jul. 2025.

¹⁴ As terras do atual município de Doutor Severiano começaram a ser ocupadas ainda no século XVII. Foi apenas no século XX, que se formou, na área onde hoje se localiza a sede municipal, o povoado denominado Mundo Novo. Caetano de Barros e Domingos Lopes Barbalho foram os primeiros proprietários de terras nas proximidades do Riacho do Mundo Novo. O povoado foi elevado à categoria de distrito do município de São Miguel, passando a se chamar Doutor Severiano, em homenagem ao caicoense Francisco Severiano de Figueiredo Sobrinho (1884–1949). Em maio de 1962, o distrito foi desmembrado e elevado à categoria de município (Ibge, 1996).



Fonte: Alexandre Milla (2023).

Apesar da redução gradual no número de barracas e comerciantes ao longo dos anos, o comércio de São Miguel continua ativo e aquecido, atendendo também aos outros municípios e comunidades rurais vizinhas.

Outra relação significativa entre Lagoa de Dentro e São Miguel é a de caráter religioso. A capela católica da comunidade, dedicada ao Sagrado Coração de Jesus, foi construída em 1997¹⁵, quando as manifestações religiosas passaram, aos poucos, a serem realizadas dentro da comunidade. Até então, os moradores participavam das celebrações litúrgicas na Igreja Matriz de São Miguel Arcanjo, onde também realizavam os batizados, casamentos e outras celebrações religiosas.

Figura 23 – Registro de casamento (1996) e batizado (1975) de moradores da comunidade realizado na Igreja Matriz de São Miguel Arcanjo.



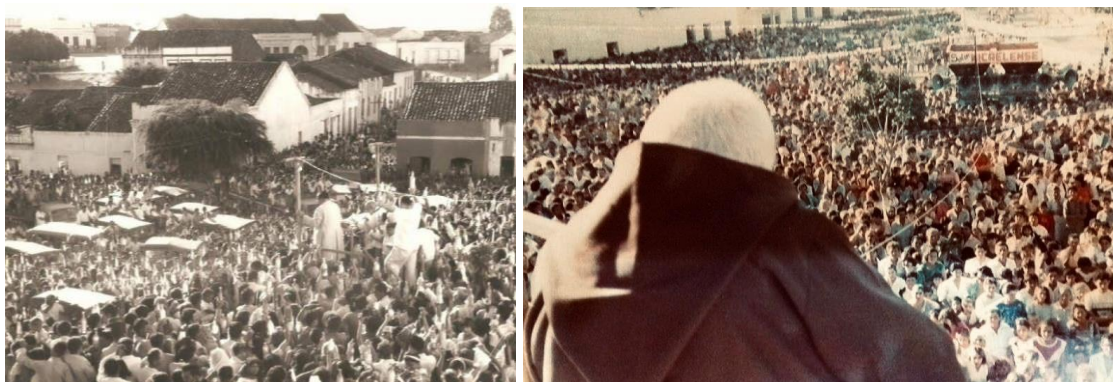
Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Por meio das conversas com os moradores, constatou-se que os eventos religiosos realizados na cidade de São Miguel eram aguardados com grande expectativa, tanto pela sua grandiosidade quanto pela capacidade de atrair numerosos fiéis. As grandes missões

¹⁵A data mencionada da construção da igreja Sagrado Coração de Jesus foi obtida por meio do relato de Antônio Ferreira de Sousa, um dos pedreiros da comunidade que participou da obra.

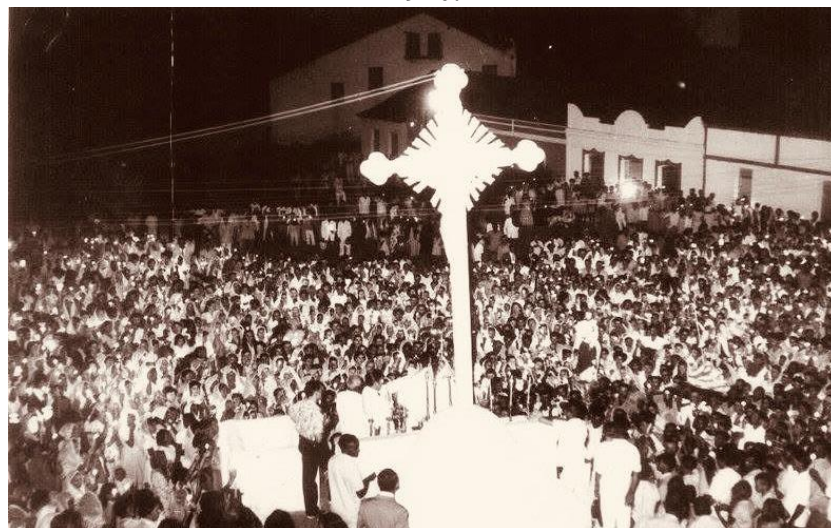
conduzidas por Frei Damião¹⁶, as tradicionais romarias, as novenas e festividades em honra a São Miguel Arcanjo eram consideradas marcos relevantes na vivência religiosa dos lagoenses, mobilizando ampla participação da população. Em diversos relatos, a importância de tais eventos se evidenciava no esforço despendido pelos moradores, que frequentemente percorriam a pé o trajeto de aproximadamente 11,3 km do Sítio até a paróquia da cidade de São Miguel.

Figura 24 – Missões de Frei Damião na cidade São Miguel/RN nas décadas de 1950 e 1960.



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Rêgo (s.d).

Figura 25 – Novena campal de São Miguel Arcanjo Miguel, São Miguel-RN, década de 1940.



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Rêgo (s.d).

¹⁶As missões de Frei Damião na cidade de São Miguel aconteciam, em média, a cada dois anos. Segundo o historiador local Renê Guida, o frade capuchinho esteve pela primeira vez na cidade em 1948 (Brito, 2021).

Figura 26 – Novena campal e Procissão em honra a São Miguel Arcanjo, São Miguel-RN, 2024.



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Rêgo (2024); Manuel Araújo (2024).

Até 2009, o município de Doutor Severiano integrava a Paróquia de São Miguel Arcanjo (sede em São Miguel/RN), o que reforça essa influência de São Miguel nas práticas religiosas da comunidade Lagoa de Dentro. Após esse período, foi promovido o desmembramento e reorganização pastoral na região, com a incorporação das comunidades de Doutor Severiano à recém-criada Paróquia de São Sebastião, sediada em Encanto, passando assim a compor formalmente a circunscrição eclesiástica vinculada à Diocese de Mossoró.

3.4 Aspectos sociais, culturais e econômicos

No aspecto religioso, a comunidade é composta por fiéis das tradições católica e evangélica. A presença evangélica é fortemente representada, permanecendo ativa até os dias atuais. Existem, ao todo, quatro igrejas evangélicas construídas na localidade,

incluindo a Igreja Batista do Sítio Fazenda, considerada a mais antiga da comunidade, fundada no ano 1968, antecedendo a construção da igreja católica. As manifestações religiosas de matriz evangélica sempre estiveram presentes no cotidiano da comunidade, por meio da realização de cultos, batismos e cerimônias de casamento.

Figura 27 – Igreja Batista, Sítio Fazenda-RN, 2025.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

As manifestações da tradição católica, embora atualmente menos expressivas em comparação a períodos anteriores, desempenharam, por muito tempo, um papel de destaque na vida religiosa da comunidade, com grande envolvimento dos moradores. Essas celebrações atraíam não apenas os fiéis locais, mas também participantes de comunidades rurais vizinhas e da sede do município de Doutor Severiano. Entre os eventos de maior relevância destaca-se a festa do padroeiro Sagrado Coração de Jesus, que compreendia novenário, barracas com comidas típicas, exposição de artesanato local, o tradicional leilão realizado na última noite da novena e a procissão de encerramento. Outra manifestação de cunho religioso que se mantém como expressão significativa da fé católica na comunidade é o Mês Mariano, finalizado com a coroação de Nossa Senhora.

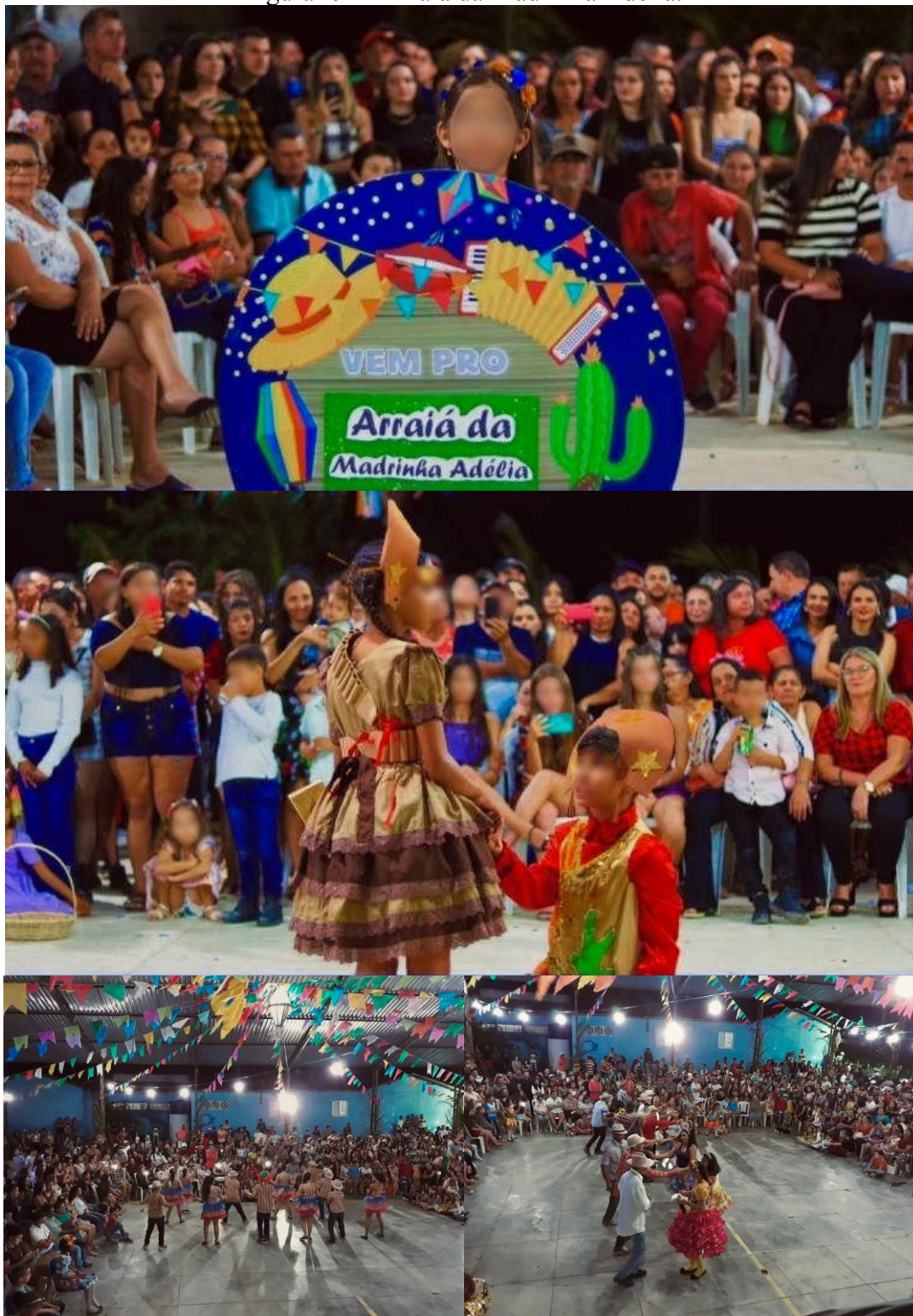
Figura 28 – Capela do sagrado Coração de Jesus, Lagoa de Dentro - RN, 2025.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

A cultura local também mantém fortes vínculos com a sede do município, expressando-se em diversas festividades cívicas e tradicionais. Dentre elas, destacam-se as comemorações da emancipação política do município no dia 10 de maio, que incluem festividades, solenidades oficiais e feiras de artesanatos, também nos desfiles cívicos e eventos comemorativos no dia 7 de setembro com participação ativa das escolas de todo o município. As apresentações folclóricas, organizadas pelas instituições de ensino, também são manifestações culturais comuns e valorizadas no município. Outro evento de grande relevância na comunidade rural é o tradicional Arraiá da Madrinha Adélia, promovido pela Escola Municipal José Augusto da Silva em parceria com a Prefeitura Municipal. A festividade tornou-se um importante marco cultural local, atraindo público das regiões rurais vizinhas.

Figura 29 – Arraiá da Madrinha Adélia.



Fonte: Prefeitura Municipal de Doutor Severiano/RN (2023).

Outras manifestações culturais que remetem às origens da comunidade, mas que não resistiram ao tempo na localidade, incluem as tertúlias, as cantorias de repente e as festas de forró pé de serra. As cantorias de repente ocorriam em espaços como alpendres, bodegas e terreiros, onde os cantadores improvisavam versos rimados em forma de

desafio, com ativa participação da comunidade. Já as festas de forró pé de serra, eram organizadas pelos próprios moradores, contavam com músicos locais e instrumentos tradicionais como sanfona, triângulo e zabumba, promovendo momentos integração e identidade cultural. As tertúlias eram encontros realizados nos terreiros das casas, geralmente por famílias que possuíam radiola e discos de vinil. Nesses momentos, vizinhos e parentes reuniam-se para ouvir música, dançar e confraternizar, muitas vezes em celebrações especiais, como o retorno de um familiar ausente, acompanhadas jantar à luz de lamparinas.

Figura 30 – Jantar à luz de lamparinas (à esquerda); Noite de tertúlia que seguia após o jantar (à direita), Sítio Lagoa de Dentro - RN, 1977.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

A comunidade conta com a presença de mulheres detentoras de saberes populares tradicionais, como as benzedeiras e as parteiras, que desempenhavam um papel fundamental na organização social e no cuidado com a vida nas comunidades rurais, especialmente na manutenção da saúde emocional e espiritual da população. Essas mulheres, em geral, também possuíam conhecimentos sobre o uso de ervas medicinais. As benzedeiras eram procuradas principalmente para o tratamento de males espirituais, como o quebranto¹⁷ em crianças, além de realizarem rezas para condições populares como

¹⁷ O “quebranto” é entendido como um mal que acomete crianças pequenas, provocado pela admiração excessiva, especialmente quando alguém elogia a beleza ou a saúde da criança sem dizer a expressão de proteção “benza Deus”. No contexto rural, é comum ouvir advertências como: “cuidado para não virar o vento da criança”, referindo-se à vulnerabilidade dos bebês a influências externas consideradas negativas (Maués, 1997).

“espinhela caída”¹⁸ e “sol na cabeça”¹⁹. Já as parteiras atuavam nos partos domiciliares, em um contexto marcado pelo difícil acesso a serviços de saúde e pela precariedade no transporte e nas estradas até os centros urbanos, principalmente em época de chuvas. Franco (2007) menciona no manuscrito sobre a comunidade, que “se acaso fosse, mulheres que aguardavam a chegada de um filho, iam a casa das parteiras que já estavam avisadas dias antes para a hora que precisar ir um portador só a buscar, conforme o combinado.”

Figura 31 – Benzedeira Maria da Conceição Lopes (à esquerda); Parteira Maria de Assis almeida²⁰ (à direita).



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

¹⁸ A “espinhela caída” também conhecida como “arca caída” é uma condição associada ao esforço físico excessivo, resultando no “deslocamento da arca”, expressão usada para descrever um incômodo interno causado por carregar muito peso, situação comum entre trabalhadores rurais. (Carvalho; Pereira, 2023).

¹⁹ Sol na cabeça é uma enfermidade reconhecida no saber popular das benzedadeiras como causa de dores de cabeça que não melhoram com remédios comuns. Acredita-se que a exposição ao sol seja o agente causador, sendo necessário realizar um benzimento específico para “tirar o sol da cabeça”. O ritual geralmente utiliza uma garrafa de vidro transparente, água e uma toalha branca (Carvalho; Pereira, 2023).

²⁰ A parteira Maria de Assis, conhecida na comunidade como Maria de Azarias revelou em uma entrevista registrada no manuscrito de Edna Franco (2007) que realizou mais de 30 partos na comunidade.

O artesanato local desenvolvido pelas mulheres da comunidade desempenhava um papel cultural significativo. Essa produção artesanal constituiu uma forma de expressão identitária, marcada pela atuação de rendeiras, bordadeiras, crocheteiras, costureiras e pintoras. Por meio do trabalho das artesãs, eram produzidos diversos itens utilizados no cotidiano, como roupas, redes, artigos de decoração, enxovais e conjuntos para cozinha, mesa e banho. Além do uso doméstico, essas peças também eram comercializadas, gerando renda.

Atualmente, a principal forma de sustento das famílias da comunidade é a agricultura, com destaque para o cultivo de feijão, milho, fava, voltado predominantemente para o consumo próprio, embora parte da produção também seja destinada à comercialização, principalmente a fava e o feijão.

Figura 32 – Colheita de Feijão (à esquerda); Plantação de milho (à direita), Sítio Lagoa de Dentro – RN.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

A pecuária, a avicultura e a fruticultura também desempenham papel significativo na dinâmica produtiva local. Criam-se bovinos, caprinos, suínos e aves, como galinhas, guinés e capotes, predominantemente para o consumo doméstico. Nos quintais e pequenas roças cultivam-se caju, manga, banana, laranja e goiaba, destacando-se o caju pela sua ampla disponibilidade na comunidade. Além da polpa, a castanha de caju é especialmente valorizada, sendo consumida pelas famílias e, frequentemente, comercializada.

Figura 33 – Criação de bovinos, caprinos e suínos, Lagoa de Dentro – RN, 2025.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

O cultivo do algodão também desempenhou um papel relevante na economia local, embora atualmente não seja mais praticado na comunidade. O algodão era tradicionalmente utilizado na produção artesanal de fios destinados à confecção de tecidos. As mulheres da comunidade dedicavam-se à fiação, mas, em geral, encaminhavam os fios para mulheres de comunidades vizinhas, responsáveis pela produção das rendas e das peças de vestuário encomendadas. Além do uso doméstico e artesanal, o algodão também representava uma importante fonte de renda, sendo comercializado na feira da cidade de São Miguel pelos produtores. De acordo com Clementino (1987) no ano de 1942 existiam 168 estabelecimentos industriais de algodão no estado Rio Grande do Norte, dos quais 7 estavam instalados na cidade micaelense.

Figura 34 – Sacas de algodão empilhadas em processo de comercialização, São Miguel – RN, década de 1940 e 1950.



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Rêgo (s.d).

Outro item presente na produção agrícola da comunidade é o urucum, utilizado principalmente pelas mulheres na fabricação caseira do colorau, tempero tradicional na culinária local. Também é comum o cultivo da palmatória, utilizada para a alimentação do gado e comercializada com pecuaristas da região.

Figura 35 – Plantação e colheita da palmatória, Lagoa de Dentro – RN, 2025.

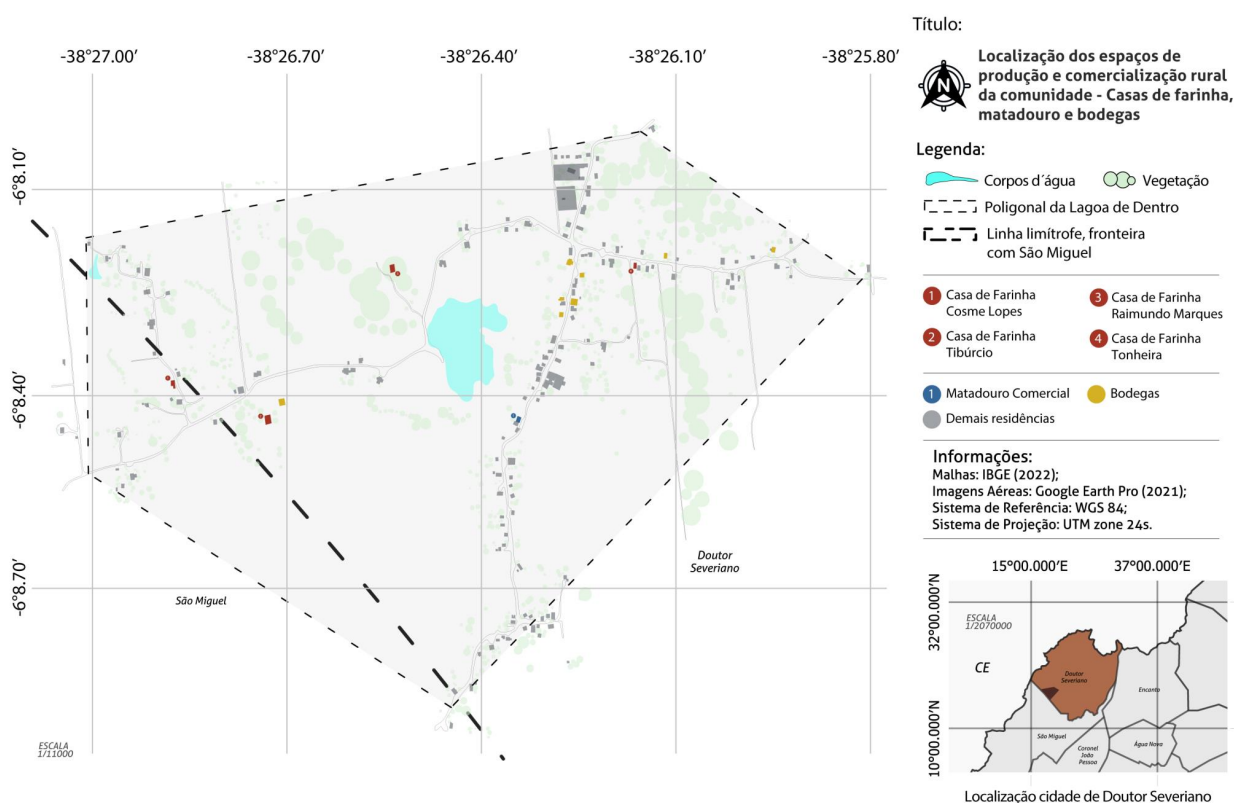


Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Além das atividades econômicas já mencionadas, a dinâmica produtiva da comunidade compreende também espaços que, além de suas funções econômicas, atuam como importantes núcleos de convivência e sociabilidade. Nesse contexto, destacam-se três tipos principais de instalações: as casas de farinha, as bodegas e os matadouros comerciais. Cada um desses espaços desempenha papéis específicos na organização do trabalho, na dinâmica econômica e na vida social da comunidade.

A seguir, apresenta-se o mapa de localização desses espaços de produção na comunidade, permitindo visualizar sua distribuição territorial e a relação espacial entre as unidades produtivas e as áreas de moradia.

Mapa 5 – Localização dos espaços de produção e comercialização rural da comunidade - Casas de farinha, matadouro, bodegas²¹.



Fonte: Adaptado do IBGE (2022).

²¹ Para uma visualização detalhada, consultar o Apêndice D ou o QR Code disponibilizado no Apêndice H, onde estão reunidos todos os mapas desenvolvidos neste trabalho em alta resolução.

3.4.1 As Casas de Farinha

As casas de farinha eram estruturas fundamentais para a cultura alimentar e para a organização social e econômica da comunidade. Ao todo, os moradores de Lagoa de Dentro utilizavam oito casas de farinha. Quatro delas estavam localizadas na própria comunidade: a Casa de Farinha de Cosme Lopes, a Casa de Farinha de Tibúrcio, a Casa de Farinha de Raimundo Marques e a Casa de Farinha de Tonheira (Mapa 5). Das quatro restantes, duas situavam-se no Sítio Fazenda e uma no Sítio Torrões, no município de São Miguel. As chamadas farinhadas constituíam atividades de grande importância para a cultura e para o desenvolvimento econômico da comunidade, uma vez que o consumo da farinha de mandioca e da goma fresca integrava a alimentação cotidiana das famílias locais, além de serem comercializadas nas cidades vizinhas. Atualmente, apenas uma das oito casas de farinha permanece como remanescente (Figura 36), embora se encontre desativada; ela está situada no Sítio Fazenda.

A estrutura principal dessas casas de farinhas era composta por troncos de madeira cravados no solo, que sustentavam vigas e caibros igualmente de madeira, formando o suporte para a cobertura em telhas cerâmicas. As vedações variavam entre paredes de taipa de mão, com tramas de madeira preenchidas por barro, e alvenaria de tijolo maciço de barro queimado, frequentemente combinadas na mesma edificação. O piso, em geral, era de terra batida ou cimento simples. Os alpendres abertos, apoiados por colunas de madeira, também eram elementos recorrentes, permitindo ventilação e espaço para o trabalho coletivo, reforçando o caráter funcional e comunitário dessas construções.

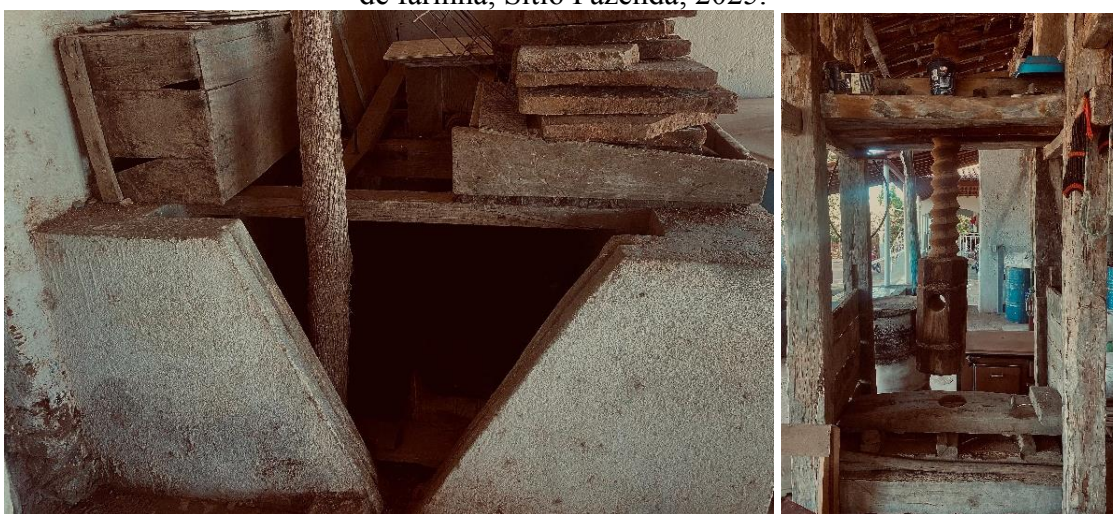
Figura 36 – Casa de farinha, Sítio fazenda, 2025.





Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Figura 37 – Tanque de aparar a massa de servir (à esquerda); Prensador (à direita), casa de farinha, Sítio Fazenda, 2025.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

As farinhadas eram realizadas por familiares e, geralmente, tinham duração média de 15 dias, dependendo da quantidade de mandioca colhida. Durante esse período, a família produtora e os demais envolvidos na atividade, conhecidos como farinheiros, se deslocavam para a casa de farinha, que contava com uma estrutura provisória composta por cozinheiras e quartos com redes para repouso. A produção era organizada de forma colaborativa, com a participação de outras famílias da comunidade por meio de trocas de trabalho, em que o auxílio prestado seria retribuído quando chegasse a vez da colheita do grupo colaborador. Além disso, também havia trabalhadores remunerados com parte da renda obtida com a venda da farinha produzida.

Figura 38 – Farinhada na casa de farinha do Sítio Torrões, São Miguel-RN, 1976.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

As farinhadas na comunidade compreendiam a produção da farinha e da goma fresca, a produção seguia etapas bem definidas, com divisão de trabalho entre funções

específicas. Os arrancadores, geralmente homens, eram responsáveis por “arrancar” a mandioca da terra. Em seguida, as raspadeiras removiam a casca da raiz, e o servidor moía a mandioca em uma máquina motorizada, transformando-a em massa. As lavadeiras então lavavam essa massa sobre uma rede de tecido de tela chamado volta ao mundo, estendida sobre tanques ou cochos de madeira. O líquido escorrido era decantado, formando a goma, enquanto a massa retida na rede era entregue ao prensseiro, que utilizava uma prensa de madeira para extrair sua umidade. Após a prensagem, a massa era peneirada e levada ao forneiro, responsável pela torração da farinha no forno.

A goma depositada nos tanques era novamente lavada, e o líquido excedente conhecido como manipueira²² era escorrido. Em seguida, as gomeiras adicionavam farinha seca à goma ainda úmida para acelerar o processo de secagem. Essa mistura era então peneirada e também levada ao forno para a secagem, resultando goma fresca.

Figura 39 – Etapa de peneirar a goma, casa de farinha de Raimundo Marques, Sítio Lagoa de Dentro – RN, 1985.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Entre os costumes tradicionais das farinhadas na comunidade, destaca-se o hábito de “vizinhar a goma”, prática que consistia na partilha de goma fresca e farinha com outras famílias ao final da produção, era um ato de reciprocidade: as famílias beneficiadas retribuíam o gesto quando realizavam suas próprias farinhadas. Como cada família

²² Manipueira é o líquido extraído da mandioca durante o processo de prensagem para a produção da farinha. Tanto a mandioca quanto esse subproduto contêm ácido cianídrico, uma substância tóxica e prejudicial à saúde humana e animal se consumida sem o devido processamento (Embrapa, 2011).

costumava produzir apenas uma vez por ano, devido à complexidade e à duração do trabalho, essa prática fortalecia os vínculos de solidariedade e cooperação entre os moradores. Outro costume recorrente era a preparação de tapiocas no forno da própria casa de farinha, a partir do segundo dia de atividade, reunindo vizinhos e amigos em momentos de convívio social. Assim como a goma, a tapioca também era “vizinhada”. Além disso, era comum os donos da farinhada oferecerem cachaça aos trabalhadores durante a produção, como forma de confraternização.

3.4.2 As Bodegas

As bodegas da comunidade funcionavam, na maioria das vezes, em um cômodo adaptado dentro da própria residência do proprietário, geralmente com acesso interno à casa e externo para a área externa. A configuração típica incluía uma bancada central que dividia o espaço entre comprador e vendedor, além de prateleiras organizadas com os itens à venda. Tratavam-se de pequenos comércios familiares que revendiam produtos básicos adquiridos na cidade, como arroz, macarrão, óleo, refrigerantes, cachaça, rapadura, doces diversos, itens de higiene pessoal e produtos de limpeza.

Esses estabelecimentos desempenhavam um papel importante na dinâmica econômica local, atendendo às necessidades cotidianas dos moradores da própria comunidade, especialmente em um período em que o acesso à cidade era dificultado pela escassez de transporte. Além da função comercial, algumas bodegas também assumiam um papel social, funcionando como espaços de convivência. A venda de bebidas alcoólicas, especialmente a cachaça, contribuía para que esses locais se tornassem pontos de encontro entre amigos e vizinhos. Atualmente, existe apenas uma bodega em funcionamento na comunidade.

Figura 40 – Bodega, Sítio Lagoa de Dentro – RN, 2025.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

3.4.3 O Matadouro Comercial

O matadouro comercial exerce um papel relevante no abastecimento alimentar local. Até os dias atuais, há apenas um matadouro de pequeno porte, de caráter familiar, responsável pelo fornecimento de carne bovina à população. Durante muitos anos, o abate do gado era realizado em terrenos localizados nos fundos da residência do proprietário, e a comercialização ocorria no próprio alpendre da casa. A carne era cortada na hora, diretamente do animal recém-abatido, e disponibilizada aos moradores conforme a demanda, com frequência semanal. O gado abatido era, muitas vezes, adquirido de criadores da própria comunidade, contribuindo para a dinamização da economia local.

A comercialização da carne ocorria tradicionalmente aos sábados, consolidando esse dia como a “feira da carne” na comunidade. No alpendre onde se realizavam o corte e a venda, configurava-se um espaço de sociabilidade: moradores reuniam-se tanto para adquirir a carne quanto para observar o processo do corte da carne e conversar com conhecidos. Em muitos casos, essa dinâmica de convivência incluía o consumo eventual de bebidas alcoólicas, reforçando o caráter comunitário que marcavam essa prática semanal.

Figura 41– Matadouro comercial, Sítio lagoa de Dentro – RN, 2025.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Atualmente, o abate é realizado em um matadouro localizado na cidade de São Miguel, e a carne é transportada de volta para a comunidade para ser comercializada. A tradicional “feira da carne”, antes semanal, agora acontece apenas uma vez por mês. Apesar de informal, trata-se de um sistema funcional, adaptado às condições e às necessidades da comunidade rural.

4 TECNICAS CONSTRUTIVAS TRADICIONAIS E TIPOLOGIAS EMPREGADAS NAS RESIDÊNCIAS DO SÍTIO LAGOA DE DENTRO

Este capítulo dedica-se ao conhecimento das técnicas construtivas tradicionais nas residências do sítio Lagoa de Dentro, com ênfase nas habitações inventariadas neste trabalho. As informações apresentadas resultam de entrevistas semiestruturadas realizadas com três mestres artífices, que compartilharam seus saberes e experiências no processo de edificação das moradias locais. A sistematização desses relatos permite compreender os métodos construtivos utilizados, as tipologias residenciais predominantes e o desenvolvimento da comunidade ao longo do tempo. Tal compreensão evidencia a interação entre tradição, ambiente e necessidades sociais, valorizando as memórias e os conhecimentos daqueles que, por meio de seu ofício, contribuíram para a formação do espaço habitado.

Para preservar a identidade dos mestres entrevistados, estes são referenciados como Mestre Artífice 1, Mestre Artífice 2 e Mestre Artífice 3. O Mestre Artífice 1, de 64 anos, é o mais jovem. Teve seus primeiros contatos com o ofício ainda na infância, na década de 1960, quando ajudou o pai a rebocar residência da família, uma das primeiras casas da comunidade a ser rebocada. Em 1985, trabalhou na construção de sua própria residência, onde aprendeu as técnicas com os Mestres Artífices 2 e 3, trabalhando em conjunto.

O Mestre Artífice 2, com 74 anos, relata também ter iniciado cedo na profissão, aprendendo com o pai, reconhecido como oleiro e mestre na fabricação de telhas e tijolos de barro. Já o Mestre Artífice 3, com 84 anos, possui amplo domínio das técnicas construtivas tradicionais, especialmente da taipa e da extração de madeira na mata. Sua primeira experiência na construção civil ocorreu na década de 1960.

As entrevistas revelaram aspectos em comum entre os mestres artífices. O primeiro refere-se à amplitude de suas habilidades: todos afirmaram dominar integralmente o processo construtivo de uma casa de alvenaria de tijolos, desde a preparação do terreno até o acabamento. Relataram, ainda, ter apenas participado ou observado a construção de casas de taipa quando eram aprendizes, em suas juventudes ou infância. O período de início ou primeiro contato dos mestres com suas atividades, ocorreu na década de 60 o que demonstra que a alvenaria de tijolos maciço já se encontrava difundida na comunidade nesse período. Os mestres participaram, portanto, tanto da edificação das primeiras casas de alvenaria quanto de reformas em edificações

mais antigas já existentes. Por fim, todos mencionaram ter migrado temporariamente para o estado de São Paulo em busca de melhores condições de trabalho, onde aprimoraram seus conhecimentos, especialmente nas etapas de estrutura e acabamento. Posteriormente, retornaram à comunidade, aplicando as técnicas e aperfeiçoamentos adquiridos.

É fundamental compreender a forma de organização comunitária presente nos processos construtivos locais. A execução das edificações ficava, em sua maioria, sob responsabilidade dos homens, encarregados das atividades braçais. As moradias de taipa de mão eram frequentemente construídas de maneira coletiva, contando com a colaboração dos moradores, especialmente na etapa de “tapar” as paredes com barro. Entretanto, essa prática nem sempre se mantinha, sendo, em alguns casos, necessário remunerar os serviços prestados.

No caso das residências em alvenaria de tijolos, a execução geralmente envolvia mão de obra remunerada ou baseava-se na troca de serviços onde combinava-se, por exemplo, que um trabalhador auxiliaria na construção da casa de outro e, posteriormente, receberia o mesmo auxílio quando fosse construir a sua própria. Os trabalhadores mais experientes eram reconhecidos como mestres, responsáveis por orientar os aprendizes e coordenar os serventes, quando necessário. As etapas da obra já eram bem definidas, e cada participante conhecia previamente sua função. Assim, ao ser convidado para integrar uma construção, o trabalhador já recebia do proprietário a designação da tarefa que deveria desempenhar, de acordo com as necessidades da obra.

4.1 Técnicas construtivas tradicionais utilizadas

Em virtude da vivência da autora na comunidade em parte de sua vida, aliada as entrevistas com os mestres artífices foi possível identificar três principais técnicas construtivas utilizadas pela população ao longo do tempo: a taipa de mão, em períodos mais antigos; o adobe; e o tijolo maciço cozido, sendo esta última a técnica mais difundida e consolidada na comunidade. De modo geral, a alvenaria de tijolos era utilizada de forma mista, combinando adobe e tijolo cozido na mesma edificação. Ambas as técnicas compartilham o mesmo processo produtivo, diferenciando-se apenas pelo fato de o tijolo cozido passar pela queima em caieira.

O ano de 1968 marcou profundamente a memória local devido à ocorrência de intensos tremores de terra no município de Doutor Severiano, que perduraram por alguns meses e chegaram a rachar e comprometer diversas casas de alvenaria em tijolo. Nesse contexto, houve a necessidade de recorrer novamente à taipa de mão como solução

emergencial: “ainda na minha época construíram muitas casinhas de taipas, meu pai mesmo construiu. Construíam aquele vãozinho de casa pra dormir nela, com medo dos estrondos em 1968, porque as casas de tijolos corriam o risco de cair” (Mestre Artífice 1, 2025). Essas informações corroboram os dados apresentados por Camarão Júnior (2011), segundo o qual a região de Doutor Severiano (RN) e Pereiro (CE) foi palco, em 1968, de intensa atividade sísmica, com inúmeros abalos registrados ao longo de aproximadamente oito meses. O evento principal ocorreu em 23 de fevereiro, alcançando magnitude 4,6 MB e ocasionando sérios danos em diversas edificações de alvenaria de tijolos.

Atualmente, as casas de taipa de mão, já não são utilizadas como moradia, os exemplares presentes ainda na paisagem local desempenham funções secundárias, como abrigo para animais domésticos ou como armazéns/depósitos. Trata-se, entretanto, de uma técnica que exerceu papel fundamental na comunidade antes da difusão do tijolo maciço e que, como já mencionado, mostrou-se decisiva em períodos emergenciais. Contudo, as questões sanitárias associadas a esse tipo de construção, somadas à perenidade, comprometem sua permanência como solução habitacional na localidade.

Independentemente da técnica construtiva empregada, a preparação do terreno seguia um padrão: realizava-se a limpeza do espaço e, conforme a topografia, procedia-se ao corte ou ao aterro, sempre por meio de processos manuais. Para a limpeza e retirada da vegetação utilizavam-se ferramentas como a foice e a enxada; em seguida, a vegetação cortada era queimada. Nos terrenos embarreirados²³, tornava-se necessário efetuar o corte da terra, atividade realizada com enxada, chibanca e pá. A terra removida era aproveitada no próprio local para a preparação do barro destinado à produção de tijolos.

Figura 42 – Foice (à esquerda); e enxada (à direita).



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

²³ Solo que apresenta barreiras naturais: elevações de terra mais altas e firmes que se formam naturalmente e criam uma espécie de paredão ou desnível no terreno.

Concluída a etapa de preparação do terreno, o processo de construção variava de acordo com a técnica construtiva adotada. Nos tópicos seguintes, serão descritas as técnicas de alvenaria de taipa de mão e de alvenaria mista de adobe e tijolo cozido, assim como os sistemas de cobertura, esquadrias e pisos, detalhando-se os respectivos processos e ferramentas utilizados.

Não foi possível localizar registros fotográficos dos processos construtivos na comunidade, nem os registrar pessoalmente. Assim, para fins ilustrativos, recorreu-se a imagens e registros produzidos por outros autores, que retratam de forma fiel os métodos tradicionais de construção da comunidade.

4.1.2 Casa de Taipa de Mão

A casa de taipa, dentre as técnicas construtivas identificadas na comunidade, é a menos recorrente, devido à sua baixa durabilidade e às limitações sanitárias. Após a escolha e preparo do terreno, o próximo processo construtivo é a extração das madeiras nas matas próximas, utilizadas conforme as exigências estruturais de cada elemento.

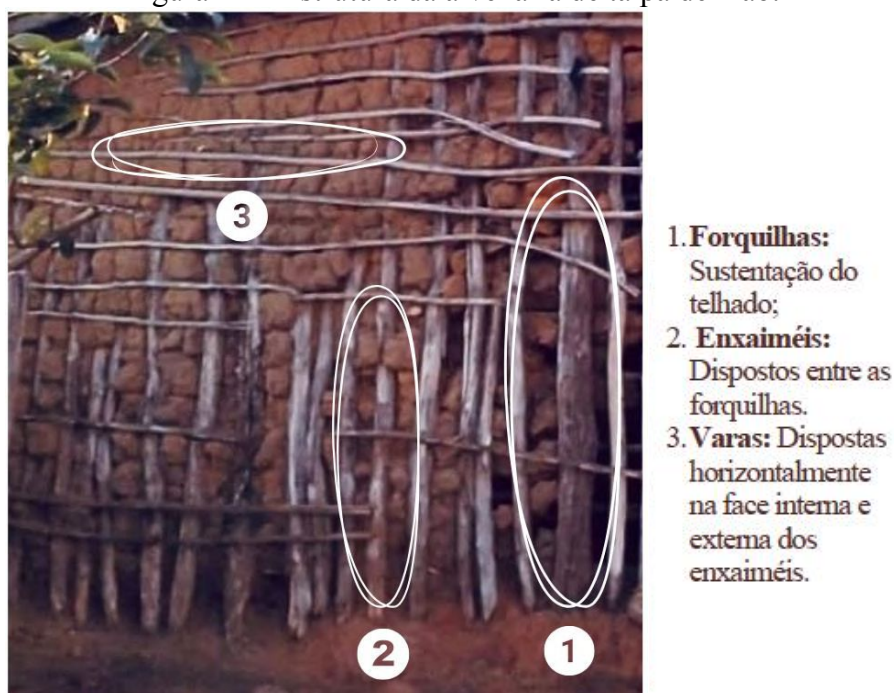
Figura 43 – Alvenaria de taipa de mão, 2025.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

As paredes eram compostas por forquilhas, enxaiméis, varas e cipós (Figura 44). As forquilhas, geralmente de aroeira, funcionavam como pilares de sustentação do telhado, fincadas com profundidade no solo e fixadas com mistura de terra e pedra. Para evitar deterioração, a parte em contato com o solo recebia tratamento com gás de lamparina (querosene) ou cal. Os enxaiméis, também de aroeira ou marmeleiro-branco, eram dispostos entre as forquilhas a intervalos regulares (20–35 cm), com menor profundidade e espessura. As varas, geralmente de marmeleiro-vermelho, eram elementos horizontais mais delgados e flexíveis, dispostos de forma alternada entre as faces internas e externas dos enxaiméis, com espaçamento vertical de 15–25 cm. Essas peças eram unidas por cipós-cururú trançados, responsáveis pela amarração da estrutura em espiral.

Figura 44 – Estrutura da alvenaria de taipa de mão.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

As paredes internas apresentavam menor altura e, quando não se tratavam de empenas, não alcançavam o telhado, sendo denominadas “meias-paredes”. Esse elemento permaneceu recorrente também nas casas construídas em alvenaria de tijolo. As meias-paredes que faziam a divisão entre a cozinha e outros cômodos eram utilizadas como apoio para armazenar grãos em garrafas como feijão, fava e milho, além de outros alimentos consumidos no dia a dia, como rapadura e o alfenim.

Após a montagem da estrutura de madeira, iniciava-se o processo de “tapagem”, que consistia no preenchimento das frestas com barro vermelho, previamente preparado

em um barreiro escavado e umedecido. O material era transportado manualmente em “braçadas” ou em carros de mão, quando disponíveis, e depositado próximo à construção para aplicação entre os vãos, sendo posteriormente alisado para uniformizar a superfície. Essa etapa era, em geral, realizada de forma coletiva, por meio de mutirões comunitários, nos quais os moradores se reuniam para auxiliar na “tapagem” da casa. O tempo de secagem variava de três a cinco dias.

Figura 45 – Processo de tapagem da casa de taipa.



Fonte: Margaret Imbroisi (2016); Juarez Jácome (2021)²⁴.

Ainda não existe norma técnica específica publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que trate da técnica construtiva em taipa de mão. No entanto, há um projeto de norma em estudo, sob responsabilidade da Comissão de Estudo de Construções com Terra (CE-002:123.009), voltado à regulamentação dessa técnica tradicional. O documento, intitulado “Construções com Terra — Taipa — Requisitos, Execução, Controle e Métodos de Ensaio” (Abnt, 2019), encontra-se em fase de desenvolvimento e representa uma iniciativa importante para o reconhecimento e a padronização das construções em taipa de mão no contexto brasileiro.

4.1.3 Casa de Alvenaria Mista - Adobe (tijolo cru) e Tijolo Maciço Cozido

De forma predominante, as residências da comunidade foram construídas em alvenaria mista, combinando o adobe, conhecido localmente como “tijolo cru”, e o tijolo maciço cozido conhecido apenas como tijolo localmente. As duas técnicas compartilham o mesmo processo de produção, diferenciando-se pelo fato de que o tijolo cozido passa por uma etapa adicional de queima em caieiras enquanto o adobe é seco ao sol. A queima

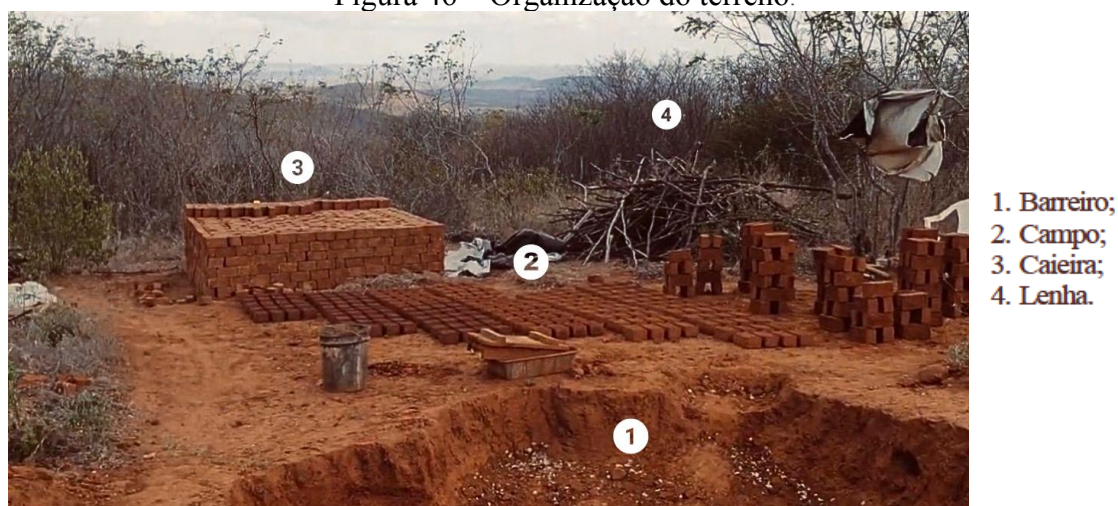
²⁴ Captura de tela do vídeo “Construindo casa de taipa parte 6” (Jácome, 2021).

do tijolo torna o processo mais complexo, exigindo maior tempo, mão de obra e desprende da utilização da lenha para o forno. Em função dessas demandas, o tijolo cozido era, em geral, empregado apenas nas paredes externas, por apresentar maior resistência às intempéries, como a ação da chuva. Já o tijolo cru era reservado às paredes internas.

4.1.3.1 Da Terra ao Tijolo: Preparo, Moldagem e Secagem

Após a limpeza do terreno, a etapa seguinte consistia em organizar os espaços destinados ao barreiro, ao campo, à caieira e à futura edificação. A proximidade entre essas áreas era pensada de forma a reduzir deslocamentos e esforço físico, facilitando o andamento das atividades. Esse arranjo pode ser comparado a um canteiro de obras, ainda que em formato simples e rudimentar, pois tinha como finalidade otimizar o tempo, a mão de obra e minimizar o trabalho braçal. O barreiro destinado à produção dos tijolos desempenhava a mesma função da técnica da taipa de mão, onde se cavava e preparava o barro. O campo, por sua vez, correspondia a uma área plana utilizada para a “bater os tijolos”, o tamanho dessa área variava conforme a demanda. Na extremidade do terreno próximo a área da caieira geralmente ficava a lenha que seria usada para o fogo.

Figura 46 – Organização do terreno.



Fonte: Adaptado de Lindomar (2021).²⁵

O barro utilizado era, em geral, retirado do próprio terreno da construção, sempre que este apresentava características adequadas para o uso. O barro vermelho era considerado o mais apropriado, devido à sua composição argilosa, que conferia melhor

²⁵ Captura de tela do vídeo “Veja como eram feitos os tijolos de barro e como montavam as caieiras para queimar” (Lindomar, 2021).

resistência ao material, evitando que os tijolos se quebrassem ou rachassem após o processo de queima. Quando existiam barreiras ou barrancos no local, a terra crua era extraída diretamente dessas formações; caso contrário, realizava-se a escavação de buracos no terreno para a obtenção do material. Quando o solo não apresentava a coloração avermelhada, isso indicava a necessidade de buscar o barro em outro ponto da comunidade, sendo então transportado até o local da obra, geralmente por meio de burros de carga.

O preparo do barro iniciava-se um ou dois dias antes da moldagem. Nesse período, a terra era escavada, aguada e deixada de repouso, ou “curtindo” como chamavam. Essa prática é conhecida como “deixar o barro de molho”. No dia seguinte, o barro era trabalhado no barreiro até alcançar consistência pastosa adequada, por meio de batidas com os pés, que são movimentos de pisoteio usando principalmente os calcanhares.

Figura 47 – Preparo do barro.



Fonte: Adaptado de Junio Pedreiro (2025)²⁶.

No barreiro permanecia um trabalhador responsável pela preparação do barro. Em seguida, este material era transportado em “braçadas”, ou seja, o barro era literalmente carregado nos braços até o campo, onde o mesmo trabalhador, denominado batedor, colocava o barro em fôrmas de madeira chamadas “grades de bater tijolos”, divididas de três a seis cavidades, geralmente com a dimensão de 12x20x5 cm. Após o enchimento e nivelamento, a grade era retirada, deixando as peças no solo para secagem. Em seguida,

²⁶ Captura de tela do vídeo “veja como fazer adobe, passo a passo” (Junio Pedreiro, 2025).

a grade de madeira era mergulhada em uma tina com água para ser lavada e reutilizada na próxima leva de barro.

Figura 48 – Processo de moldagem do barro.



Fonte: Lindomar (2021)²⁷.

²⁷ Captura de tela do vídeo “Como fazer tijolo de barro de baixo custo” (Lindomar, 2021).

Depois de “batidos”, os tijolos permaneciam secando por cerca de 24 horas. Em seguida, eram virados, de modo que a face anteriormente em contato com o solo ficasse exposta. Nesse momento, realizava-se também a quebra do “beicho”, corrigindo excessos e rebarbas de barro que permaneciam entre as peças. Após esse procedimento, os tijolos continuavam em processo de secagem por mais três dias, aproximadamente, dependendo das condições climáticas da região. Concluída essa etapa, as peças poderiam ser utilizadas diretamente, como tijolo cru, ou submetidas à queima para obtenção do tijolo cozido.

4.1.3.2 Montagem das Caieiras e Queima dos Tijolos

A etapa de queima dos tijolos representava um dos momentos mais trabalhosos e, simultaneamente, mais coletivos do processo construtivo. Exigia técnica, experiência e cooperação entre os trabalhadores, razão pela qual era coordenada pelos mestres mais experientes, conhecidos como mestres oleiros. A montagem das caieiras iniciava-se pela definição do número de bocas, que geralmente eram seis, podendo variar conforme a orientação do mestre responsável. Algumas caieiras apresentavam bocas em todos os lados, enquanto o mais comum era a disposição em apenas dois, o que favorecia a propagação uniforme do fogo e evitava o superaquecimento de um único setor.

As dimensões da caieira variavam conforme a quantidade de tijolos moldados: o comprimento estava diretamente relacionado ao número de bocas (quanto mais bocas, maior o comprimento), enquanto a largura não ultrapassava 1,50 m, para garantir uma queima eficiente. A altura, por sua vez, dependia da quantidade total de tijolos a serem queimados. As estruturas menores comportavam cerca de 15 mil tijolos, enquanto as maiores podiam alcançar até 30 mil. Evitava-se construir caieiras excessivamente altas ou largas, pois o fogo poderia não atingir toda a extensão interna, resultando em tijolos parcialmente cozidos.

A construção da caieira iniciava-se pela base, chamada de “pé da caieira”, cuja largura correspondia aproximadamente à largura de um tijolo ou dois (cerca de 20 cm). Na base, deixavam-se as bocas, aberturas destinadas à introdução da lenha. Cada boca possuía largura equivalente à de um tijolo e altura aproximada de 60 cm, correspondente a cinco fiadas. Acima dessas aberturas, os tijolos eram dispostos face a face para sustentar as fileiras superiores e permitia a elevação da estrutura até a altura desejada. Com a base finalizada, segue a montagem da estrutura empilhando os tijolos de forma

intercalada, alternando camadas verticais e horizontais, em um processo denominado “emalar os tijolos”.

Figura 49 – Montagem da caieira.



Fonte: Adaptado de Lindomar (2021)²⁸.

Concluída a montagem, iniciava-se o processo de queima, que normalmente começava por volta das 16 horas, prolongando-se durante a noite até o amanhecer do dia seguinte. A lenha era continuamente alimentada pelas bocas, exigindo atenção constante

²⁸ Captura de tela do vídeo “Montando a caieira de tijolo de barro maciço antes de queimar” (Lindomar, 2021).

dos trabalhadores para evitar que as brasas se apagassem e os tijolos ficassem encarvoados, adquirindo uma coloração escura em vez do tom avermelhado desejado. Em média, uma queima completa demandava cerca de 24 horas ininterruptas de fogo, embora o tempo pudesse variar conforme a qualidade da lenha utilizada, pois as madeiras secas aceleravam o processo, enquanto as verdes o tornavam mais demorado.

Figura 50 – Tijolos encarvoados na queima da caieira.



Fonte: Lindomar (2021)²⁹.

A queima das caieiras também possuía um caráter social marcante. Durante a madrugada, era comum a oferta de comida e bebida pelo proprietário da caieira aos trabalhadores e ajudantes, geralmente carne assada na própria boca da caieira, caldos e cachaça. O momento era acompanhado por conversas, brincadeiras e histórias

²⁹ Captura de tela do vídeo “Qual o melhor tijolo para construir tijolo de barro ou barro de cimento” (Lindomar, 2021).

compartilhadas ao clarão do fogo, o que tornava a atividade menos exaustiva. Ao término da queima, as bocas eram vedadas para conservar o calor e permitir o resfriamento gradual das peças. Somente após a completa dissipação do calor interno, o que podia levar dois dias ou três dias, os tijolos eram retirados, tornando-se prontos para serem utilizados na etapa seguinte: a execução das paredes.

Figura 51 – Tijolos pós queima na caieira.



Fonte: Lindomar (2021)³⁰.

³⁰ Captura de tela do vídeo “Qual o melhor tijolo para construir tijolo de barro ou barro de cimento” (Lindomar, 2021).

Nesse processo, nem todos os tijolos atingiam a queima ideal: “a gente batia 15 milheiros de tijolos, queimavam 12 milheiros e 3 ficavam crus” (Mestre Artífice 2, 2025). Os tijolos mais externos que faziam a casca da caieira, que permaneciam parcialmente crus, eram chamados de “tijolos escaldados” e, por apresentarem menor resistência, destinavam-se às paredes internas das construções.

4.1.3.3 Execução das Paredes

Para a execução das paredes, é necessário primeiramente a escavação do alicerce, após a marcação do perímetro da edificação. As valas apresentavam profundidade média de 50 a 60 centímetros e largura de cerca de 30 centímetros. O alicerce era preenchido com pedras locais, encontradas nas proximidades do terreno, e unidas por uma mistura de terra e água. Esse procedimento formava a base sólida sobre a qual seriam erguidas as paredes.

Na execução da alvenaria, utilizava-se o mesmo barro empregado na produção dos tijolos, que era utilizado como uma argamassa de assentamento. Nas paredes internas, eram aplicados tijolos crus (adobe) ou tijolos escaldados. Já nas paredes externas, empregavam-se somente tijolos totalmente cozidos. As paredes eram erguidas com “tijolos dobrados”, ou seja, dispostos em duas fiadas paralelas, com o desencontro das juntas para garantir a amarração e a estabilidade estrutural. A argamassa de barro possuía espessura média de dois centímetros, e seu assentamento era realizado com colher de pedreiro, utilizando linha, prumo e nível de madeira para o alinhamento e o nivelamento das fiadas. Esse processo é chamado de “sentar tijolo”.

Com o tijolo dobrado, as paredes apresentavam espessura aproximadamente 27 cm, incluindo a argamassa de barro utilizada no assentamento. Quando recebiam acabamento, essa espessura podia alcançar cerca de 30 cm ou mais. As residências mais antigas não apresentavam qualquer tipo de revestimento, as primeiras casas rebocadas na comunidade datam da década de 1970. O reboco era aplicado, principalmente, de duas formas: com o uso de barro branco, conhecido como barro de arisco, ou, nas construções mais recentes, por meio de uma mistura de areia e cal.

Figura 52 – Alvenaria de tijolo dobrado.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2020), por meio da NBR 16814:2020: Adobe — Requisitos e métodos de ensaio, constitui um importante instrumento técnico para a valorização e qualificação do adobe como material construtivo, apresentando atualizações relevantes sobre a regulamentação dessa técnica. A norma estabelece parâmetros para a produção dos blocos e execução das alvenarias, restringindo seu uso a edificações de até dois pavimentos e contribuindo para o desenvolvimento de alternativas construtivas sustentáveis. Define critérios de composição do material, dimensões, cura, secagem, armazenamento e proteção contra umidade, além de métodos de ensaio e requisitos mínimos de desempenho, como resistência à compressão de pelo menos 1,5 MPa, controle de retração e limite de absorção de água.

Entre as restrições construtivas, a NBR 16814:2020 (Abnt, 2020) não recomenda o revestimento das paredes de adobe com argamassa de cimento e areia. Exige-se ainda que a estabilidade lateral seja garantida por paredes estruturadas em dois sentidos, e que o dimensionamento estrutural e da cobertura siga as normas técnicas correlatas, como a NBR 15812-1:2010: Blocos cerâmicos para alvenaria estrutural — Parte 1: Projeto (Abnt, 2010), a NBR 6123:1988: Forças devidas ao vento em edificações (Abnt, 1988), e as normas de desempenho de edificações habitacionais, a saber: NBR 15575-1:2021: Edificações habitacionais — Desempenho — Parte 1: Requisitos gerais (Abnt, 2021) e NBR 15575-2:2021: Edificações habitacionais — Desempenho — Parte 2: Requisitos para os sistemas estruturais (Abnt, 2021).

Para o tijolo maciço cozido artesanalmente em caieira, não existe norma técnica específica pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que a regule. Esse tipo de forno em caieira apresenta variações significativas de densidade, resistência e absorção, o que dificulta sua padronização e enquadramento em normas técnicas. Por outro lado, os tijolos maciços cerâmicos, fabricados sob controle rigoroso de temperatura e umidade, são regidos por normas que estabelecem requisitos e métodos de ensaio. Entre elas, destacam-se a NBR 7170:1983: Tijolo maciço cerâmico para alvenaria (Abnt, 1983), que define condições de recebimento e resistência mínima; a NBR 8041:1983: Forma e dimensões — Padronização (Abnt, 1983); a NBR 6460:1983: Verificação da resistência à compressão — Método de ensaio (Abnt, 1983); e as normas mais recentes NBR 15270-1:2017: Componentes cerâmicos — Blocos e tijolos para alvenaria — Parte 1: Requisitos (Abnt, 2017) e NBR 15270-2:2017: Parte 2: Métodos de ensaio (Abnt, 2017).

4.1.4 Os Telhados

Os telhados das residências tradicionais da comunidade eram, em sua maioria, executados com duas águas, característica predominante nas construções mais antigas. A estrutura da cobertura era composta integralmente por madeira extraída da mata nativa, selecionada de acordo com a função estrutural de cada componente. As linhas (vigas) eram confeccionadas, em geral, com aroeira, angico ou cedro, espécies escolhidas por apresentarem troncos longos e retilíneos, adequados para vencer vãos maiores. Para a confecção dos caibros e ripas, utilizavam-se madeiras como pau-d'arco, marmeleiro e sabiá.

Atualmente, são poucos os exemplares de residências tradicionais que ainda preservam o madeiramento original com madeira local. A maior parte das casas foi reformada, e, nas construções mais recentes, o madeiramento passou a ser adquirido em serrarias, já cortado, padronizado e pronto para montagem. Alguns exemplares mantêm apenas as linhas (vigas) do madeiramento original. A estrutura do madeiramento do telhado segue um arranjo semelhante a um xadrez estrutural. Primeiramente, realiza-se a instalação das linhas, em seguida, são posicionados os caibros, apoiados sobre as linhas, e, por fim, as ripas, responsáveis por receber o talhamento.

Figura 53 – Estrutura de madeira do telhado.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

O processo construtivo do telhado iniciava-se pela seleção das árvores, priorizando-se os troncos mais retilíneos, conhecidos localmente como “madeiras linheiras”, que garantiam melhor desempenho estrutural e resultavam em um acabamento regular. Após a escolha, realizava-se a retirada da madeira na mata, utilizando foice e machado. Em seguida, procedia-se à descascagem, etapa que poderia ser executada ainda no local da extração. Para facilitar o processo, empregava-se uma alavanca improvisada, feita com corda ou gancho, amarrada ao tronco e movimentada no sentido de vai e vem, o que permitia remover a casca com eficiência.

Segundo os mestres artífices entrevistados, a madeira também passava pelo processo de lavramento, termo regional que designa o ato de abrir e esquadrear o tronco, dividindo-o em partes menores e adequadas ao encaixe na estrutura. Dessa forma o troco era trabalhado para se transformar uma peça de construção. Essa etapa era realizada manualmente, com o uso de machado e enxó. Em alguns casos, os troncos eram serrados com auxílio de um serrote.

Figura 54 – Processos da madeira com Serrote e enxó.



Fonte: IPHAN, Mestres Artífices – Minas Gerais (2012).

As telhas também eram confeccionadas na própria comunidade, o processo de fabricação era denominado “lancear telha”. Para a confecção das telhas, utilizava-se um barro específico, geralmente vermelho, proveniente de regiões alagadiças, com alta concentração de argila, o que facilitava a moldagem. Esse barro, conhecido como barro de louça, era o mesmo utilizado na produção de louças e não tinha em toda região, tornando-se um recurso limitado. Portanto terrenos com esse tipo de barro se tornava em uma espécie de olaria local, ou o barro era transportado até o local da construção através de burros de carga para poder produzir as telhas.

Iniciava-se a fabricação das telhas, removendo-se pequenas pedras e resíduos vegetais do barro. Acrescentava-se água até atingir o ponto de liga adequado para moldagem. O barro era colocado em uma grade de madeira em formato trapezoidal e modelado sobre uma mesa ou, por vezes, no próprio chão, sempre à sombra para evitar fissuras durante a secagem. O excesso de barro era retirado com um arco de madeira, composto por fio ou arame, que “cortava” o material excedente. Para facilitar a remoção da telha da mesa, aplicava-se uma camada de terra ou areia sobre a superfície.

Figura 55 – Moldagem do barro na grade trapezoidal.



Fonte: IPHAN, Mestres Artífices – Pernambuco (2012).

Após a retirada da grade, o barro moldado era transferido para o cágdo, peça de madeira no formato da telha. Por ser maleável, o barro adaptava-se ao molde, ligeiramente menor que a telha final, permitindo seu deslocamento para a área de secagem, também à sombra. Nesse estágio, a superfície da telha recebia o acabamento final, “alisada” com pano úmido, e o mestre artífice registrava sua assinatura no barro ainda fresco, já que era uma atividade que poucos dominavam. A secagem durava, em média, dois dias. Concluída essa etapa, as telhas eram organizadas em caieiras, seguindo a mesma lógica utilizada na queima dos tijolos, preparando-se para a etapa de cozimento.

Figura 56 – Moldagem telha utilizando o cágdo.



Fonte: IPHAN, mestres Artífices – Pernambuco (2012).

4.1.5 Os Pisos

Os tipos de pisos mais encontrados nas residências da comunidade são o piso de chão de terra batido e o piso de cimento queimado, que podia apresentar coloração verde ou vermelha. O piso de terra batida era mais empregado nas construções mais antigas e consistia no tratamento da própria terra do local, que era preparada com uma pequena quantidade de água até atingir uma consistência semelhante a uma farofa de barro. Em seguida, a massa era cuidadosamente compactada manualmente, buscando-se o nivelamento da superfície, com o auxílio de maios, socas de madeira ou ferramentas improvisadas. Após a compactação, realizava-se o alisamento com colher de pedreiro e água, para atingir um acabamento mais uniforme ao piso.

Figura 57 – Piso de chão batido.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

O piso cimentício queimado, considerado o tipo mais tradicional da comunidade envolvia um processo que exigia preparação prévia do terreno. Nos casos em que o solo demandava regularização, realizava-se inicialmente um aterro compactado, seguido do atijolamento que consistia em uma camada de tijolos assentados de forma nivelada, que funcionava como base estrutural para o piso. Sobre essa camada, aplicava-se uma mistura de cimento e areia, formando o contrapiso.

Quando o terreno apresentava boa firmeza, dispensava-se o atijolamento, sendo o cimento aplicado diretamente sobre o solo compactado. A camada cimentícia era então alisada com o auxílio de uma ripa de madeira de aproximadamente dois centímetros de espessura, utilizada para uniformizar a superfície. Em seguida, realizava-se o processo

denominado “queima do cimento”, que consistia na aplicação de uma fina camada de pó de cimento seco sobre o piso ainda úmido, alisando-se com uma desempenadeira de aço até adquirir o aspecto liso e brilhante característico. A coloração verde resultava da tonalidade natural do pó de cimento utilizado na queima, enquanto a coloração vermelha era obtida pela adição de pigmentos ao composto cimentício.

Figura 58 – Piso de cimento queimado verde e vermelho.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

A espessura do piso variava conforme a necessidade estrutural: Casas com base bem nivelada e compactada permitiam camadas mais finas, enquanto pisos sobre aterros irregulares exigiam maior espessura de cimento. Em algumas residências, em substituição à base de tijolos, também se utilizavam pedras locais que eram quebradas se necessário e devidamente assentadas e niveladas antes da aplicação da camada cimentícia.

4.1.6 As Esquadrias e Aberturas

As esquadrias das residências da comunidade eram confeccionadas manualmente com madeiras locais, extraídas da mata, principalmente das espécies timbaúba e cedro. De modo geral, eram destinadas apenas às aberturas externas, responsáveis pelo fechamento e proteção da casa. Já as aberturas internas raramente recebiam esquadrias, sendo comumente fechadas com cortinas de tecido.

Nessa etapa construtiva, muitas vezes o mesmo profissional responsável pela alvenaria, o pedreiro, também atuava como marceneiro, confeccionando manualmente as portas e janelas. As esquadrias tradicionais eram inteiramente confeccionadas em

madeira, a partir do corte de grandes árvores, cujo tronco era desdobrado em pequenas tábuas, conhecidas localmente como fichas. Essas tábuas eram unidas horizontalmente, por meio de encaixes ou pregos, formando painéis contínuos e bem ajustados, sem deixar frestas. Na década de 80, com a ampliação do acesso a serrarias e ao comércio regional, as esquadrias passaram gradualmente a ser adquiridas prontas, substituindo a produção artesanal.

Figura 59 – Esquadrias em ficha.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Para a execução dos vãos das esquadrias, utilizava-se uma verga de madeira posicionada horizontalmente sobre a abertura, com a função de vencer o vão e distribuir o peso da alvenaria. Acima da verga, os tijolos eram geralmente dispostos na vertical, reforçando a estabilidade da parede.

Figura 60 – Verga de madeira horizontal sobre abertura.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Em algumas residências, especialmente nos corredores que conectavam a sala à cozinha, as aberturas recebiam formatos diferenciados, como arcos. Esses formatos eram obtidos por meio da disposição inclinada dos tijolos, de modo que a estrutura se tornasse autossustentável, mesmo sem o uso de reforços adicionais.

Figura 61 – Abertura em arco.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

4.2 Tipologias residenciais predominantes

Para a classificação das residências inventariadas, procedeu-se à identificação e análise das principais características arquitetônicas e construtivas das moradias. Foram considerados elementos como o número de aberturas nas fachadas, a quantidade e disposição dos vãos, as relações espaciais entre os ambientes, as formas predominantes das plantas, os materiais empregados e as técnicas construtivas utilizadas, entre outros aspectos relevantes. A partir da observação desses elementos e da identificação de padrões recorrentes nas habitações da comunidade, foi possível estabelecer três categorias tipológicas distintas. Essa classificação permitiu sistematizar as relações entre o modo de construir e o modo de habitar, revelando as particularidades e permanências da arquitetura local.

Antes de estabelecer as categorias tipológicas recorrentes na comunidade, é importante compreender que determinados elementos e padrões construtivos se repetem,

pois refletem o modelo arquitetônico predominante seguido pelos moradores nas residências locais.

4.2.1 Características Gerais das Edificações

De modo geral, independentemente da técnica construtiva empregada, a forma dos telhados das residências é predominantemente de duas águas, no corpo principal, constituído por dois planos inclinados cuja interseção define a cumeeira. Outro aspecto que complementa a classificação tipológica do telhado, de acordo com o Inventário Nacional de Bens – Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU) (Iphan, 2007), é a posição da cumeeira, que pode ser paralela ou perpendicular à rua em relação à fachada principal da edificação. Na comunidade rural em questão, predomina a cumeeira perpendicular à via, de modo que a queda d'água se direciona para as laterais da edificação. Esse sistema difere do observado nas residências urbanas, onde prevalece a cumeeira paralela à rua, fazendo com que as águas do telhado escoem para as partes frontal e posterior da construção.

Nas casas da comunidade, essa disposição ocorre principalmente porque o escoamento lateral é mais simples de executar e dispensa o uso de calhas, mostrando-se adequado à ausência de sistemas formais de drenagem. Já nas áreas urbanas, a queda d'água voltada para a frente e para os fundos favorece a instalação de calhas, permitindo a captação e o direcionamento da água pluvial para as vias públicas e os sistemas de escoamento urbano.

Figura 62 – Telhado de duas águas com cumeeira perpendicular a via/Fachada em residências tradicionais da comunidade: Casa de taipa; casa de alvenaria mista - adobe e tijolo maciço sem reboco e com reboco.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

A orientação das edificações na comunidade apresenta, em sua maioria, a fachada frontal voltada para a estrada, configurando-a como a principal. Há poucas exceções, nas quais se observa uma disposição atípica, em que a fachada lateral assume o papel de fachada principal. Nesses casos, a cumeeira se encontra paralela à estrada, em relação à fachada principal da edificação.

Figura 63 – Residências com fachada lateral principal.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Na comunidade também se encontra alguns exemplares de residências com quatro águas estas correspondem, em residências que passaram por reformas ou foram construídas em períodos mais recentes, incorporando alpendres frontais e posteriores. A inserção do alpendre nas residências, ao longo do tempo, está relacionada à melhoria das condições econômicas dos moradores. As primeiras casas a incorporarem esse elemento durante as reformas pertenciam, em sua maioria, a famílias que possuíam uma renda complementar à agricultura. Nessas mesmas casas, era comum a instalação de pequenas bodegas.

A primeira residência da comunidade concebida originalmente com cobertura de quatro águas, rompendo com a tipologia construtiva predominante no local, foi a casa do antigo prefeito do município de Doutor Severiano, que residia na comunidade. A edificação foi construída durante o período em que exerceu o mandato, entre os anos de 2000 e 2004. Os alpendres são utilizados tanto como áreas de convivência quanto para o desempenho de atividades agrícolas e o beneficiamento de grãos, como secar, debulhar e catar. Dessa forma, apesar de não fazerem parte da tipologia original das residências da comunidade, a inserção desses elementos acaba se adequando muito bem às necessidades locais.

Figura 64 – Inserção de alpendres nas residências reformadas.





Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Figura 65 – Primeira residência construída com cobertura de quatro águas na comunidade.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

As residências tradicionais da comunidade apresentam volumetria simples e fachadas desprovidas de ornamentos. As portas principais eram posicionadas na sala e na cozinha, alinhadas ao eixo da cumeeira, acompanhando a disposição do corredor central, enquanto as janelas se distribuem na fachada frontal e lateral correspondendo a cada cômodo. Predominantemente, na fachada frontal observa-se um padrão de organização das esquadrias, com a porta centralizada entre duas janelas, bem alinhadas.

Figura 66 – Padrão de organização das esquadrias na fachada frontal (porta centralizada entre duas janelas alinhadas).



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Há algumas variações pontuais de organização das esquadrias na fachada frontal, em que certas casas não possuem janela em todos os cômodos, variando com apenas uma janela frontal geralmente voltada para o cômodo da sala ou, em casos mais simples, apenas a porta de entrada. De modo geral, essas variações ocorrem em residências de famílias com menor poder aquisitivo, que precisam optar pelo essencial. Outra justificativa é que, em algumas casas construídas para moradores mais idosos, a janela do quarto no primeiro vão da fachada frontal não era instalada, pois a claridade que entrava pelas frestas podia incomodar.

Figura 67 – Variações das posições das esquadrias na fachada frontal.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Nas edificações da comunidade era comum a ausência de sanitário integrado ao corpo principal da casa. O banheiro era construído posteriormente, em um anexo externo, geralmente localizado nos fundos do lote. Esse anexo era construído com planta retangular simples e implantação isolada, mantendo uma relação de proximidade funcional com a casa principal. O espaço era dividido em duas áreas independentes, com acesso por portas distintas: uma destinada ao banho, equipada com um tanque de alvenaria para o armazenamento de água, e outra reservada ao uso do sanitário propriamente dito. A cobertura do anexo é do tipo telhado em uma água, com telhas apoiadas sobre estrutura de madeira simples, com escoamento voltado para a parte posterior do terreno, favorecendo o escoamento natural das águas pluviais sem necessidade de calhas.

Com o passar dos anos, especialmente a partir das reformas e ampliações realizadas nas moradias, observa-se um importante processo de adaptação tipológica, no qual os banheiros, antes concebidos como volumes independentes, passaram a ser incorporados ao corpo principal da edificação.

Figura 68 – Banheiros em anexo externo a casa.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Além dos banheiros, observa-se também a recorrência de anexos destinados às atividades domésticas e produtivas, como depósitos, currais, galinheiros e chiqueiros, dispostos nos quintais das residências. É frequente também a presença de armazéns construídos como anexos laterais à casa principal, com coberturas de duas ou apenas uma queda d'água, integrando-se visualmente à fachada principal da edificação.

Figura 69 – Residências com armazéns em anexo lateral.





Fonte: Arquivo pessoal (2025).

4.2.2 Arranjos Espaciais e Variações de Plantas

As edificações residenciais da comunidade apresentam apenas pavimento térreo com uma organização interna simples e funcional, repetindo padrões espaciais característicos. Todas as construções eram realizadas de modo empírico, baseando-se na experiência e observação, sem o uso de desenhos ou plantas: “Era tudo no olho e no pensamento, não tinha desenho” (Mestre Artífice 2, 2025).

Dentro da comunidade, as residências eram geralmente construídas com um, dois ou três vãos, sendo a configuração com três vãos a mais recorrente. Um elemento em comum a todas as casas é que cada vão sempre era composto por dois cômodos, definidos a partir da divisão da cobertura, seguindo o eixo da cumeeira: de um lado localizava-se um cômodo, e do outro, o segundo cômodo. Quando um cômodo era maior, o outro era proporcionalmente menor, de modo a manter o equilíbrio do espaço.

De modo geral, as casas seguiam um padrão de organização espacial, apresentando sempre os mesmos cômodos: Sala, quartos, sala de jantar ou “salinha”, como era popularmente chamada e cozinha. A variação no arranjo das plantas e na

quantidade de ambientes dependia do número de vãos da moradia, sendo comum que, em alguns casos, as residências não contemplassem todos os cômodos considerados essenciais.

As casas com um único vão geralmente apresentavam uma planta retangular, composta por uma sala/cozinha e um quarto. Essas construções correspondem, em sua maioria, às residências mais antigas da comunidade, habitadas por famílias com condições econômicas mais modestas. Na maioria casos, esses exemplares ainda não apresentam acabamentos como reboco ou pintura, e o piso é, por vezes, de terra batida.

Figura 70 – Planta casa de um vão.

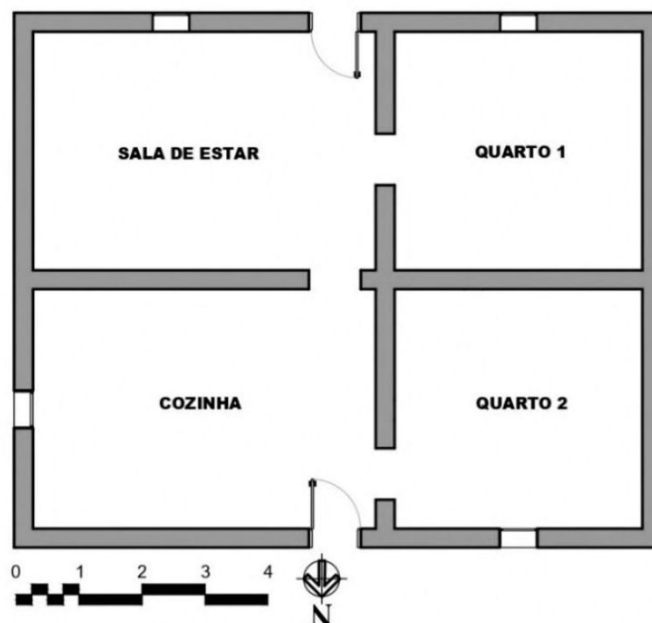


Fonte: Autoria própria (2025).

Alguns exemplares de casas de taipa ainda presentes na comunidade seguem a mesma lógica construtiva, com apenas um vão interno. Em determinados casos, entretanto, essas edificações possuem um único cômodo, destinado exclusivamente ao uso como dormitório. Tais construções remontam ao ano de 1967, quando a região foi afetada por abalos sísmicos, período em que havia receio de desabamentos das alvenarias de tijolos.

As residências com dois vãos apresentam os cômodos dispostos numa planta quadrada. Observa-se o seguinte arranjo espacial: no primeiro vão, localizam-se a sala e um quarto adjacente; no segundo vão: cozinha com um quarto adjacente.

Figura 71 – Planta casa de dois vãos.

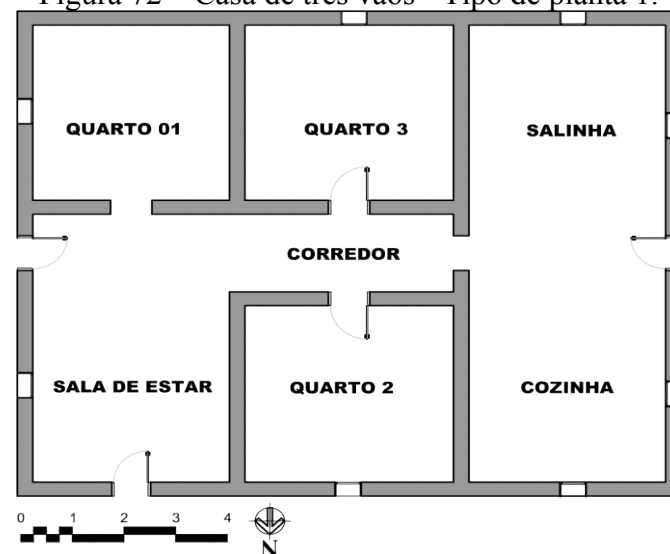


Fonte: Autoria própria (2025).

Nas residências três vãos os cômodos são dispostos em planta linear, articulados por um corredor central, de modo que os ambientes se organizam de forma sequencial ao longo desse eixo. O arranjo do primeiro vão mantém-se semelhante ao observado nas casas de dois vãos. No entanto, nos segundo e terceiro vãos, a disposição dos cômodos, especialmente entre a salinha e o quarto, pode variar, resultando em dois tipos distintos de plantas:

- Tipo de planta 1 – Casa de três vãos: Inicia-se com a sala e o quarto adjacente, seguida por um corredor central que dá acesso a dois quartos laterais, um de cada lado. Ao final do corredor, localiza-se a cozinha, integrada à salinha.

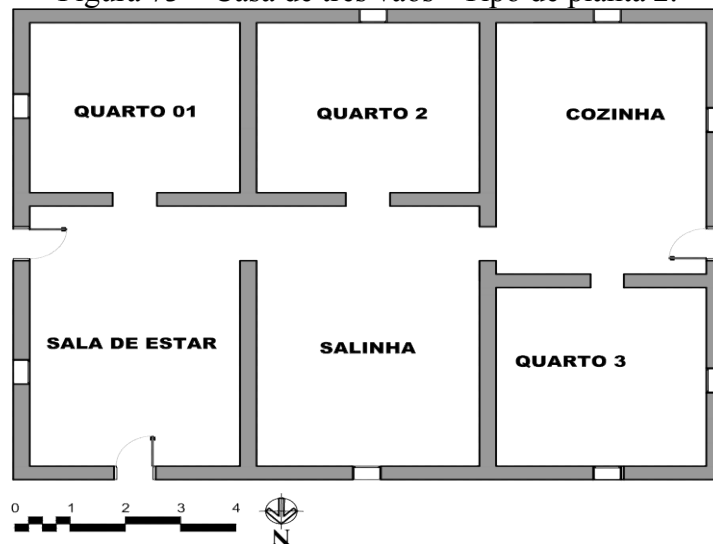
Figura 72 – Casa de três vãos - Tipo de planta 1.



Fonte: Autoria própria (2025).

- Tipo de planta 2 – Casa de três vãos: Inicia-se com a sala e o quarto adjacente, seguidos por um corredor que distribui, de um lado, um quarto e, do outro, a salinha. Ao final do corredor, localiza-se a cozinha, com um quarto adjacente.

Figura 73 – Casa de três vãos - Tipo de planta 2.



Fonte: Autoria própria (2025).

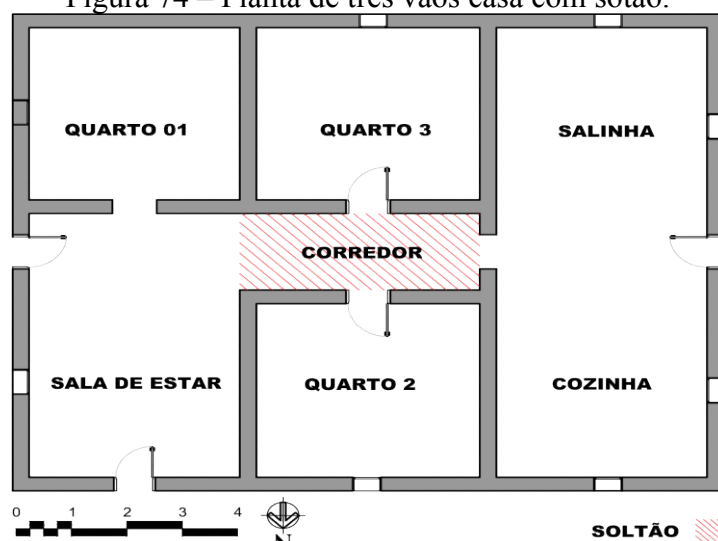
Essas variações refletem as adaptações realizadas pelos moradores de acordo com as necessidades familiares e as condições econômicas de cada período, preservando, contudo, a funcionalidade da planta linear e a lógica de aproveitamento do espaço. Muitas famílias, em um primeiro momento, tinham condições de erguer apenas dois vãos da casa. Posteriormente, realizam a ampliação, acrescentavam um terceiro vão, no qual a cozinha

passava a ocupar a última seção, acompanhada de um quarto adicional. O espaço que antes funcionava como cozinha, localizado próximo ao corredor, era então transformado em “salinha”, incorporando novas funções e reorganizando o uso interno da residência.

As dimensões dos cômodos também apresentavam certa regularidade, variando conforme o tamanho total da edificação, cuja largura conhecida localmente como “frente”, mantinha medidas bastante padronizadas. Segundo os mestres artífices entrevistados, as residências possuíam, em geral, frente de 7 a 8 metros, o que permitia que os construtores determinassem previamente as dimensões aproximadas dos cômodos. Por exemplo, os quartos mediam, em média, $3,50\text{ m} \times 3,50\text{ m}$, podendo alcançar $4,00\text{ m} \times 4,00\text{ m}$, caso o proprietário desejasse um ambiente mais amplo. Quando a “frente” da casa era de 8 m e o morador optava por uma sala maior, de cerca de $5,00\text{ m} \times 5,00\text{ m}$, o quarto adjacente a sala era reduzido proporcionalmente, chegando a $3,00\text{ m} \times 3,00\text{ m}$, de modo a manter o equilíbrio dimensional da planta. Algumas casas mais antigas que datam a década de 50, apresentavam a frente com 9 m e, portanto, os cômodos tinham dimensões maiores.

Entre as residências da comunidade, destaca-se uma variação da tipologia linear composta por três vãos que inclui, acima do corredor, um sótão. Para criar um caixão de farinha elevado do piso. Esse espaço era utilizado tradicionalmente para armazenar farinha e goma, funcionando como uma pequena área de depósito no interior da casa. Essas edificações foram construídas em períodos anteriores às obras executadas pelos mestres entrevistados, remontando a anos anteriores à década de 1960.

Figura 74 – Planta de três vãos casa com sótão.



Fonte: Autoria própria (2025).

As casas com sótão apresentam características construtivas e formais específicas que as distinguem das demais tipologias da comunidade. A presença do sótão implica em uma cumeeira mais elevada, resultando em uma volumetria mais verticalizada. Todas essas casas passaram por reformas com o intuito de reduzir a altura da cumeeira; ainda assim, mantêm uma altura superior em relação às demais edificações locais.

Figura 75 – Corredor com Sótão.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

O acesso ao sótão era realizado por meio janelas, que podiam estar localizadas na sala, na cozinha ou no quarto adjacente ao corredor. havia uma gaveta embutida no fundo do caixão, cuja abertura permitia que o material armazenado no sótão fosse despejado. As aberturas em arco são elementos recorrentes nos corredores das moradias com o sótão, assim com o uso de tornos de madeira. Outro elemento característico é o caritó, nicho de formato pentagonal inserido nas paredes dos quartos, geralmente próximo aos tornos ou às camas, que eram utilizados para acomodar lamparinas e recipientes de gás e depois da chegada da eletricidade na comunidade passaram a servir de suporte para cosméticos, porta-retratos, ou outros objetos pessoais.

Figura 76 – Janelas de acesso ao sótão; e gaveta do caixão.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Figura 77 – Caritó; Tornos de madeira.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Essa tipologia, que incorpora o sótão, reflete a cultura construtiva e o modo de habitar da comunidade, evidenciando a relação entre a moradia e as formas de subsistência locais. O sótão tem função diretamente associada às atividades produtivas, especialmente à produção de farinha de mandioca, que por muito tempo constituiu o principal elemento da economia local. A necessidade de abrigar o caixão de farinha dentro da residência influenciou diretamente na configuração espacial dessas edificações, uma vez que a implantação do sótão exigia a presença de um corredor central, responsável por estruturar e organizar a planta.

A tipologia de planta de três vãos com corredor central e sótão remete às primeiras casas de alvenaria de tijolos da comunidade. Essa configuração influenciou as

construções posteriores, sendo replicada na maioria das residências das próximas décadas. Entretanto, a estrutura do sótão deixou de ser reproduzida, sendo atualmente rara na comunidade. Tal mudança se explica pelo declínio na produção de farinha ao longo do tempo, tornando a caixa de farinha pouco funcional. Outros elementos característicos das casas com sótão, como aberturas em arco e carítos, foram raramente reproduzidos nas demais tipologias.

4.2.3 Categorias Tipológicas e Critérios de Classificação

Com base nessa análise dos padrões construtivos e espaciais recorrentes, características gerais e variações de planta presentes na arquitetura residencial da comunidade do Sítio Lagoa de Dentro, tornou-se possível definir três categorias tipológicas, Tipo A, B e C, e definir os respectivos critérios de classificação das residências inventariadas. A seguir, apresentam-se as tabelas correspondentes a cada tipologia, com seus critérios e descrições.

Tabela 1 – Critérios de classificação: Tipo A - Casa simples.

Tipo A – Casa Simples	
Critérios	Descrição
1.Configuração espacial e planta	Unidade com Planta compacta de um vão - Sala e cozinha ou quarto e cozinha. Ou; de dois vãos; Sala e quarto (1ºvão), cozinha e quarto ou, salinha e quarto (2º vão).
2.Cobertura	Telhado de duas águas.
3.Aberturas	Duas portas externas: uma na fachada principal (sala) e outra posterior (cozinha); vãos de passagem interna sem esquadrias; Janelas posicionadas na porção central das paredes dos cômodos, podendo ocorrer sua ausência em determinados ambientes.
4.Material e técnicas construtivas.	Estrutura em taipa de mão ou alvenaria mista (adobe e tijolo maciço); Piso de terra batida ou cimento; Pode apresentar acabamento interno e externo, porém as unidades de um único vão, geralmente não possuem revestimento.

Fonte: Autoria própria (2025).

Tabela 2 – Critérios de classificação: Tipo B - Casa linear.

Tipo B – Casa Linear com três vãos	
Critérios	Descrição
1.Configuração espacial e planta	Unidade com Planta linear de três vãos: Tipo de planta 1: Sala com quarto adjacente, seguido por um corredor central que distribui dois quartos laterais (um de cada lado) e, ao final, a cozinha integrada à salinha; Tipo de planta 2: Sala com quarto adjacente, seguido por um corredor que distribui um quarto de um lado e a salinha do outro, finalizando com a cozinha e quarto adjacente
2.Cobertura	Telhado com duas ou três quedas de água; Pode ou não haver alpendres.
3.Aberturas	Duas portas externas: uma na fachada principal (sala) e outra posterior (cozinha), podendo variar com portas nas laterais da sala e cozinha.; vãos de passagem interna sem esquadrias; Janelas posicionadas na porção central das paredes dos cômodos, podendo ocorrer sua ausência em determinados ambientes.
4.Material e técnicas construtivas.	Estrutura em alvenaria mista de adobe e tijolo maciço; Piso de cimento queimado ou revestimento cerâmico; Acabamento interno e externo; Possível integração de elementos e materiais contemporâneos em reformas.

Fonte: Autoria própria (2025).

Tabela 3 – Critérios de classificação: Tipo C - Casa com sótão.

Tipo C – Casa com Sótão	
Critérios	Descrição
1.Configuração espacial e planta	Unidade com Planta linear de três vãos com sótão acima do corredor: Segue o mesmo arranjo do Tipo de planta 1 (Tipo B- Casa linear); Pode haver exceção: Planta de dois vãos com sótão na salinha ou cozinha.
2.Cobertura	Telhado com duas ou três quedas de água;

	Pode ou não haver alpendres; Cumeeira mais alta, conferindo volumetria ligeiramente verticalizada em relação às demais tipologias.
3.Aberturas	Duas portas externas: uma na fachada principal (sala) e outra posterior (cozinha), podendo variar com portas nas laterais da sala e cozinha.; vãos de passagem interna sem esquadrias com exceção nos quartos do corredor, que sempre apresentam esquadrias; Janelas posicionadas na porção central das paredes dos cômodos, podendo ocorrer sua ausência em determinados ambientes; apresenta janelas de acesso ao sótão que podem estar localizadas na sala, cozinha ou no quarto do corredor; Na passagem do corredor, pode haver ou não aberturas em arco.
4.Material e técnicas construtivas.	Estrutura em alvenaria mista de adobe e tijolo maciço; Piso de cimento queimado ou revestimento cerâmico; Acabamento interno e externo; Possível integração de elementos e materiais contemporâneos em reformas; Apresenta outros elementos característicos como o caritó e tornos de madeira.

Fonte: Autoria própria (2025).

Apresenta-se, a seguir, uma tabela síntese que descreve, de forma objetiva e comparativa, os critérios e as características essenciais de cada tipologia. Essa sistematização possibilita uma visualização mais precisa das diferenças e aproximações entre os Tipos A, B e C.

Tabela 4 – Síntese dos critérios de classificação tipológica.

Critérios de classificação tipológica	
Tipologia	Descrição sintética
Tipo A – Casa Simples	Planta compacta com um ou dois vãos; telhado de duas águas; duas portas externas; janelas no centro das paredes dos cômodos; estrutura em taipa de mão ou alvenaria

	mista; piso em terra batida ou cimento; com ou sem acabamento interno e externo, geralmente ausente.
Tipo B – Casa Linear	Planta linear com três vãos, em duas variações; telhado de duas ou três águas; possibilidade de alpendres; duas portas externas, com variações laterais; vãos internos sem esquadrias; janelas centralizadas nas paredes dos cômodos; estrutura em alvenaria mista; piso de cimento queimado ou cerâmica; acabamento interno e externo; podendo incluir elementos e materiais contemporâneos.
Tipo C – Casa com Sótão	Planta linear de três vãos com sótão sobre o corredor; telhado de duas ou três águas; possibilidade de alpendres; duas portas externas e variações laterais; vãos internos sem esquadrias; janelas centralizadas nos cômodos e de acesso ao sótão; pode apresentar aberturas em arco; estrutura em alvenaria mista; piso de cimento queimado ou cerâmica; acabamento interno e externo; pode incluir elementos e materiais contemporâneos e elementos tradicionais como caritô e os tornos de madeira.

Fonte: Autoria própria (2025).

A classificação tipológica proposta não apenas organiza as recorrências identificadas para fins de registro no inventário, mas também aprofunda a análise da lógica evolutiva das unidades residenciais, permitindo identificar continuidades, permanências e transformações no modo de construir local. Assim, o enquadramento tipológico estabelece uma base analítica fundamental para compreender como as soluções construtivas, os arranjos espaciais e o emprego de técnicas tradicionais ou adaptadas decorrem de processos socioculturais, ambientais e históricos próprios da comunidade.

5 INVENTÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS DO SÍTIO LAGOA DE DENTRO COMO PATRIMÔNIO EDIFICADO DA COMUNIDADE

Esta seção tem como objetivo apresentar o inventário das residências do Sítio Lagoa de Dentro, reconhecendo-as como patrimônio edificado e representativo da arquitetura vernacular rural nordestina. Para esta pesquisa, foram analisadas dez edificações selecionadas por melhor expressarem a tipologia arquitetônica tradicional local. Como já mencionado anteriormente, a escolha dessas residências baseou-se em três critérios principais: (1) o emprego de técnicas construtivas tradicionais; (2) a idade aparente, buscando abarcar exemplares de diferentes décadas; e (3) o grau de preservação das características originais, priorizando edificações que mantêm elementos construtivos, formais e tipológicos associados à tradição local, mesmo quando apresentam reformas ou adaptações contemporâneas.

O número de dez residências selecionadas para o inventário decorreu das limitações de tempo, e da necessidade de assegurar a qualidade da análise. Esse recorte possibilitou um estudo que inclui não apenas o registro físico-construtivo, mas também a classificação tipológica de cada unidade. Além disso, as dez residências escolhidas representam de forma significativa a arquitetura vernacular da comunidade, permitindo contemplar o objetivo de reunir exemplares que expressam as principais características estéticas, construtivas e culturais da comunidade rural.

O modelo das fichas do inventário (Apêndice F) foi elaborado com o objetivo de sistematizar e organizar as informações sobre as práticas construtivas locais e sobre as tipologias arquitetônicas presentes na comunidade. A sequência descrita a seguir corresponde à estrutura do inventário: inicialmente, são apresentados os dados de identificação da residência, incluindo localização e croqui arquitetônico. Em seguida, registra-se a classificação tipológica conforme os Tipos A, B e C definidos na seção anterior, incluindo a identificação da posição da cumeeira em relação à via pública. Posteriormente, constam as coordenadas geográficas e os dados gerais, que abrangem informações sobre os proprietários, década de construção, estado de conservação global, área construída, altura da cumeeira, pé-direito e espessura média das paredes.

Na parte seguinte, o inventário reúne informações sobre as práticas construtivas tradicionais, contemplando a técnica utilizada na alvenaria, nos pisos e na cobertura, o tipo de esquadrias e os materiais empregados, além do estado de conservação de cada um desses elementos. A ficha é finalizada com um campo destinado ao registro de

modificações, observações relevantes ou intervenções significativas identificadas na edificação. Por fim, a segunda página de cada ficha é reservada à documentação fotográfica, reunindo imagens das fachadas, da cobertura, dos ambientes internos, da alvenaria, dos pisos, das esquadrias e de outros elementos julgados pertinentes durante o levantamento em campo.

Para a coleta dos dados e o preenchimento das fichas, foram realizadas três visitas de campo à comunidade. A sequência de organização das fichas corresponde à ordem de visitação das residências, de modo que a Ficha 01 refere-se à Casa 1 (identificada na ficha), primeira edificação na qual se efetuou o levantamento. O preenchimento dos dados gerais exigiu conversas com os proprietários. As medições foram realizadas predominantemente com uma trena a laser, enquanto a espessura das paredes, as esquadrias e o pé-direito foram medidos com trena convencional. A identificação das técnicas construtivas e das possíveis intervenções foi realizada por meio da observação direta e de perguntas direcionadas aos moradores, permitindo compreender tanto os métodos tradicionais quanto as transformações ocorridas ao longo do tempo.

Ainda em campo, elaborou-se um croqui manual das plantas baixas das residências, registrando dimensões e organização espacial. Posteriormente, esses croquis foram finalizados no software AutoCAD, para padronizar a representação gráfica no inventário. As fichas preenchidas com as informações de cada residência estão no Apêndice G.

A análise das dez residências inventariadas apresenta um quadro conciso, porém representativo da arquitetura vernacular da comunidade, evidenciando tanto a permanência de algumas técnicas construtivas tradicionais quanto as adaptações decorrentes das transformações socioculturais e da disponibilidade de materiais ao longo das décadas. Esses resultados são apresentados de forma detalhada nos subtópicos a seguir, acompanhados de tabelas comparativas e gráficos que organizam e sintetizam os elementos observados durante o levantamento de campo.

5.1 Caracterização geral das edificações inventariadas

5.1.1 Distribuição Tipológica

Das dez residências inventariadas, cinco (50%) pertencem à tipologia C - Casa com Sótão, três classificam-se no tipo A - Casa Simples (30%) e duas no tipo B – Casa Linear de três vãos (20%).

Tabela 5 – Distribuição tipológica

Tipo	Nº de casas	Observação
Tipo A – Casa Simples	3	Duas com 2 vãos e uma com apenas 1 vão.
Tipo B – Casa Linear	2	Ambas construídas inicialmente com 2 vãos.
Tipo C – Casa com sótão	5	Apenas três conservam a estrutura do sótão completa.

Fonte: Autoria própria (2025).

Entre essas cinco residências do tipo C – Casa com sótão, três preservam a estrutura original do “caixão” do sótão de maneira íntegra, enquanto as outras duas apresentam estrutura ausente (casa 3) e parcialmente descaracterizada (casa 7), porém mantêm elementos formais e construtivos suficientes para comprovar sua configuração original, justificando sua permanência na mesma categoria tipológica.

Figura 78 – Casa com sótão com estrutura do caixão preservada – Casa 1, 2 e 10.





Fonte: Arquivo pessoal (2025).

A edificação com a estrutura do caixão ausente destaca-se por possuir apenas dois vãos, diferindo do padrão mais comum das casas com sótão, caracterizadas por planta linear de três vãos, com o sótão situado sobre o corredor central. A morfologia dessa habitação sugere que foi construída prevendo a expansão para um terceiro vão, o que acabou não se concretizando. A ausência do sótão decorreu de reformas posteriores, mas apesar de não conservar mais esse volume superior, a residência apresenta evidências inequívocas de que já o possuía, como: cumeeira alta; janelas altas internas, utilizadas originalmente para acesso ao sótão e ainda visíveis na divisória entre cozinha e sala.

Na residência que conserva apenas uma superfície parcial da madeira da estrutura do sótão acima do corredor, o entrepiso do caixão funciona hoje como base improvisada para a caixa d'água de abastecimento do banheiro, deixando a mostra vestígios do antigo sótão.

Figura 79 – Casa com Sótão com estrutura do caixão ausente; sótão com estrutura parcial da madeira do caixão – Casa 3 e 7.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Das três residências classificadas na Tipologia A – Casa Simples, apenas uma (Casa 5) apresenta um único vão, enquanto as outras duas são compostas por dois vãos. Entre essas residências de dois vãos, destaca-se a casa taipa de mão (casa 9), sendo o único exemplar dessa técnica na comunidade. A outra residência de dois vãos (Casa 6), foi inicialmente edificada com apenas um vão e ampliada posteriormente.

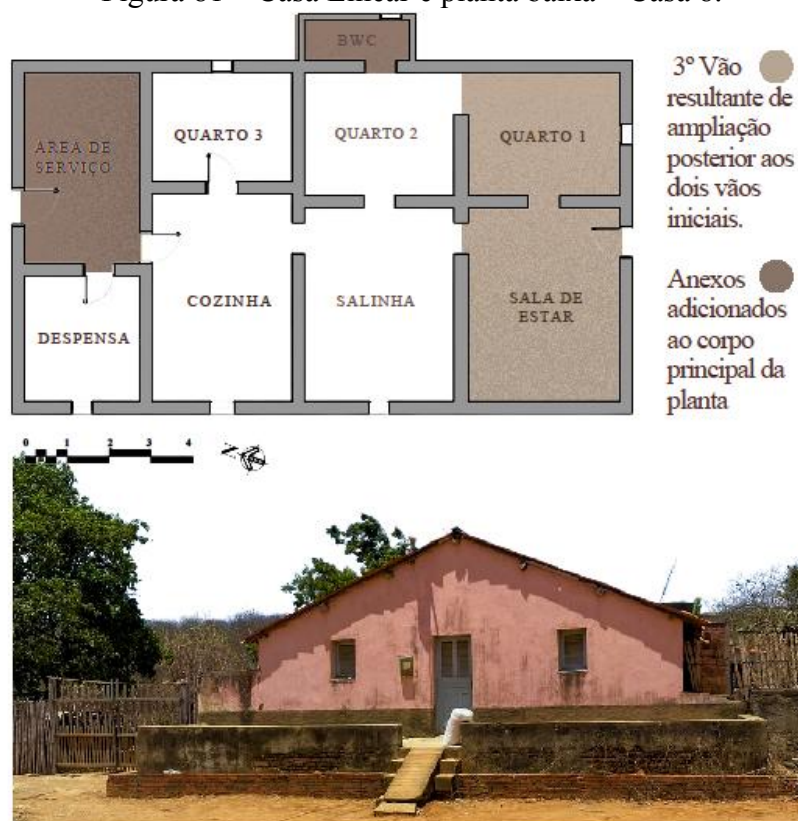
Figura 80 – Tipo A - Casas simples – Casa 5, 6 e 9.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

As duas residências restantes pertencem à tipologia Casa Linear de 3 vãos, forma bastante difundida na comunidade. Um aspecto relevante identificado durante o levantamento *in loco* é que ambas tiveram, em sua construção original, apenas dois vãos, sendo o terceiro adicionado em ampliações posteriores. Essa informação evidencia um padrão recorrente na dinâmica construtiva local: um crescimento por etapas, diretamente relacionado à disponibilidade financeira das famílias e ao aumento do número de moradores. Além disso, ambas as casas apresentam ambientes anexados em períodos mais recentes, como áreas de serviço, banheiros, armazéns e depósitos. Esses acréscimos confirmam o caráter evolutivo e adaptativo das residências da comunidade, característica também observada nas demais tipologias.

Figura 81 – Casa Linear e planta baixa – Casa 8.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Figura 82 – Casa Linear e planta baixa – Casa 4.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Apenas uma residência apresentou a cumeeira paralela à via/fachada (Casa 7), todas as demais possuem cumeeira perpendicular, reforçando o padrão construtivo identificado na comunidade. Quanto à implantação, somente uma edificação não se enquadrou como isolada. As demais são classificadas como isoladas por não compartilharem paredes com outras construções e por apresentarem afastamento físico perceptível em relação às edificações vizinhas, mesmo quando há casas em frente ou próximas no mesmo loteamento.

Quanto ao uso das edificações inventariadas, predomina o uso residencial, representando 60% das unidades. Os 40% restantes correspondem a edificações utilizadas como depósitos ou armazéns. No que diz respeito ao estado de conservação global, 80% das casas apresentam bom estado, enquanto 20% (duas unidades) encontram-se em estado ruim. Esses dados indicam que, mesmo não sendo mais empregadas na comunidade, as técnicas construtivas utilizadas nessas edificações demonstram boa resistência ao tempo e aos agentes de degradação.

Figura 83 – Edificações utilizadas como depósito/armazém.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

5.1.2 Década de Construção

O inventário abrange habitações representativas de diferentes décadas, permitindo compreender a permanência, transformação e reinvenção das tipologias vernaculares ao longo da história da comunidade, evidenciando fases distintas de sua evolução arquitetônica.

Tabela 6 – Distribuição temporal

Década	Nº de casas	Tipologia correspondente
1930	1	Tipo C – Casa Sótão
1940	2	Tipo A – Casa Simples e Tipo C – Casa Sótão
1950	3	Tipo C – Casa Sótão
1960	1	Tipo B – Casa Linear
1980	2	Tipo A – Casa Simples e Tipo B – Casa Linear

Fonte: Autoria própria (2025).

No conjunto analisado as casas com sótão demonstraram presença entre a década de 1930 a 1950, sendo três datadas da década de 1950, uma da década de 1940 e uma da

década de 1930, totalizando os cinco exemplares³¹. Esse recorte permite observar que o modelo, foi mais difundido nos anos 1950, no entanto já existia pelo menos desde a década de 1930, conforme demonstra o exemplar mais antigo do inventário (Casa 10).

As casas simples, concentram-se no inventário na década de 1940, sendo associadas às famílias com baixo poder econômico, cuja construção se dava de forma extremamente funcional e reduzida. Nessas residências, independentemente do tamanho do núcleo familiar, a planta não ultrapassava dois vãos, como ocorre na Casa 5 (Ficha 05), onde oito pessoas chegaram a habitar um único vão.

As duas residências classificadas como casas lineares pertencem às décadas de 1960 e 1980. Essa tipologia representa uma evolução direta da casa com sótão, preservando a organização tradicional do arranjo da planta, porém sem o caixão do sótão, cuja função (armazenamento) perdeu relevância com diminuição do cultivo da mandioca e da produção das farinhadas. Essa tipologia constitui a forma mais replicada nas últimas décadas na comunidade.

Embora a taipa de mão remeta às fases mais antigas da ocupação da comunidade, o inventário registra uma única casa construída com essa técnica na década de 1980, classificada como Casa Simples. Trata-se do único exemplar remanescente, já que a baixa durabilidade da técnica impediu a preservação de outras construções. Esse caso não indica a permanência da taipa de mão no período, mas um episódio pontual: uma construção rápida e de baixo custo, realizada para atender à necessidade imediata de uma moradora.

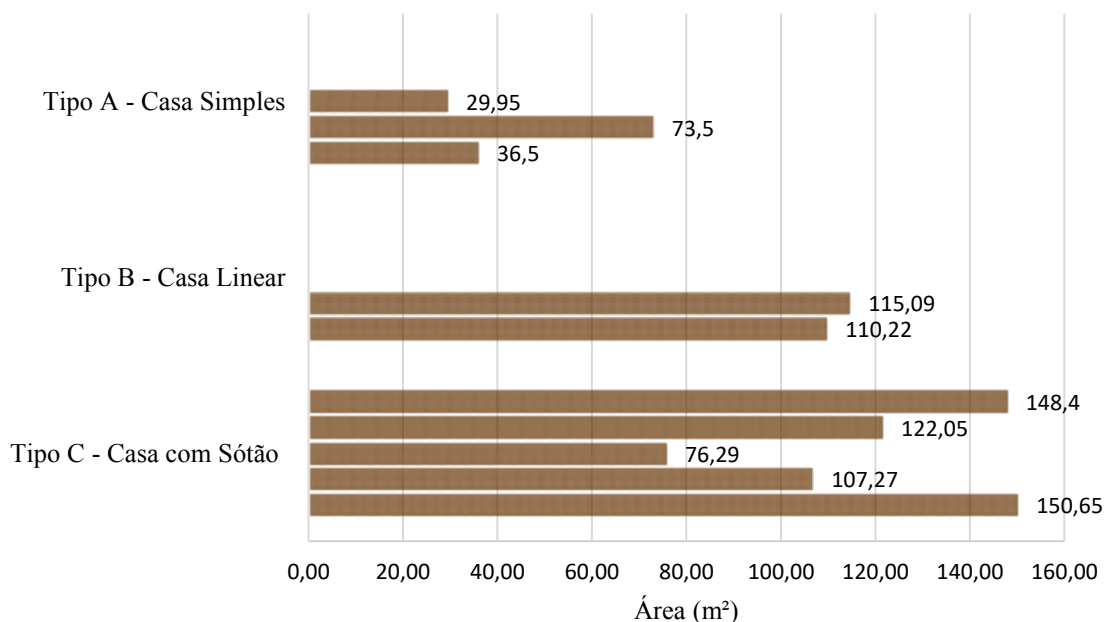
5.1.3 Medidas Gerais

As áreas das edificações analisadas variam entre 29,95 m² e 150,65 m², relacionando-se principalmente ao número de vãos e à tipologia arquitetônica. As residências da Tipologia C – Casa com Sótão apresentam as maiores áreas, alcançando 148,40 m² e 150,65 m². As casas lineares da Tipologia B possuem áreas intermediárias, registrando 115,09 m² e 110,22 m², conforme as duas unidades identificadas. Já as edificações da Tipologia A – Casa Simples exibem as menores áreas, variando de acordo com a quantidade de vãos: a unidade com um único vão possui 36,50 m², enquanto a de dois vãos atinge 73,50 m², valor que se aproxima da metragem obtida da Casa com Sótão de dois vãos, com 76,29 m². A menor área registrada corresponde à casa de taipa de mão

³¹ As informações sobre as décadas de construção das residências inventariadas foram obtidas durante o levantamento in loco, por meio de questionamento direto aos proprietários de cada unidade.

(Casa Simples), com 29,95 m². Embora apresente dois vãos, suas dimensões são reduzidas, característica típica das construções em taipa, nas quais os cômodos tendem a ser menores.

Gráfico 1 – Áreas (m²) das edificações inventariadas.



Fonte: Autoria própria (2025).

A altura das cumeeiras varia de acordo com as décadas de construção e também está associada às tipologias arquitetônicas (Tabela 7). As Casas com Sótão apresentaram as cumeeiras mais elevadas entre todas as tipologias analisadas, com alturas que variam entre 4,00 m e 4,60 m. Essa elevação está diretamente relacionada à necessidade de acomodar o pavimento de sótão, conferindo a essas edificações uma volumetria mais verticalizada. Observa-se ainda que, ao longo do tempo, algumas dessas casas passaram por reformas que reduziram parcialmente a altura original de suas coberturas. Nas demais tipologias, verifica-se que a altura da cumeeira acompanha a evolução temporal das técnicas construtivas, evidenciando uma tendência de diminuição nas construções mais recentes: enquanto os exemplares mais antigos apresentam cumeeiras entre 3,50 m e 3,70 m, as residências edificadas a partir da década de 1980 registram as menores alturas: 2,90 m e 2,60 m.

Já em relação à altura do pé-direito das residências, observa-se que as casas com Sótão também apresentam as maiores medidas, variando entre 2,40 m e 2,90 m. As demais tipologias, tanto lineares quanto simples, possuem predominantemente 2,00 m de

altura de pé-direito. A exceção é uma residência do tipo A - Casa Simples em taipa, que apresenta pé-direito de 1,90 m, a menor medida encontrada, evidenciando o caráter mais modesto e o porte reduzido dessa construção.

Tabela 7 – Medidas gerais das edificações por década e tipologia.

Década	Tipologias	Cumeeira (m)	Pé direito (m)
1930- 1950	Tipo C– Casa Sótão	4,00 a 4,60	2,40 a 2,90
1940 - 1980	Tipo A– Casa Simples	3,50 a 3,70	1,90 a 2,00
1960 - 1980	Tipo B– Casa Linear	2,90 a 2,60	2,00

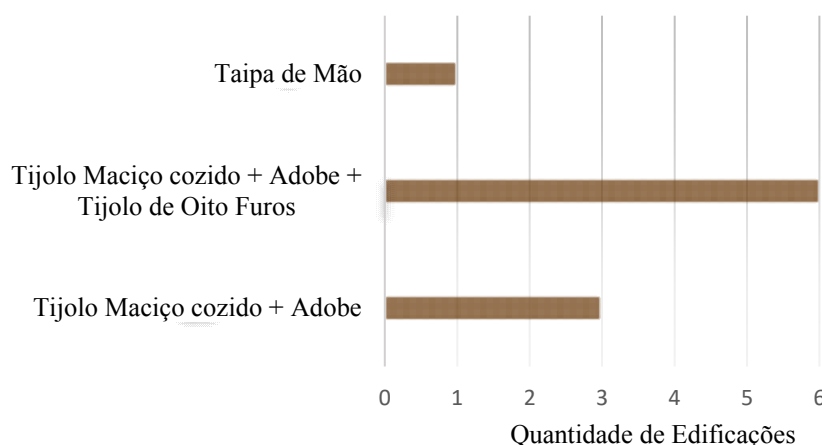
Fonte: Autoria própria (2025).

5.2 Técnicas construtivas empregadas nas edificações inventariadas

5.2.1 Alvenarias

No conjunto das residências inventariadas, observa-se o predomínio da alvenaria mista, caracterizada pelo uso de tijolo maciço cozido nas paredes externas e do adobe nas paredes internas, presente em 90% das habitações. Os 10% restantes referem-se à utilização da taipa de mão, técnica presente apenas em um exemplar. Entre as nove residências construídas em alvenaria mista, identificou-se ainda o emprego de tijolos cerâmicos de oito furos em seis delas. A presença desse material está associada principalmente a intervenções recentes, sobretudo nas ampliações destinadas à inclusão de banheiros, áreas de serviço ou alpendres.

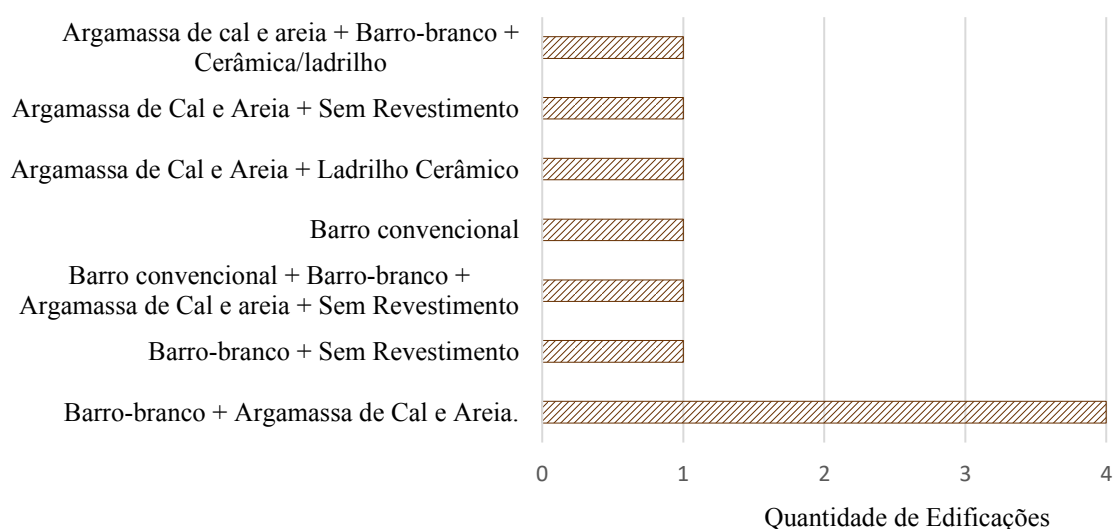
Gráfico 2 – Distribuição das técnicas construtivas das edificações inventariadas.



Fonte: Autoria própria (2025).

Nas residências inventariadas, observou-se uma significativa variedade nas técnicas de revestimento das paredes, podendo ocorrer até três tipos distintos em uma mesma edificação. Entre as dez residências analisadas, 7 ainda preservam trechos com revestimento de barro-branco, ou em toda parte interna das paredes, como na casa 5. O revestimento em argamassa de cal e areia é o mais recorrente, estando presente em 80% das edificações. Já o barro convencional (barro vermelho) aparece em apenas 2 residências e as alvenarias aparentes, sem revestimento, está presente em 3 das casas, sobretudo naquelas classificadas como Tipologia A – Casa Simples. Apenas uma residência utiliza revestimento cerâmico.

Gráfico 3 – Distribuição das técnicas de revestimento nas edificações inventariadas.



Fonte: Autoria própria (2025).

A combinação entre os revestimentos de barro-branco e de argamassa de cal e areia, como apresentado no gráfico 2, foi a mais frequente, ocorrendo em 50% das residências. Essa associação está presente em todas as edificações do tipo C – Casa com Sótão, refletindo um processo de evolução e adaptação aos novos materiais incorporados nas reformas. Nas décadas correspondentes à construção original, o reboco era predominantemente executado em barro-branco o acabamento era feito com cal e tinta em pó; já em intervenções posteriores, passou-se a empregar argamassa de cal e areia. Em algumas reformas, todo o reboco de barro-branco era removido para a aplicação completa do novo revestimento; em outras, realizavam-se apenas retoques parciais. Como resultado, tornou-se comum a coexistência dos dois tipos de revestimento em uma mesma residência.

Mesmo em paredes finalizadas com pintura, ainda é possível identificar a diferença entre os dois tipos de revestimento. O barro-branco confere um acabamento mais grosseiro, com imperfeições facilmente perceptíveis, enquanto as paredes revestidas com argamassa de cal e areia apresentam uma superfície mais regular e lisa.

Figura 84 – Alvenarias com revestimento de Barro - branco e Argamassa de cal e areia.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

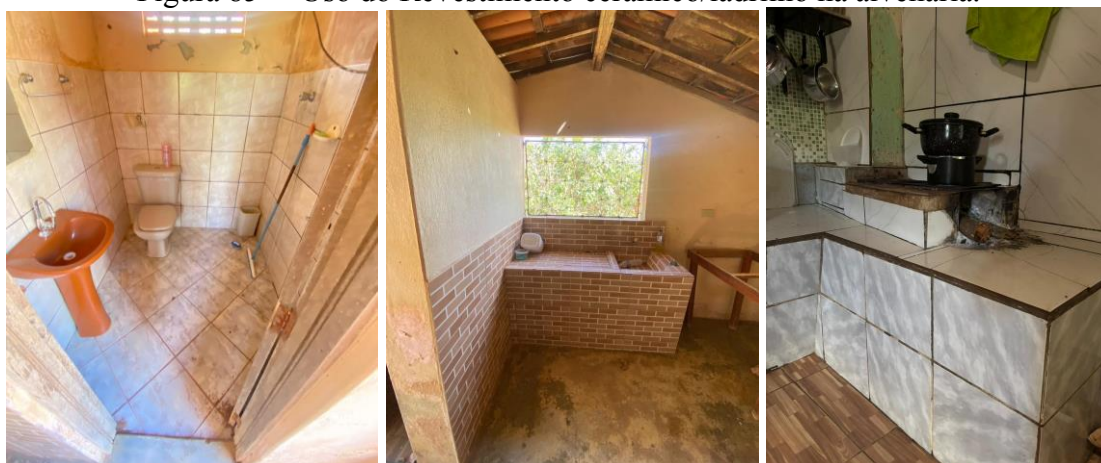
O barro convencional (barro vermelho) está presente na casa construída em taipa de mão e em mais uma edificações que se destaca pela ampla variedade de revestimentos: os cômodos mais antigos conservam o reboco em barro convencional; algumas paredes

externas permanecem sem revestimento, enquanto outras apresentam barro-branco. Nos demais ambientes, as paredes internas recebem argamassa de cal e areia e barro-branco, finalizadas com pintura. Além disso, trechos reformados recentemente foram revestidos com argamassa de cimento, evidenciando diferentes fases de sua transformação durante os anos.

Apenas duas residências utilizam revestimento cerâmico/ladrilho. Em uma delas, o material é aplicado exclusivamente na lavanderia, nos banheiros e no fogão a lenha, enquanto os demais ambientes permanecem revestidos com argamassa de cal e areia. Essa residência é também a única que não combina argamassa de cal e areia com barro-branco, fato diretamente relacionado à sua década de construção, trata-se do exemplar mais recente do inventário, edificado em 1986, período em que o barro-branco já não era utilizado como revestimento. Na outra residência, o revestimento cerâmico é empregado apenas no fogão a lenha e nas paredes adjacentes, com o objetivo de facilitar a limpeza. As demais paredes da casa mantêm o acabamento tradicional em barro-branco e argamassa de cal e areia.

Observa-se que o uso de revestimento cerâmico nas residências da comunidade começou a ser inserido a partir dos anos 2000, especialmente em reformas. Da mesma forma, o revestimento cerâmico/ladrilho nos fogões a lenha tornou-se uma prática amplamente difundida na comunidade, associada à busca por maior durabilidade e facilidade de manutenção.

Figura 85 – Uso do Revestimento cerâmico/ladrilho na alvenaria.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Quanto à espessura média das paredes, foram identificadas medidas de 40 cm, 30 cm e 25 cm, sendo as paredes de 30 cm as mais recorrentes, presentes em 70% das

residências inventariadas, especialmente nas construções datadas entre as décadas de 1940 e 1960. Verifica-se uma redução progressiva das espessuras ao longo do tempo (40 cm → 30 cm → 25 cm), que pode ser compreendido como resultado do aprimoramento das técnicas construtivas locais e da incorporação gradual de novos conhecimentos³².

Tabela 8 – Espessura média das paredes das edificações inventariadas.

Espessura média	Década	Nº de casas	Tipologia correspondente
40 cm	1930	1	Casa Sótão
30 cm	1940 a 1960	7	Casa Sótão, Casa Simples e Linear
25 cm	1980	2	Casa Simples e Linear

Fonte: Autoria própria (2025).

No que diz respeito ao estado de conservação das alvenarias, sete edificações (70%) apresentam bom estado, enquanto duas (20%) apresentam estado ruim e uma (10%) encontra-se em estado precário. Esta última trata-se de uma residência desocupada há muitos anos, utilizada apenas como espaço de armazenamento. Esse resultado mostra que as técnicas empregadas nas alvenarias apresentam boa durabilidade e resistência aos agentes de degradação e ao tempo.

³² Segundo o Mestre Artífice 3, que atuou na comunidade sobretudo na década de 1980, a redução da espessura das paredes de aproximadamente 40 cm para 25 cm decorre do aperfeiçoamento das técnicas construtivas. O tijolo maciço cozido passou a ser produzido com menor robustez, o barro convencional continua sendo utilizado no assentamento dos tijolos. Contudo, o reboco de barro branco, que confere um acabamento grosso, foi substituído por argamassa de cal e areia, contribuindo para a diminuição da espessura final das paredes.

Figura 86 – Edificação com alvenaria em estado precário.

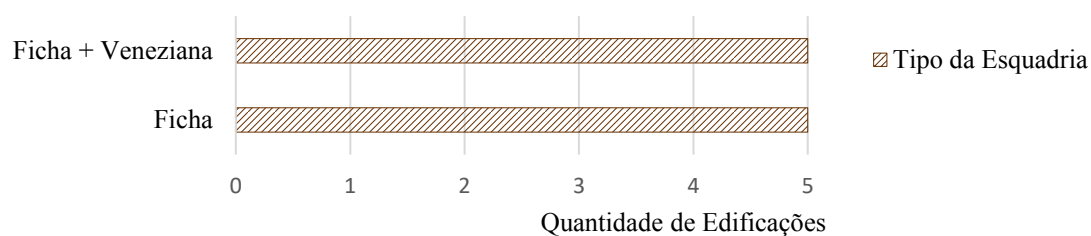


Fonte: Arquivo pessoal (2025).

5.2.1 Esquadrias

Nas residências analisadas, as esquadrias do tipo ficham aparecem em 100% das unidades, sendo o modelo predominante da comunidade. Em cerca de 50% das casas, elas surgem acompanhadas de esquadrias do tipo veneziana, geralmente instaladas quando as janelas originais se deterioram. As venezianas costumam apresentar bom estado de conservação e são usadas como substituição por sua praticidade.

Gráfico 4 – Distribuição dos tipos de esquadria das edificações inventariadas.



Fonte: Autoria própria (2025).

Foram identificadas tanto esquadrias de ficha feitas manualmente, ainda originais em algumas casas, quanto versões produzidas em serralheria, mas que preservam a mesma característica tradicional em ficha. Essa predominância reforça a forte presença e continuidade desse tipo de esquadria na arquitetura local.

Figura 87 – Tipos de esquadrias presentes nas edificações inventariadas.



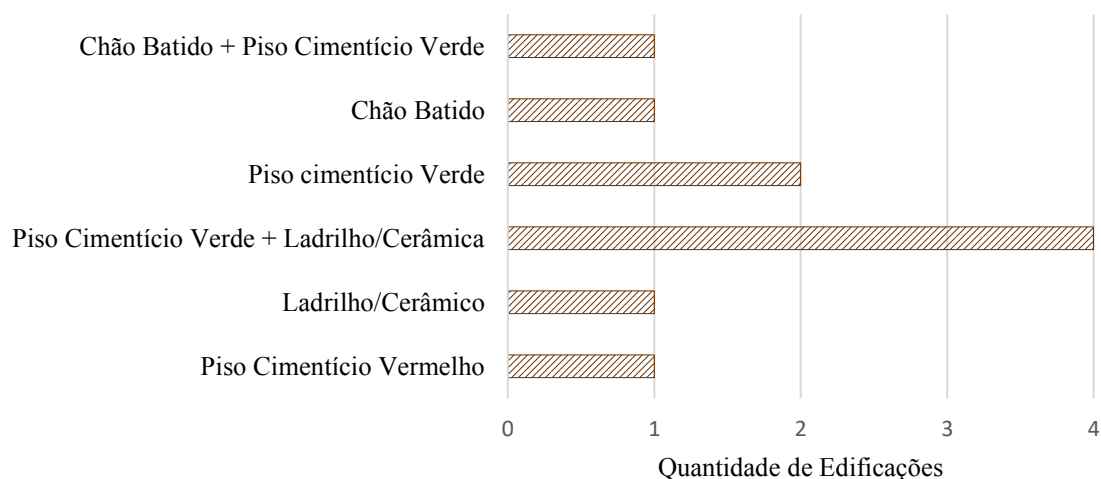
Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Quanto ao estado geral das esquadrias, 70% das residências apresentam bom estado, 20% estão em estado precário e 10% em estado regular. Isso reflete a boa durabilidade e resistência das esquadrias tipo ficha, que se mantêm funcionais ao longo do tempo.

5.2.1 Pisos

Observa-se a predominância do piso cimentício verde, encontrado em 60% das edificações inventariadas. Em 40% dessas residências, o piso cimentício aparece combinado com o revestimento cerâmico. O piso cerâmico, de forma isolada, foi identificado em apenas 1 residência, associada às reformas recentes realizadas na comunidade. Embora o uso de ladrilho cerâmico venha se tornando cada vez mais comum nas novas construções e nas casas reformadas, a análise mostra que as residências mais tradicionais ainda preservam os materiais originais, mantendo o acabamento de piso característico das casas vernaculares. O piso de chão batido está presente em 2 residências (20%), sendo que em uma delas aparece associado ao piso cimentício verde. Já o piso cimentício vermelho ocorre em apenas 1 residência.

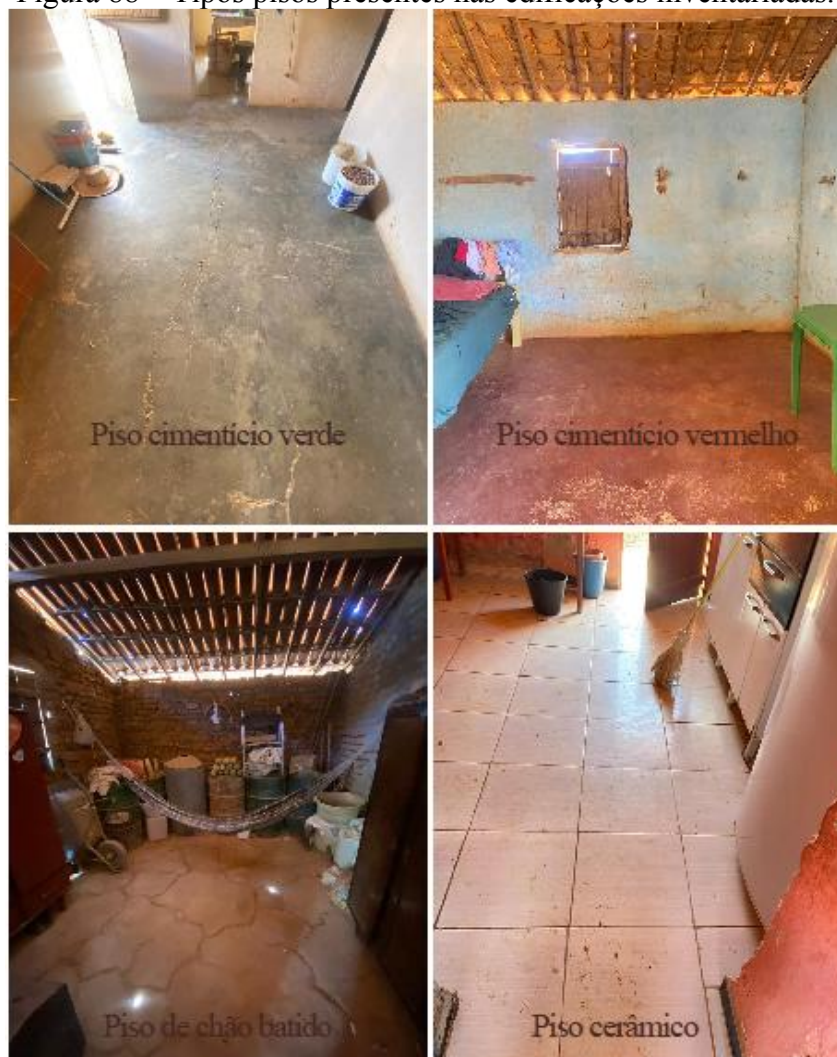
Gráfico 5 – Distribuição dos tipos de pisos das edificações inventariadas.



Fonte: Autoria própria (2025).

Tanto o piso de chão batido quanto o piso cimentício vermelho são encontrados nas edificações que mais preservam suas características construtivas tradicionais, geralmente edificações menores, com um ou dois vãos. A associação do piso cimentício verde com o piso cerâmico nas residências, indica intervenções posteriores, geralmente para melhoria da limpeza e manutenção dos ambientes sendo empregado principalmente nos banheiros.

Figura 88 – Tipos pisos presentes nas edificações inventariadas.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

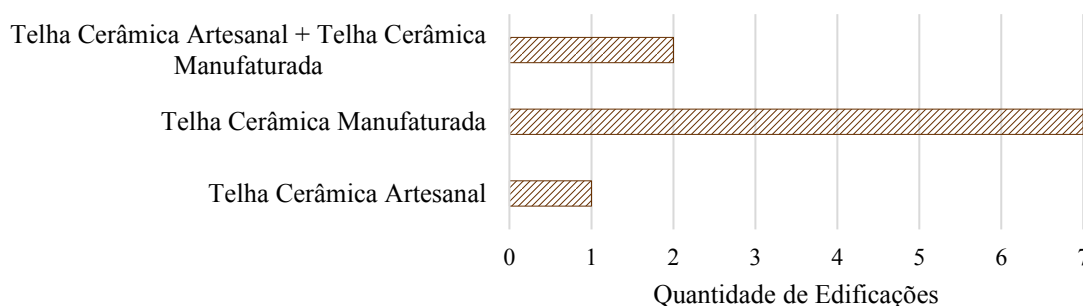
Quanto ao estado de conservação dos pisos, 70% apresentam bom estado e apenas 20% foram classificados como regulares. Esses resultados evidenciam a durabilidade e a resistência das técnicas tradicionais empregadas, que se mostram eficazes mesmo após longos anos de uso.

5.2.1 Cobertura

Nas residências inventariadas, verificou-se o predomínio da telha cerâmica manufaturada do tipo colonial, presente em 90% das edificações analisadas. Esse modelo de telha é amplamente utilizado na comunidade por oferecer boa durabilidade e por ser de fácil aquisição no mercado local. Apenas 10% das casas mantêm integralmente a cobertura composta por telhas cerâmicas artesanais, enquanto em 20% observou-se o uso

combinado de telhas artesanais e manufaturadas, geralmente em decorrência de manutenções e substituições parciais realizadas ao longo dos anos. As edificações que ainda conservam telhas artesanais são, em geral, aquelas que preservam suas características construtivas originais, apresentando partido mais simples, normalmente com um ou dois vãos.

Gráfico 6 – Distribuição do tipo de telha da cobertura das edificações inventariadas.



Fonte: Autoria própria (2025).

Figura 89 – Telha cerâmica artesanal encontrada na cobertura da casa 4.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Quanto à estrutura de madeiramento da cobertura, observou-se que 80% das edificações ainda conservam parte do madeiramento original, produzido com madeira natural da própria comunidade. Entre elas, apenas uma residência, a casa de taipa, mantém toda a estrutura original, incluindo linhas, caibros e ripas. Devido aos processos de reparo e substituição ao longo dos anos, 90% das residências apresentam, atualmente, algum uso de madeira industrializada na estrutura da cobertura. Dessa forma, o cenário

predominante é a combinação entre madeira natural e madeira industrializada. Apenas 20% das residências inventariadas possuem toda a estrutura de cobertura composta exclusivamente por madeira industrializada.

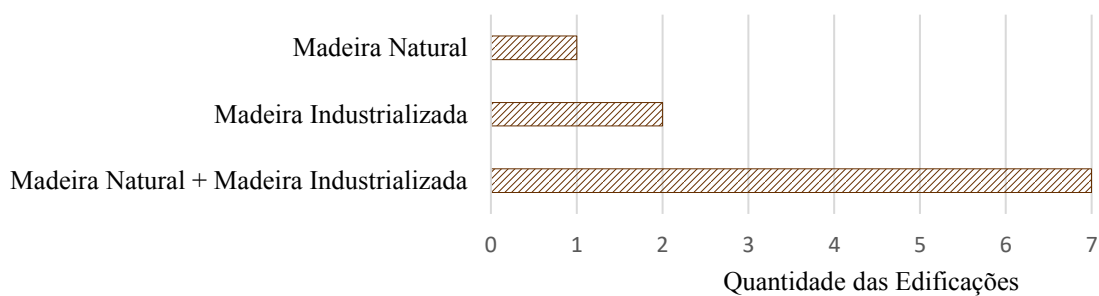
Figura 90 – Cobertura com estrutura de madeira natural.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Nas demais residências que ainda conservam parte do madeiramento natural, observou-se que, em geral, apenas a linha (viga) permanece original. Em alguns casos, os caibros também se mantêm preservados em determinados cômodos, enquanto as ripas foram integralmente substituídas por madeira industrializada ao longo dos anos, devido ao desgaste natural.

Gráfico 7 – Distribuição do tipo de madeira da estrutura da cobertura das edificações inventariadas.



Fonte: Autoria própria (2025).

Quanto ao estado de conservação da cobertura, observou-se que 50% das residências apresentam bom estado, com estrutura estável e madeiramento bem preservado. Em alguns desses casos, a madeira industrializada recebeu pintura ou impermeabilização, prática cada vez mais comum na comunidade e que contribui para ampliar sua durabilidade. Cerca de 30% das casas foram classificadas em estado ruim. Em geral, são edificações que ainda mantêm telhas cerâmicas artesanais e grande parte do madeiramento natural original, sem intervenções de manutenção ao longo dos anos. Nelas, a deterioração é mais evidente, com peças comprometidas.

Os 20% restantes apresentam estado de conservação regular. Nesses casos, alguns cômodos possuem estrutura totalmente industrializada, enquanto outros mantêm madeiramento misto (natural e industrializado). As partes de madeira natural encontravam-se em condição intermediária, sem danos graves, mas já exigindo atenção, o que justificou a classificação como regular. De modo geral, verifica-se que a madeira utilizada tradicionalmente na comunidade, é um material que exige manutenção constante para evitar deterioração. As observações indicam que intervenções simples, como pinturas, impermeabilização e substituição de ripas e caibros, têm sido estratégias adotadas pela comunidade para prolongar a vida útil das estruturas, especialmente nas construções mais recentes.

No que diz respeito à utilização de forros, apenas três residências apresentaram esse elemento construtivo, geralmente instalado nos quartos. Duas delas possuíam forros em bom estado de conservação, resultado de implantações recentes. A terceira residência apresentava o forro em estado ruim, por se tratar de uma instalação antiga em uma casa atualmente utilizada como depósito, onde não foram realizadas manutenções ao longo do tempo.

A partir da sistematização dos dados, identificou-se que as casas com sótão constituem a tipologia mais representativa entre as edificações inventariadas, evidenciando sua estreita relação com a dinâmica econômica local e predominando na década de 1950. Observou-se, também, que a casa linear configura uma evolução desse modelo, difundindo-se amplamente na comunidade em períodos posteriores, embora apresente baixa incidência no inventário atual. As casas simples, por sua vez, refletem condições socioeconômicas mais modestas, tendo maior expressão por volta da década de 1940 e declínio progressivo ao longo do tempo, permanecendo hoje, em grande parte, desocupadas e destinadas ao armazenamento. Verificou-se, ainda, que as tipologias residenciais acompanharam a disponibilidade de recursos, o aprimoramento técnico e as

necessidades familiares. Por fim, constatou-se que as técnicas construtivas tradicionais da comunidade, como o uso do tijolo maciço cozido, do adobe, dos pisos tradicionais, das coberturas e dos revestimentos à base de barro branco ou de argamassa de cal e areia, demonstraram elevada eficiência e durabilidade, permanecendo em uso e resistindo ao tempo até os dias atuais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho registrou as técnicas construtivas tradicionais e as tipologias das residências da comunidade rural de Lagoa de Dentro por meio da metodologia de inventário. O conjunto analisado, composto por edificações de diferentes décadas, permitiu compreender a permanência, as transformações e as reinvenções ocorridas ao longo do tempo, evidenciando distintos momentos da evolução arquitetônica local. Esse entendimento foi possível através do estudo e análise detalhado das técnicas empregadas, das organizações espaciais e características das residências, incluindo a descrição dos processos de produção dos elementos construtivos e das ferramentas utilizadas. Como resultado, alcançou-se um registro abrangente da arquitetura rural da comunidade, reconhecendo-a como parte de sua memória coletiva e compreendendo os saberes populares e modos de fazer vinculados às técnicas construtivas tradicionais, entendidos como valores culturais que integram a identidade local. Assim, os objetivos propostos foram plenamente alcançados.

Ao longo do estudo, tornou-se evidente que a modernidade em conjunto com os materiais padronizados, de fácil aquisição e rápida difusão, impõe um risco concreto ao desuso de práticas construtivas tradicionais; risco este que, na comunidade, manifesta-se de maneira gradual, porém contínua. A substituição progressiva dos saberes locais por soluções industrializadas, muitas vezes incompatíveis com a realidade sociocultural da comunidade, revela-se como sintoma evidente da desvalorização do patrimônio edificado e dos modos de fazer que o sustentam. Nesse contexto, o inventário realizado assume papel essencial de sistematizar informações que, em poucos anos, poderão não mais estar acessíveis, pela descaracterização física das edificações.

A sistematização dos dados nas fichas de inventário possibilitou identificar padrões tipológicos, sistemas construtivos, materiais e estado de conservação, fornecendo um panorama preciso da arquitetura vernacular ainda presente. Essa organização também permitiu reconhecer particularidades de cada edificação, revelando como as famílias estruturavam, utilizavam e adaptavam seus espaços conforme suas necessidades e possibilidades econômicas. Tais constatações reafirmam a relevância do inventário como instrumento de documentação, valorização e preservação do patrimônio cultural material e imaterial.

Verificou-se que a arquitetura de terra constitui a base das construções da comunidade, marcada inicialmente pelas casas de taipa e, posteriormente, pelo uso do adobe e do tijolo maciço cozido, que se tornaram as técnicas mais difundidas a partir da década de 1930 (sendo desse período o exemplar mais antigo registrado com esse tipo de alvenaria). Observou-se que, em sua origem, as edificações incorporavam materiais disponíveis no entorno, como madeira, barro e pedra. Verificou-se ainda que as técnicas construtivas tradicionais, especialmente o uso do adobe e do tijolo maciço, do revestimento de barro branco e do piso cimentício, apresentam notável durabilidade e eficiência, permanecendo relevantes mesmo diante das pressões contemporâneas da modernização.

A categorização das residências em três tipologias, Casa Simples, Casa Linear e Casa Sótão, foi fundamental para organizar e agrupar as edificações de modo a permitir análises coerentes com suas características arquitetônicas, suas relações com as décadas de construção, com o contexto socioeconômico e cultural. Essa classificação também favoreceu comparações entre as tipologias, contribuindo para compreender como a dinâmica econômica influenciou a evolução das moradias na comunidade.

A análise das tipologias evidenciou que a Casa Sótão é a mais representativa entre as edificações inventariadas, refletindo a dinâmica econômica local ligada à produção de farinha de mandioca, especialmente na década de 1950, período em que se tornou mais difundida. Essa tipologia também serviu de base para o desenvolvimento da Casa Linear, que posteriormente se consolidou como uma das mais recorrentes na comunidade após a década de 1960. A Casa Simples, cuja produção foi mais expressiva na década de 1940, revela modos de habitar associados a condições socioeconômicas mais modestas e, atualmente, encontra-se em declínio, sendo frequentemente destinada a usos secundários, como armazenamento. Ainda assim, essa tipologia desempenhou papel importante na origem e formação da comunidade, configurando-se como uma solução imediata e adaptada ao contexto local.

A pesquisa evidenciou a escassez de registros formais sobre a comunidade, o que reforça a relevância deste estudo enquanto instrumento de documentação, ao descrever o histórico de desenvolvimento local e registrar seu patrimônio edificado contribuindo para mitigar o apagamento histórico e cultural que afeta comunidades rurais. Conclui-se, portanto, que a pesquisa não apenas cumpriu seus objetivos, mas também destaca a urgência de reconhecer e valorizar a arquitetura vernacular rural como parte essencial do patrimônio cultural brasileiro. Ao registrar, sistematizar e analisar as edificações da

comunidade de Lagoa de Dentro, este estudo colabora para a preservação de conhecimentos e práticas que, diante das pressões contemporâneas, tendem a se perder. A relevância do inventário reside justamente em sua função documental, oferecendo subsídios para futuras ações de preservação, pesquisas acadêmicas e políticas de salvaguarda. Espera-se que este trabalho amplie o olhar sobre a importância dessas arquiteturas tradicionais e incentive novas iniciativas que fortaleçam sua proteção, sobretudo em localidades que, historicamente, permanecem à margem das políticas institucionais de patrimônio.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16814:2020:** Adobe — Requisitos e métodos de ensaio. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15812-1:2010:** Blocos cerâmicos para alvenaria estrutural — Parte 1: Projeto. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6123:1988:** Forças devidas ao vento em edificações. Rio de Janeiro: ABNT, 1988.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15575-1:2021:** Edificações habitacionais — Desempenho — Parte 1: Requisitos gerais. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15575-2:2021:** Edificações habitacionais — Desempenho — Parte 2: Requisitos para os sistemas estruturais. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT/CE-002:123.009:** Construções com terra — Taipa — Requisitos, execução, controle e métodos de ensaio (projeto de norma). Rio de Janeiro: ABNT, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 7170:1983:** Tijolo maciço cerâmico para alvenaria. Rio de Janeiro: ABNT, 1983.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 8041:1983:** Tijolo maciço cerâmico para alvenaria — Forma e dimensões — Padronização. Rio de Janeiro: ABNT, 1983.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6460:1983:** Tijolo maciço cerâmico para alvenaria — Verificação da resistência à compressão — Método de ensaio. Rio de Janeiro: ABNT, 1983.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15270-1:2017:** Componentes cerâmicos — Blocos e tijolos para alvenaria — Parte 1: Requisitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15270-2:2017:** Componentes cerâmicos — Blocos e tijolos para alvenaria — Parte 2: Métodos de ensaios. Rio de Janeiro: ABNT, 2017.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Comissão aprova indenização a ex-servidores da extinta Sucam vítimas de intoxicação.** Brasília, 19 out. 2022. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/914871-comissao-aprova->

indenizacao-a-ex-servidores-da-extinta-sucam-vitimas-de-intoxicacao>. Acesso em: 21 jul. 2025.

ARAÚJO, Manuel Gustavo Leite de. **Procissão em honra a São Miguel Arcanjo, São Miguel-RN, 2024**. Fotografia. Publicada por @omicaelenseoficial no Instagram.

Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/DAhal33N3Bo/?img_index=3&igsh=MnJrNm8wYncw dXpw>. Acesso em: 21 jul. 2025.

BARBOSA, Normando Perazzo; TOLÊDO FILHO, Romildo Dias; GHAVAMI, Khosrow. **Construção com terra crua**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA AGRÍCOLA – CONBEA, 26., 1997, Campina Grande. *Anais...* Campina Grande: UFCG, 1997. Disponível em:

<<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/38633/CONSTRU%C3%87%C3%83O%20COM%20TERRA%20CRUA%20-%20EVENTO%20CONBEA%20UFCG%201997.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

Acesso em: 16 jun. 2025.

BARDOU, Patrick; ARZOUMANIAN, Varoujan. **Arquitecturas de adobe**. Barcelona: Gustavo Gili, 1981.

BRAGA, Márcia (Org.). **Conservação e restauro: arquitetura**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Decreto%20n%C2%BA%203_551%20de%2004%20de%20agosto%20de%202000.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.018, de 26 de julho de 2014. **Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 28 jul. 2014. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113018.htm>. Acesso em: 25 out. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 out. 2025.

BRITO, Anna Paula. **Em construção, Memorial de Frei Damião já atrai o turismo religioso para o município de São Miguel**. Mossoró. 2021. Disponível em:

<<https://www.mossorohoje.com.br/noticias/37804-em-construcao-memorial-de-frei->

damiao-ja-atrai-o-turismo-religioso-para-o-municipio-de-sao-miguel>. Acesso em: 16 jul. 2025.

CARVALHO, Poliana dos Santos de; PEREIRA, Alex da Silva. **O benzimento como cultura popular: uma abordagem sobre o território das benzedadeiras do povoado Km 17 em Codó-MA.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA – ENANPEGE, 15., 2023, Palmas, TO. Anais [...]. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV187_MD6_ID976_TB818_27112023133859.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2025.

CAMARÃO JÚNIOR, Luciano Formiga. **Tectônica rúptil e sismicidade na área de inundação do açude do Castanhão (CE): implicação para o risco sísmico.** 2011. 96 f. Dissertação (Mestrado em Geodinâmica e Geofísica) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

COSTA, Írio Barbosa da; MESQUITA, Helena Maria. **Tipos de habitação rural no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, Superintendência de Recursos Naturais e Meio Ambiente, 1978. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82360.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2025

CONSELHO DA EUROPA. **Recomendação Europa sobre a conservação integrada das áreas das paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas.** Tradução do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. In: IPHAN. Educação Patrimonial: histórico, experiências e reflexões. Brasília: IPHAN, 2004. p. 332-336. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Europa%201995.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2025.

COLIN, Sílvio. **Técnicas construtivas do período colonial – I.** 2010. Disponível em: <https://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-i/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Ed.UNESP, 2001.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **O maquinista de algodão e o capital comercial.** Natal: Editora Universitária, 1987.

DAUDÉN, Julia. **"Casas brasileiras: 9 exemplos da arquitetura residencial vernacular"** 26 Abr 2020. ArchDaily Brasil. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/906932/casas-brasileiras-9-exemplos-da-arquitetura-residencial-vernacular>>. Acesso em: 27 Jul 2025.

DICIONÁRIO DE ENGENHARIA CIVIL. **Madre.** Disponível em: <<https://www.engenhariacivil.com/dicionario/madre>>. Acesso em: 23 jul. 2025.

DINIZ, Cesar. **Casa construída com adobe – conhecido como adobão na região nordeste.** Fotografia. Pulsar imagens. 2012. Disponível em: <<https://www.pulsarimagens.com.br/foto/foto?assunto=Casas%20constru%C3%ADda>>

%20com%20adobe%20-
%20conhecido%20como%20adob%C3%A3o%20na%20regi%C3%A3o%20nordeste&
procurar=casebre&codigo-
imagem=04CD590&codigo=147603&pagina=1&posicao=2&ordenar=1>. Acesso em:
27 jul. 2025.

DUARTE, Fábio. **Arquitetura e Tecnologias de Informação da Revolução Industrial à Revolução Digital**. São Paulo: FAPESP: Editora da UNICAMP, 1999.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. EMBRAPA. **Manipueira, um líquido precioso**. Portal Embrapa, 07 jun. 2011. Disponível em: <mbrapa.br/busca-de-noticias/.../manipueira-um-liquido-precioso>. Acesso em: 22 jul. 2025.

FERREIRA, Anna Cristina Andrade. **O descuido de se tombar: a importância da paisagem cultural dos engenhos de cachaça e rapadura como patrimônio do município de areia**. 2010. 202 f. Dissertação de Mestrado - Curso de Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU, Centro de Tecnologia – CT. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2010.

FIGUEIREDO, Margareth Gomes de. **Valorização do sistema construtivo do patrimônio edificado**. 2014. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/12683825/Valoriza%C3%A7%C3%A3o_do_sistema_construtivo_do_patrim%C3%B4nio_edificado>. Acesso em: 12 mai. 2025.

FRANCO, Maria Edna Sousa. **História da Comunidade Lagoa de Dentro**. Lagoa de Dentro, 2007. Manuscrito inédito. Acervo pessoal da autora.

GUEDES, Rodrigo. **Arquitetura sustentável: casas de pau-à-pique**. 22 fev. 2018. Disponível em: <<https://arqrodrigoguedes.blogspot.com/2016/02/arquitetura-sustentavel-casas-de-pau.html>>. Acesso em: 27 jul. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Fundação José Augusto. **A Fundação José Augusto**. Natal: Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 2025. Disponível em: <<https://www.cultura.rn.gov.br/postagem/a-fundacao-jose-augusto/>>. Acesso em: 24 out. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Doutor Severiano (Rio Grande do Norte) — Histórico**. IBGE, 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/doutor-severiano/historico>>. Acesso em: 16 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Doutor Severiano: Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20160303220931/http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedonorte/doutorseveriano.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Mapa municipal de Doutor Severiano (RN)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_municipais/colecao_de_mapas_municipais/2020/RN/doutor_severiano/2403202_MM.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Doutor Severiano (Rio Grande do Norte) — Histórico**. IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/doutor-severiano/historico>. Acesso em: 16 nov. 2025.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE. IDEMA. **Perfil socioeconômico do município de Doutor Severiano**. Natal: IDEMA, 1999. Disponível em: <<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000014262.PDF>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN. **Carta de Fortaleza**. Fortaleza, 14 de novembro de 1997. n: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Acessado em 08 de ago. de 2021. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>>. Acesso em 22 jul. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN. **Paisagem cultural**. Brasília: IPHAN, 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN. **Patrimônio imaterial**. Brasília: IPHAN, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial>>. Acesso em: 23 jul. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN. **Caderno de Memórias: Mestres Artífices – Minas Gerais [PDF]**. Brasília, DF: IPHAN, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColCadMem_MestresArtificeis_MinasGerais_m.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN. **Caderno de Memórias: Mestres Artífices – Pernambuco [PDF]**. Brasília, DF: IPHAN, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColCadMem_MestresArtificeis_Pernambuco_m.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN. **Inventário Nacional de Bens – Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU): Manual de Preenchimentos**. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 82, 2007. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Invent%C3%A1rio%20Nacional%20de>>

%20Bens%20S%C3%ADtios%20Urbanos%20Tombados%20INBI%20SU%20-%20Manual%20de%20Preencchimentos.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2025.

JÁCOME, Juarez. **Construindo casa de taipa parte 6** [imagem – captura de tela]. 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/4RT0niiyukk>>. Acesso em: 11 out. 2025.

JUNIO PEDREIRO. **Como fazer adobe passo a passo** [reel – imagem – captura de tela]. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DML6vf4pMb9/?igsh=MXRsZWNvazRuZDh5Mg==>. Acesso em: 11 out. 2025.

KAEFER, Luís Fernando. **A evolução do concreto armado**. São Paulo, v. 43, 1998.

LINDOMAR. **Veja como eram feitos os tijolos de barro e como montavam as caieiras para queimar** [imagem – captura de tela]. 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/cYU9K8jnVwU>>. Acesso em: 11 out. 2025.

LINDOMAR. **Como fazer tijolo de barro baixo custo** [imagem – captura de tela]. 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/0mn-WnnkGSw>>. Acesso em: 12 out. 2025.

LINDOMAR. **Qual o melhor tijolo para construir: tijolo de barro ou de cimento** [imagem – captura de tela]. 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/zYfg1iq4ACU>>. Acesso em: 12 out. 2025.

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito (Trad.). Património cultural, critérios e normas internacionais de proteção. Casal de Cambra: Editora Caleidoscópio, 2014, p. 341-344.

LUZ, Edimar. **As caieiras**. Canhoba, 03 out. 2013. Disponível em: <<https://canhoba.blogspot.com/2013/10/as-caieiras.html>>. Acesso em: 8 jul. 2025.

MATERIAIS DIDÁTICOS (USP). **Canga. São Paulo: Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo**, [s.d.]. Disponível em: <<https://didatico.igc.usp.br/rochas/sedimentares/canga/>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. “Malineza”: um conceito da Cultura Amazônica. In: BIRMAN, Patrícia et al. (Org.). **O mal à brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. **Inventário**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (termo-chave Inventário). ISBN 978-85- 7334-299-4.

MESQUITA, Liana; MOTA, Neide. **Cidades do Nordeste: do pote à rua: métodos construtivos tradicionais**. Recife: CEPE Editora, 2017.

MILLA, Alexandre. **A Feira Livre de São Miguel continua viva: conheça um pouco desta cultura**. Omicaelense. São Miguel, RN, 2023. Disponível em: <<https://omicaelense.com.br/cultura/a-feira-livre-de-sao-miguel-continua-viva-conheca-um-pouco-desta-cultura/>>. Acesso em: 16 jul. 2025.

MICAPEL SLATE. **Propriedades da Pedra-Sabão e por que se tornou um produto de Micapel Slate**. Minas Gerais, 2019. Disponível em:
<<https://www.micapel.com.br/?p=1410>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

NEVES, Célia; FARIA, Obede Borges (Org.). **Técnicas de construção com terra**. Bauru, SP: FEB-UNESP/PROTERRA, 2011. 79p. Disponível em:<
<https://redeterrabrasil.net.br/wp-content/uploads/2020/08/T%C3%A9nicas-de-constru%C3%A7%C3%A3o-com-terra.pdf>>. Acesso em: 17 jun 2025.

PISANI, Maria Augusta Justi. **Taipas: a arquitetura de terra**. Sinergia-Revista do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo, São Paulo, v. 5, n. 1, 2004.

PROJETO VIRA MUNDO. Pau-a-pique e técnicas similares. Florianópolis, 30 maio 2017. Disponível em: <<https://www.projetoviramundo.com/single-post/2017/05/30/pau-a-pique-e-t-c3-a9cnicas-similares>>. Acesso em: 27 jul. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO. **O Município**. Doutor Severiano, RN. Disponível em:
<<https://www.doutorseveriano.rn.gov.br/omunicipio.php>>. Acesso em: 16 jul. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO (RN). **Arraiá da madrinha Adélia**. Fotografia. Doutor Severiano, RN, 24 jun. 2023. Disponível em:
<<https://www.doutorseveriano.rn.gov.br/informa/48/12-arrai-da-madrinha-ad-lia>>. Acesso em: 25 out. 2025.

QUEIROZ, Francisco Caio Bezerra de. **A memória da terra: resgate e valorização das técnicas construtivas tradicionais da comunidade rural Sítio Canastra dos Siprianos, em Pereiro/CE**. 2021. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Pau dos Ferros, 2021.

QUEIROZ, Paulo. **Açude do Sítio Fazenda**. Fotografia. Facebook, página Lagoa de Dentro, 2023. Disponível em:
<https://www.facebook.com/photo/?fbid=126169309511244&set=pb.100063958066864.-2207520000&locale=pt_BR>. Acesso em: 27 out. 2025.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007. (Série Pesquisa e Documentação do IPHAN).

RIBEIRO, Nelson Pôrto. **Alvenarias e Argamassas: restauração e conservação**. Lisboa: In Folio, 2009. 84 p. (Coleção Artes & Ofícios). Disponível em:
<https://www.academia.edu/89991629/Alvenarias_e_Argamassas_restaura%C3%A7%C3%A3o_e_conserva%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 18 jun. 2025.

ROTONDARO, Rodolfo. **Adobe**. In: NEVES, Célia; FARIA, Obede Borges (Org.). **Técnicas de construção com terra**. Bauru, SP: FEB-UNESP/PROTERRA, 2011. 79p.

SANT'ANNA, Márcia Genésia; REZENDE, Marco Antônio Penido de (orgs.). **Olhares contemporâneos sobre arquitetura vernácula/popular**. Salvador; Belo Horizonte: EDUFBA; UFMG, 2022. 446 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SILVA, Raiza Ruiz da; SOUSA, Renata Esser. **As consequências da Revolução Industrial na Arquitetura**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário Assis Gurgacz, Cascavel, 2016. Disponível em: <https://www2.fag.edu.br/professores/arquiteturaeurbanismo/TC%20CAUFAG/TC2016.2/RAIZA%20RUIZ%20DA%20SILVA/Artigo%20-%20Raiza%20Ruiz%20da%20Silva%20-%20FINAL.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2025.

TEXEIRA, Rubenilson Brazão. **Tão longe, tão perto: a casa vernacular e as dinâmicas da tradição** / Rubenilson Brazão Teixeira, com a participação de Edja Trigueiro. – Recife: Ed. UFPE, 2024. ISBN 978-65-5962-239-9.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Arquitetura vernacular. Em busca de uma definição**. Arquitectos, São Paulo, ano 17, n. 201.01, Vitruvius, fev. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris, França. 2003. Documento originalmente publicado pela UNESCO sobre o título Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Paris, 17 October 2003. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao%20Salvaguada%20Patrim%20Cult%20Imaterial%202003.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. UNESCO. **Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular**. Tradução de Flávio Lopes e Miguel Brito Correia. Paris: UNESCO, 15 nov. 1989. In: ICOMOS Portugal. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/30%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20cultura%20popular%20-%20UNESCO%201989.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos**. Belo Horizonte, UFMG, 186 p. 1979.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. 2a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MESTRES ARTÍFICES DO SÍTIO LAGOA DE DENTRO

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA Departamento de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas Curso de Arquitetura e Urbanismo Trabalho de Conclusão de Curso – Antonia Catarina Ferreira Bobô
---	--

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

MESTRES ARTÍFICES

- Nome:
- Idade:
- Naturalidade:
- Tempo de moradia na comunidade:
- Data da entrevista:

I. Memórias Iniciais de Construção

1. Quais técnicas construtivas você domina?
2. Você se lembra qual foi a primeira edificação da comunidade em que participou da construção? Em que década isso aconteceu?
3. Qual foi a primeira casa ou construção construída na comunidade de acordo com sua lembrança? Como ela era?

II. Participação Comunitária e divisão do trabalho

4. Quando uma edificação era construída, como se dava a participação da comunidade? Havia mutirão ou algum tipo de colaboração coletiva?
5. Alguém organizava as etapas e as tarefas da construção? Como era feita essa coordenação?
6. Existia alguma divisão do trabalho no momento da construção? As crianças e as mulheres participavam? Como? O que faziam os membros mais experientes e os iniciantes?

III. Materiais e Relação com o Ambiente

7. Como e onde os materiais de construção eram obtidos?
 - A madeira era da própria comunidade ou vinha de fora?
 - E o barro, a pedra, a areia, ou outros materiais utilizados nas alvenarias, pisos, esquadrias e telhados?

IV. Preparação do Terreno e Materiais

8. Como era feita a preparação do terreno para iniciar a construção?
9. Como eram produzidos e preparados os materiais de construção? Descreva os processos abaixo, se possível:

- Produção dos tijolos/adobe (barro, moldagem, secagem, queima)
- Produção de telhas
- Uso da taipa (pilada, de mão, de sopapo)
- Preparação e uso da madeira
- Preparação do piso/Fundação

V. Queima das Caeiras

10. Como eram montadas as caeiras para queimar os tijolos? Em média quantos tijolos eram queimados por vez?
11. Em qual horário do dia geralmente se fazia a queima? (manhã, tarde, noite). A queima das caeiras era acompanhada de celebrações, bebidas, conversas, comidas ou músicas?

VI. Técnicas Construtivas e ferramentas

12. Como era feita a base da edificação? Que materiais eram usados? Principais ferramentas utilizadas?
13. Como se levantavam as paredes? Como era feita a esquadria? Havia diferença de técnica entre os tipos de construções? Quais ferramentas?
14. Como era feita a cobertura, de que materiais?
15. Como era feito para definir a altura do telhado para o caimento da água? Como era feito o madeiramento do telhado? Que tipos de madeira se usavam? Quais ferramentas?
16. E os pisos, como eram feitos? De que materiais? Quais ferramentas?

VIII. Organização Espacial e Tipologias

17. Como eram geralmente divididos os cômodos da casa? Os locais dos cômodos já eram estabelecidos? As plantas já estavam definidas (o desenho das plantas)? Quais ambientes eram comuns?
18. As medidas dos ambientes já estavam definidas? qual o critério?
19. Havia diferença entre casas de famílias maiores e menores?
20. As aberturas como sabiam o local?
21. Existe algum padrão de posicionamento da casa no terreno (frente para o sol, perto de nascentes, etc.)?

IX. Percepções e Permanência

22. Você acredita que a forma de construir hoje, na comunidade é diferente da de antigamente? O que mudou?
23. Ainda é possível construir hoje como se fazia antigamente, com as mesmas técnicas e materiais?
24. Você acha que essas casas mais antigas da comunidade vão desaparecer com o tempo? Por quê?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADORES MAIS ANTIGOS DO SÍTIO LAGOA DE DENTRO

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA Departamento de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas Curso de Arquitetura e Urbanismo Trabalho de Conclusão de Curso – Antonia Catarina Ferreira Bobô
---	---

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

MORADORES ANTIGOS

- Nome:
 - Idade:
 - Naturalidade:
 - Tempo de moradia na comunidade:
 - Data da entrevista:
1. Você sabe como surgiu o nome “Lagoa de Dentro”?
 2. Quem foram os primeiros moradores da comunidade que você conhece ou ouviu falar? (Pode citar nomes, apelidos ou famílias. Eram muitas pessoas?)
 3. Você sabe de onde vieram os primeiros moradores da comunidade? Vieram juntos ou em épocas diferentes?)
 4. O que motivou a vinda dos primeiros moradores pra cá?
 5. Quais tradições ou festas religiosas existiam no começo da comunidade? (Ex: novenas, missas, padroeiro, São João, romarias, procissões? Ainda existem hoje?)
 6. Existia alguma liderança ou pessoa de referência no início da comunidade? (Alguém que organizava mutirões, tomava decisões, resolvia conflitos, orientava a comunidade? Pode ser um fazendeiro, rezadeira, parteira, professor, etc.)
 7. Como eram as primeiras casas? (material, número de cômodos, cobertura, piso)
 8. Como você tem visto a mudança na tipologia e materiais das novas casas ou reformas?
 9. Como as famílias construíam suas casas? (mutirão, com ajuda dos vizinhos, sozinhos)
 10. Quais eram as principais atividades das famílias no começo da comunidade? (agricultura, criação, pesca e etc.)
 11. Como era o transporte e acesso a outras cidades ou povoados?
 12. Existia alguma escola, capela, mercado ou lugar de encontro nos primeiros anos?
 13. Quais tradições antigas existiam e hoje não existem mais na comunidade?
 14. O que você gostaria que as próximas gerações soubessem sobre a história de Lagoa de Dentro?

APÊNDICE C – MAPA 4 – DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E EDIFICAÇÕES INVENTARIADAS.

Título:



Delimitação da área de estudo e distribuição das edificações inventariadas

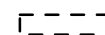
Legenda:



Corpos d'água



Vegetação



Poligonal da Lagoa de Dentro



Linha limítrofe, fronteira com São Miguel

1 Casa 1

2 Casa 2

3 Casa 3

4 Casa 4

5 Casa 5

6 Casa 6

7 Casa 7

8 Casa 8

9 Casa 9

10 Casa 10

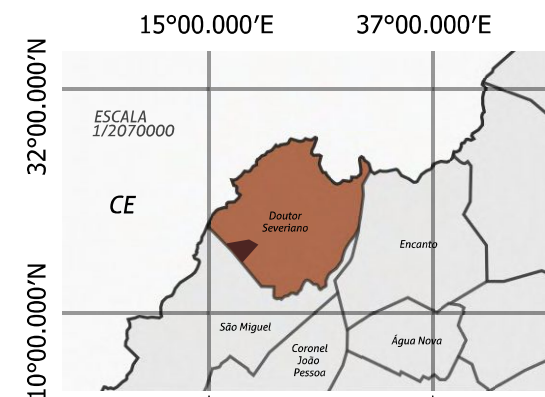
Informações:

Malhas: IBGE (2022);

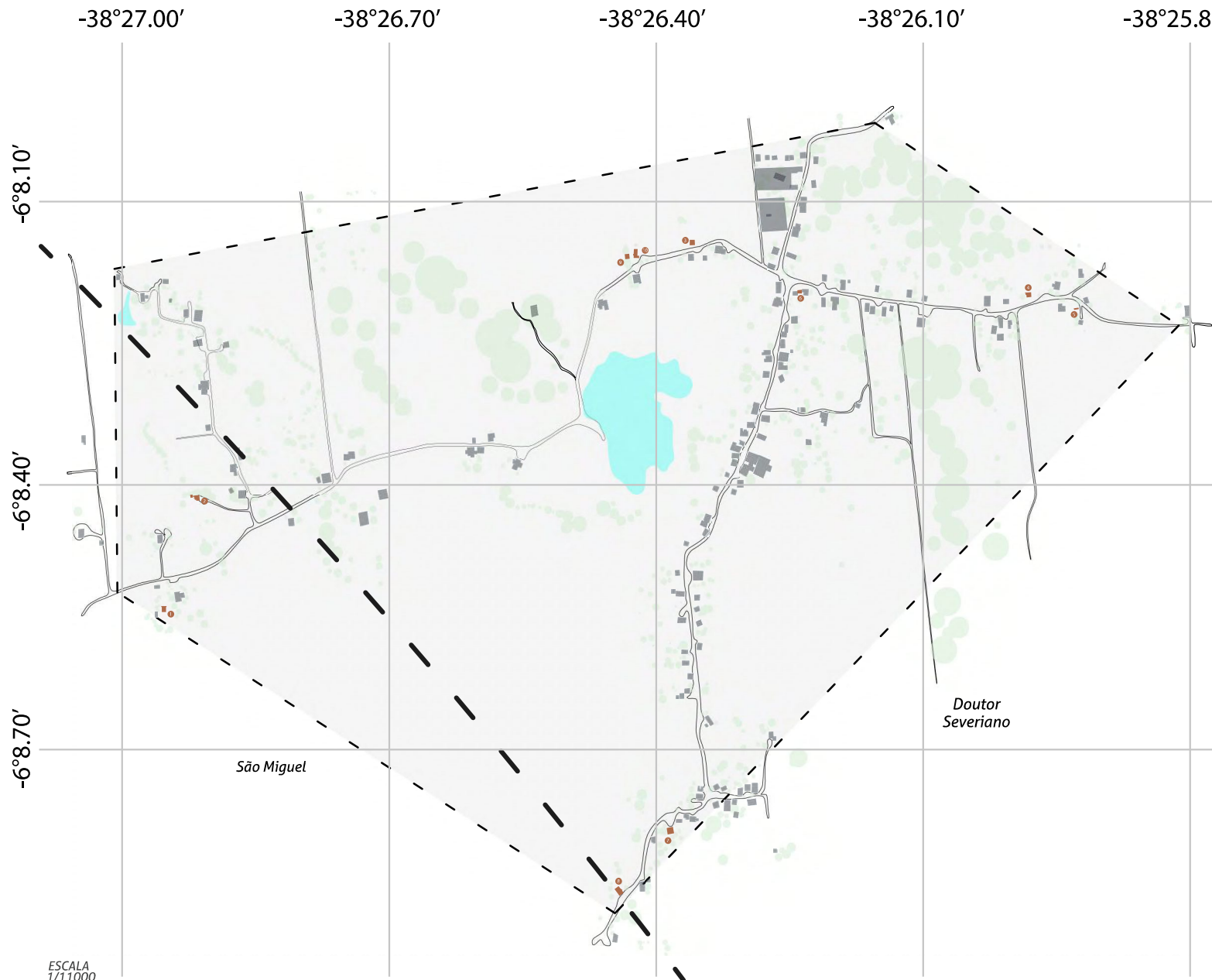
Imagens Aéreas: Google Earth Pro (2021);

Sistema de Referência: WGS 84;

Sistema de Projeção: UTM zone 24s.



Localização cidade de Doutor Severiano



ESCALA
1/11000

APÊNDICE D – MAPA 5 – LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO RURAL DA COMUNIDADE - CASAS DE FARINHA, MATADOURO E BODEGAS.

Título:



Localização dos espaços de produção e comercialização rural da comunidade - Casas de farinha, matadouro e bodegas

Legenda:

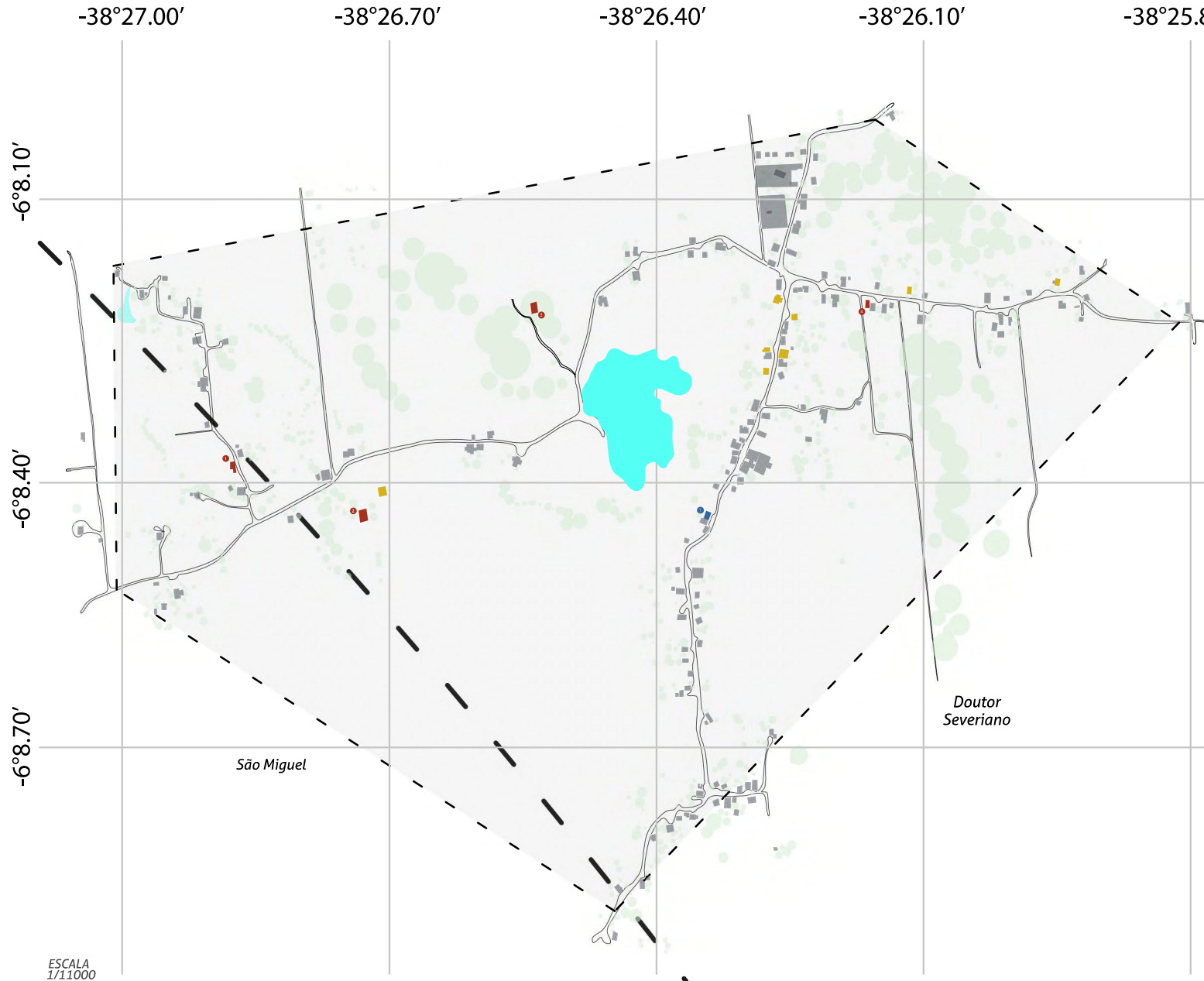
-  Corpos d'água
-  Vegetação
-  Poligonal da Lagoa de Dentro
-  Linha limítrofe, fronteira com São Miguel

-  1 Casa de Farinha Cosme Lopes
-  2 Casa de Farinha Tibúrcio
-  3 Casa de Farinha Raimundo Marques
-  4 Casa de Farinha Tonheira

-  1 Matadouro Comercial
-  Bodegas
-  Demais residências

Informações:

Malhas: IBGE (2022);
Imagens Aéreas: Google Earth Pro (2021);
Sistema de Referência: WGS 84;
Sistema de Projeção: UTM zone 24s.



APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esclarecimentos

Este é um convite para participar da pesquisa *Entre casas e histórias: Inventário das técnicas construtivas e tipologias residenciais do Sítio Lagoa de Dentro – Doutor Severiano/RN*, desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso, sob responsabilidade de Antonia Catarina Ferreira Bobô e orientação do Prof. Dr. Gabriel Leopoldino Paulo de Medeiros. O estudo tem como objetivo registrar e preservar o conhecimento sobre as técnicas construtivas tradicionais praticadas na Comunidade Rural Sítio Lagoa de Dentro, no município de Doutor Severiano/RN.

A participação consiste em uma entrevista individual, realizada pelo pesquisador responsável, utilizando um único formulário com perguntas abertas. As respostas serão anotadas no formulário, e a entrevista será gravada para fins de consulta posterior. O tempo de duração é variável, podendo estender-se conforme o andamento das perguntas. Eventuais desconfortos poderão ser minimizados pela não resposta a determinadas questões ou pela omissão de nomes e situações.

A pesquisa oferece como benefício a contribuição para a manutenção e salvaguarda da memória coletiva da comunidade. Em caso de quaisquer complicações ou danos relacionados ao estudo, o pesquisador assegurará assistência integral e gratuita. Dúvidas poderão ser esclarecidas com Antonia Catarina Ferreira Bobô pelo e-mail catarinabobo@gmail.com ou pelo telefone (84) 98141-5557. A participação é voluntária, e o(a) participante poderá recusar-se ou retirar seu consentimento em qualquer etapa da pesquisa, sem prejuízo. Os dados fornecidos serão utilizados no TCC e em possíveis publicações futuras, com garantia de preservação da identidade dos entrevistados. As gravações e formulários serão armazenados pelo pesquisador por cinco anos. Todos os custos e eventuais danos decorrentes da pesquisa são de responsabilidade do pesquisador.

(assinatura do Participante/Responsável legal)

(assinatura do Pesquisador)

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável Francisco Caio Bezerra de Queiroz.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, eu _____, RG: _____,

concordo em participar da pesquisa (Entre casas e histórias: Inventário das técnicas construtivas e tipologias residenciais do Sítio Lagoa de Dentro - Doutor Severiano/RN), e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas.

Impressão
datiloscópica
do participante

Assinatura do participante da pesquisa

O pesquisador responsável pelo estudo *Entre casas e histórias: Inventário das técnicas construtivas e tipologias residenciais do Sítio Lagoa de Dentro – Doutor Severiano/RN* declara assumir total responsabilidade pelo cumprimento dos procedimentos metodológicos e dos direitos garantidos aos participantes, comprometendo-se também com o sigilo e a confidencialidade de suas identidades. Afirma estar ciente de que o descumprimento desse compromisso infringe as normas da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

Pau dos Ferros, 18 de agosto de 2025

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

APÊNDICE F – MODELO DE FICHA DE INVENTÁRIO

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA Departamento de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas Curso de Arquitetura e Urbanismo Trabalho de Conclusão de Curso – Antonia Catarina Ferreira Bobô
--	---

INVENTÁRIO DAS RESIDÊNCIAS DO SÍTIO LAGOA DE DENTRO- DOUTOR SEVERIANO/RN

Ficha:	Casa:	Residência Isolada: Sim		Não		Residência Térrea	Data: 30 /10 /2025
--------	-------	-------------------------	--	-----	--	-------------------	--------------------

LEVANTAMENTO ESPACIAL DA RESIDENCIA									
Localização da Residência					Croqui/levantamento arquitetônico				
CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA									
Tipo A - Casa Simples (Um ou dois Vãos)			Tipo B - Casa Linear com três Vãos			Tipo C- Casa com Sótão			
Cumeeira paralela à via			Cumeeira perpendicular à via						
COORDENADAS GEOGRAFICAS									
Latitude:		Longitude:				Altitude:			
DADOS GERAIS									
Proprietário:					Década de construção:				
Provável primeiro morador:					Uso atual:				
Estado de conservação global:			Bom		Ruim		Precário		
Área: m²		Alt. da cumeeira: m		Pé direito: m		Esp. média das paredes: cm			
Técnica construtiva empregada nas alvenarias:									
Tijolo maciço cozido			Adobe			Taipa de mão		Tijolo de oito furos	
Revestimentos utilizados nas alvenarias:									
Barro convencional		Barro-branco		Argamassa, cal e areia		Ladrilho/cerâmica		Sem revestimento	
Estado de conservação das alvenarias:			Bom		Ruim		Precário		Não existe
Tipos de esquadrias:									
Ficha		Veneziana		Vidro		Metálica		Inexistente	
Estado de conservação das esquadrias:			Bom		Regular		Ruim		Precário
Técnica construtiva empregada no piso:									
Piso cimentício vermelho			Piso cimentício verde			Chão batido		Ladrilho/cerâmica	
Estado de conservação do piso:			Bom		Regular		Ruim		Precário
Técnica construtiva empregada na cobertura:									
Telha cerâmica artesanal			Telha cerâmica manufaturada			Madeira natural		Madeira industrializada	
Estado de conservação da cobertura:			Bom		Regular		Ruim		Inexistente
Com forro									
Com forro			Sem forro		Se sim, qual:				
Estado de conservação do forro:			Bom		Regular		Ruim		Inexistente
Houve mudança no uso ou na tipologia da planta original ao longo do tempo? Se sim, quais? Observações ou relatos relevantes.									

IMAGENS

TODAS AS IMAGENS SÃO DO ACERVO DA AUTORA (2025)

FACHADA FRONTAL	FACHADA POSTERIOR	FACHADA DIREITA	FACHADA ESQUERDA

COBERTURA E PISO

ALVENARIA E ESQUADRIAS

AMBIENTES

OUTRAS IMAGENS

APÊNDICE G – FICHAS DE INVENTÁRIO PREENCHIDAS



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA

Departamento de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas

Curso de Arquitetura e Urbanismo

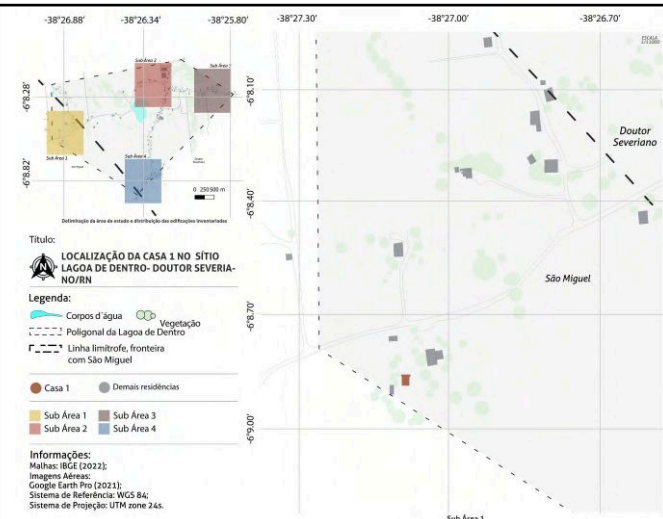
Trabalho de Conclusão de Curso – Antonia Catarina Ferreira Bobô

INVENTÁRIO DAS RESIDÊNCIAS DO SÍTIO LAGOA DE DENTRO- DOUTOR SEVERIANO/RN

Ficha: 01 Casa: 1 Residência Isolada: Sim ☒ Não ☐ Residência Térrea ☐ Data: 30/10/2025

LEVANTAMENTO ESPACIAL DA RESIDÊNCIA

Localização da Residência



Croqui/levantamento arquitetônico



CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA

Tipo A - Casa Simples (Um ou dois Vãos) ☐ Tipo B - Casa Linear com três Vãos ☒ Tipo C - Casa com Sótão ☐
Cumeeira paralela à via ☐ Cumeeira perpendicular à via ☒

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

Latitude: 6°08'32"S Longitude: 38°26'57"W Altitude: 674,24 m

DADOS GERAIS

Proprietário: José Jefferson Ferreira Bobô Década de construção: 1950
Provável primeiro morador: José Bobô Lopes Uso atual: Residencial
Estado de conservação global: ☒ Bom ☐ Ruim ☐ Precário
Área: 150,65 m² Alt. da cumeeira: 4,15 m Pé direito: 2,90 m Esp. média das paredes: 30 cm

Técnica construtiva empregada nas alvenarias:

☒ Tijolo maciço cozido ☒ Adobe ☐ Taipa de mão ☒ Tijolo de oito furos

Revestimentos utilizados nas alvenarias:

☐ Barro convencional ☒ Barro-branco ☒ Argamassa, cal e areia ☐ Ladrilho/cerâmica ☐ Sem revestimento

Estado de conservação das alvenarias: ☒ Bom ☐ Ruim ☐ Precário ☐ Não existe

Tipos de esquadrias:

☒ Ficha ☒ Veneziana ☐ Vidro ☐ Metálica ☐ Inexistente

Estado de conservação das esquadrias: ☒ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Precário

Técnica construtiva empregada no piso:

☐ Piso cimentício vermelho ☒ Piso cimentício verde ☐ Chão batido ☒ Ladrilho/cerâmica

Estado de conservação do piso: ☒ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Precário

Técnica construtiva empregada na cobertura:

☐ Telha cerâmica artesanal ☒ Telha cerâmica manufat. ☒ Madeira natural ☒ Madeira industrializada

Estado de conservação da cobertura: ☐ Bom ☒ Regular ☐ Ruim ☐ Inexistente

☒ Com forro ☐ Sem forro Se sim, qual: Gesso liso, apenas em um quarto.

Estado de conservação do forro: ☒ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Inexistente

Houve mudança no uso ou na tipologia da planta original ao longo do tempo? Se sim, quais? Observações ou relatos relevantes. A residência passou por duas reduções de cumeeira e por intervenções pontuais, como a construção de um balcão na cozinha, a inclusão de um banheiro na salinha e a adição recente de um alpendre frontal. Apenas o quarto 03 recebeu modificações internas, com forro de gesso e piso cerâmico.

IMAGENS

TODAS AS IMAGENS SÃO DO ACERVO DA AUTORA (2025)

FACHADA FRONTAL



FACHADA POSTERIOR



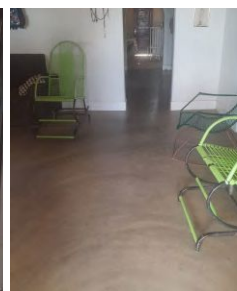
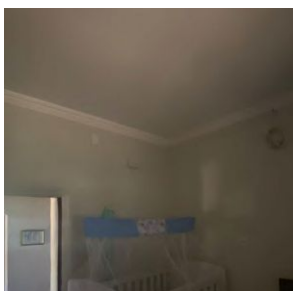
FACHADA DIREITA



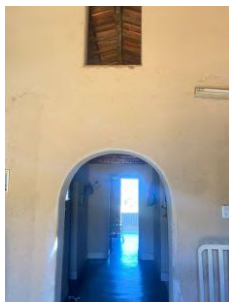
FACHADA ESQUERDA



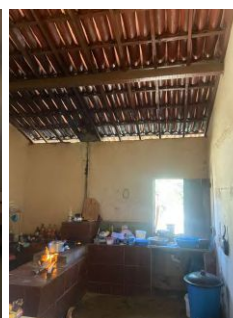
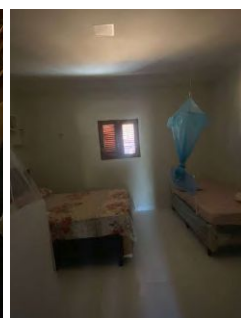
COBERTURA E PISO



ALVENARIA E ESQUADRIAS



AMBIENTES



Sala de estar

Quarto 01

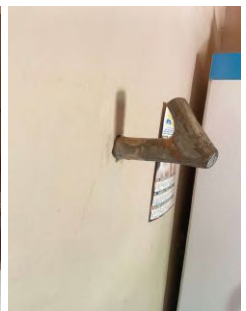
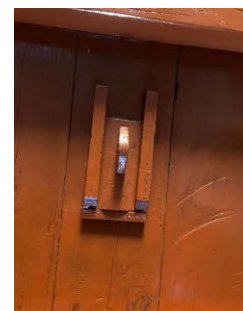
Quarto 02

Quarto 03

Cozinha

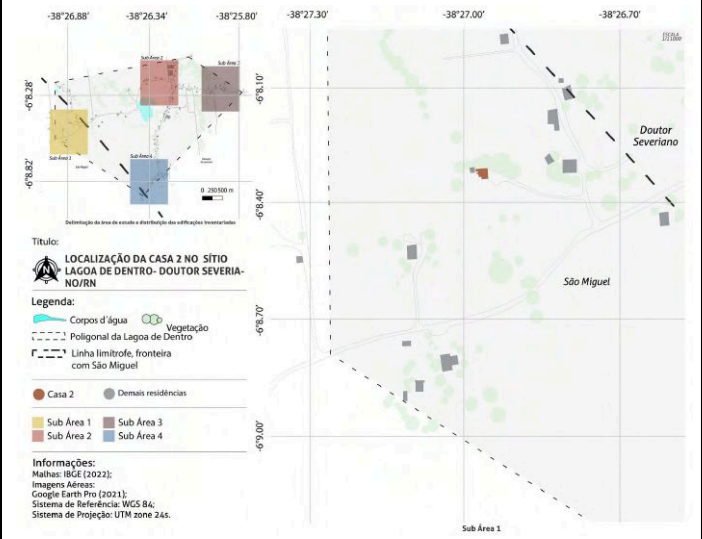
Salinha com banheiro

OUTRAS IMAGENS



INVENTÁRIO DAS RESIDÊNCIAS DO SÍTIO LAGOA DE DENTRO- DOUTOR SEVERIANO/RN

Ficha: 02	Casa: 2	Residência Isolada: Sim	☒ Não	Residência Térrea	Data: 30 /10 /2025
-----------	---------	-------------------------	---	-------------------	--------------------

LEVANTAMENTO ESPACIAL DA RESIDENCIA					
Localização da Residência			Croqui/levantamento arquitetônico		
					
CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA					
Tipo A - Casa Simples (Um ou dois Vãos)			Tipo B - Casa Linear com três Vãos		
Cumeeira paralela à via			☒ Cumeeira perpendicular à via		
Tipo C - Casa com Sótão			☒		
COORDENADAS GEOGRAFICAS					
Latitude: 6°08'25"S		Longitude: 38°26'52"W		Altitude: 663,04 m	
DADOS GERAIS					
Proprietário: Maria de Lourdes Lopes da Silva			Década de construção: 1950		
Provável primeiro morador: Raimundo Nonato Lopes			Uso atual: Residencial		
Estado de conservação global:		☒ Bom	☐ Ruim	☐ Precário	
Area: 107,27 m²	Alt. da cumeeira: 4,00 m	Pé direito: 2,64 m	Esp. média das paredes: 30 cm		
Técnica construtiva empregada nas alvenarias:					
☒ Tijolo maciço cozido		☒ Adobe		☐ Taipa de mão	☐ Tijolo de oito furos
Revestimentos utilizados nas alvenarias:					
☐ Barro convencional	☒ Barro-branco	☒ Argamassa, cal e areia		☐ Ladrilho/cerâmica	☐ Sem revestimento
Estado de conservação das alvenarias:		☒ Bom	☐ Ruim	☐ Precário	☐ Não existe
Tipos de esquadrias:					
☒ Ficha	☒ Veneziana	☐ Vidro		☐ Metálica	☐ Inexistente
Estado de conservação das esquadrias:		☒ Bom	☐ Regular	☐ Ruim	☐ Precário
Técnica construtiva empregada no piso:					
☐ Piso cimentício vermelho		☒ Piso cimentício verde		☐ Chão batido	☐ Ladrilho/cerâmica
Estado de conservação do piso:		☒ Bom	☐ Regular	☐ Ruim	☐ Precário
Técnica construtiva empregada na cobertura:					
☐ Telha cerâmica artesanal		☒ Telha cerâmica manufat.	☒ Madeira natural	☒ Madeira industrializada	
Estado de conservação da cobertura:		☒ Bom	☐ Regular	☐ Ruim	☐ Inexistente
☐ Com forro		☒ Sem forro		Se sim, qual:	
Estado de conservação do forro:		☐ Bom	☐ Regular	☐ Ruim	☒ Inexistente
Houve mudança no uso ou na tipologia da planta original ao longo do tempo? Se sim, quais? Observações ou relatos relevantes. Há cerca de 15 anos, foi reduzido a inclinação do telhado e elevado o pé-direito, a fim de melhorar o escoamento da água e estabilizar as telhas, que anteriormente se desprendiam da estrutura. O banheiro foi incorporado à área da cozinha, integrando-se ao corpo principal da edificação.					

IMAGENS

TODAS AS IMAGENS SÃO DO ACERVO DA AUTORA (2025)

FACHADA FRONTAL



FACHADA POSTERIOR



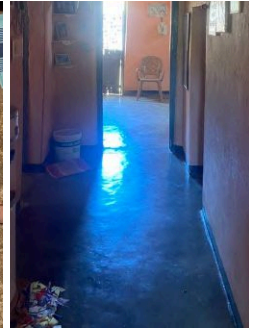
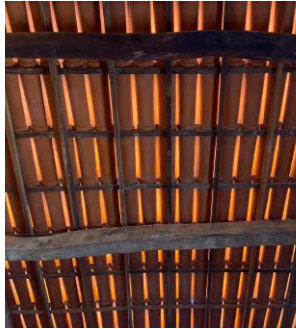
FACHADA DIREITA



FACHADA ESQUERDA



COBERTURA E PISO



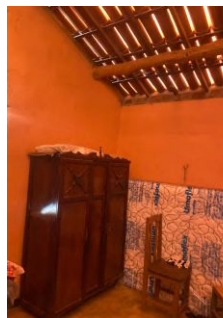
ALVENARIA E ESQUADRIAS



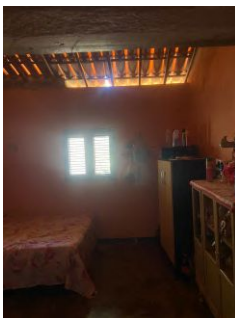
AMBIENTES



Vista da Sala de Estar



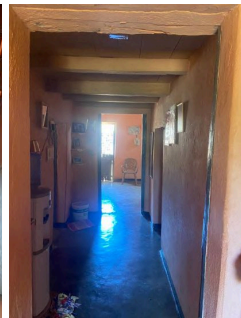
Quarto 01



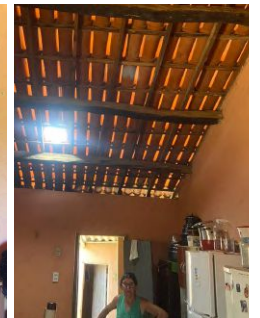
Quarto 02



Vista para o quarto 04

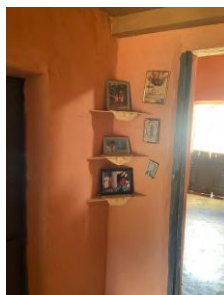


Corredor



Cozinha

OUTRAS IMAGENS



INVENTÁRIO DAS RESIDÊNCIAS DO SÍTIO LAGOA DE DENTRO- DOUTOR SEVERIANO/RN

Ficha: 03	Casa: 3	Residência Isolada: Sim	☒ Não	Residência Térrea	Data: 30 /10 /2025
-----------	---------	-------------------------	---	-------------------	--------------------

LEVANTAMENTO ESPACIAL DA RESIDÊNCIA

Localização da Residência

Título: LOCALIZAÇÃO DA CASA 3 NO SÍTIO LAGOA DE DENTRO- DOUTOR SEVERIANO/RN

Legenda:

- Corpos d'água
- Vegetação
- Poligonal da Lagoa de Dentro
- Linha limite, fronteira com São Miguel
- Casa 3
- Demais residências
- Sub Área 1
- Sub Área 2
- Sub Área 3
- Sub Área 4

Informações:

- Mapas: IBGE (2022);
- Imagens Aéreas: Google Earth Pro (2021);
- Sistema de Referência: WGS 84;
- Sistema de Projeção: UTM zone 24s.

Croqui/levantamento arquitetônico

SALA DE ESTAR

QUARTO 1

SALINHA

PAIO

COZINHA

SÓTÃO

CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA

☐ Tipo A - Casa Simples (Um ou dois Vãos)	☐ Tipo B - Casa Linear com três Vãos	☒ Tipo C - Casa com Sótão
☐ Cumeeira paralela à via	☒ Cumeeira perpendicular à via	

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

Latitude: 6°08'10"S	Longitude: 38°26'22"W	Altitude: 687,34 m
---------------------	-----------------------	--------------------

DADOS GERAIS

Proprietário: Maria Rodrigues da Silva	Década de construção: 1950
Provável primeiro morador: Francisco Rodrigues da Silva	Uso atual: Residencial
Estado de conservação global:	☐ Bom ☒ Ruim ☐ Precário
Area: 76,29 m²	Alt. da cumeeira: 4,60 m
Pé direito: 2,40m	Esp. média das paredes: 30 cm

Técnica construtiva empregada nas alvenarias:

☒ Tijolo maciço cozido	☒ Adobe	☐ Taipa de mão	☐ Tijolo de oito furos
--	---	---------------------------------------	---

Revestimentos utilizados nas alvenarias:

☐ Barro convencional	☒ Barro-branco	☒ Argamassa, cal e areia	☐ Ladrilho/cerâmica	☐ Sem revestimento
Estado de conservação das alvenarias:	☐ Bom	☒ Ruim	☐ Precário	☐ Não existe

Tipos de esquadrias:

☒ Ficha	☐ Veneziana	☐ Vidro	☐ Metálica	☐ Inexistente
Estado de conservação das esquadrias:	☐ Bom	☐ Regular	☐ Ruim	☒ Precário

Técnica construtiva empregada no piso:

☒ Piso cimentício vermelho	☒ Piso cimentício verde	☐ Chão batido	☐ Ladrilho/cerâmica
Estado de conservação do piso:	☐ Bom	☒ Regular	☐ Ruim
☐ Precário			

Técnica construtiva empregada na cobertura:

☒ Telha cerâmica artesanal	☒ Telha cerâmica manufat.	☒ Madeira natural	☒ Madeira industrializada
Estado de conservação da cobertura:	☐ Bom	☐ Regular	☒ Ruim
☐ Inexistente			

☐ Com forro	☒ Sem forro	Se sim, qual:
------------------------------------	---	---------------

Estado de conservação do forro:	☐ Bom	☐ Regular	☐ Ruim	☒ Inexistente
---------------------------------	------------------------------	----------------------------------	-------------------------------	---

Houve mudança no uso ou na tipologia da planta original ao longo do tempo? Se sim, quais? Observações ou relatos relevantes. **A residência, embora originalmente do tipo C (com sótão), não conserva mais esse elemento, pois a estrutura foi removida. Mantém, porém, outras características tipológicas. Apresenta dois vãos — um a menos que o usual. O banheiro permanece externo. Destaca-se ainda pelo telhamento artesanal e pela presença de um paiol utilizado para armazenar grãos.**

IMAGENS

TODAS AS IMAGENS SÃO DO ACERVO DA AUTORA (2025)

FACHADA FRONTAL



FACHADA POSTERIOR



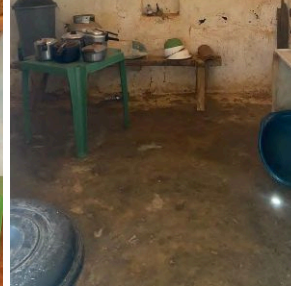
FACHADA DIREITA



FACHADA ESQUERDA



COBERTURA E PISO



ALVENARIA E ESQUADRIAS



AMBIENTES



Sala de estar

Quarto

Salinha

Vista da salinha pra cozinha

Cozinha

OUTRAS IMAGENS



INVENTÁRIO DAS RESIDÊNCIAS DO SÍTIO LAGOA DE DENTRO- DOUTOR SEVERIANO/RN

Ficha: 04	Casa: 4	Residência Isolada: Sim	☒ Não	Residência Térrea	Data: 06 /11 /2025
-----------	---------	-------------------------	---	-------------------	--------------------

LEVANTAMENTO ESPACIAL DA RESIDENCIA

Localização da Residência

Croqui/levantamento arquitetônico

CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA

☐ Tipo A - Casa Simples (Um ou dois Vãos)	☒ Tipo B - Casa Linear com três Vãos	☐ Tipo C-Casa com Sótão
☐ Cumeeira paralela à via	☒ Cumeeira perpendicular à via	

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

Latitude: 38°26'00"W	Longitude: 6°08'13"S	Altitude: 650,84 m
----------------------	----------------------	--------------------

DADOS GERAIS

Proprietário: Antonio Ferreira de Souza	Década de construção: 1980
Provável primeiro morador: Antonio Ferreira de Souza	Uso atual: Depósito/Armazém
Estado de conservação global:	☒ Bom ☐ Ruim ☐ Precário
Area: 110, 22 m²	Alt. da cumeeira: 2,90 m
Pé direito: 2,00 m	Esp. média das paredes: 25 cm

Técnica construtiva empregada nas alvenarias:

☒ Tijolo maciço cozido	☒ Adobe	☐ Taipa de mão	☒ Tijolo de oito furos
--	---	---------------------------------------	--

Revestimentos utilizados nas alvenarias:

☐ Barro convencional	☐ Barro-branco	☒ Argamassa, cal e areia	☒ Ladrilho/cerâmica	☐ Sem revestimento
Estado de conservação das alvenarias:	☒ Bom	☐ Ruim	☐ Precário	☐ Não existe

Tipos de esquadrias:

☒ Ficha	☐ Veneziana	☐ Vidro	☐ Metálica	☐ Inexistente
Estado de conservação das esquadrias:	☒ Bom	☐ Regular	☐ Ruim	☐ Precário

Técnica construtiva empregada no piso:

☐ Piso cimentício vermelho	☒ Piso cimentício verde	☐ Chão batido	☒ Ladrilho/cerâmica
Estado de conservação do piso:	☒ Bom	☐ Regular	☐ Ruim

Técnica construtiva empregada na cobertura:

☐ Telha cerâmica artesanal	☒ Telha cerâmica manufat.	☐ Madeira natural	☒ Madeira industrializada
Estado de conservação da cobertura:	☒ Bom	☐ Regular	☐ Ruim
☐ Com forro	☒ Sem forro	Se sim, qual:	
Estado de conservação do forro:	☐ Bom	☐ Regular	☒ Ruim

Houve mudança no uso ou na tipologia da planta original ao longo do tempo? Se sim, quais? Observações ou relatos relevantes. A residência foi construída inicialmente com apenas dois vãos. Posteriormente, foi acrescentado um terceiro vão. A área de serviço foi construída posteriormente, juntamente com a adição dos banheiros. Em algumas partes da casa, como nos banheiros, lavanderia de alvenaria e no fogão a lenha, foi aplicado revestimento cerâmico.

IMAGENS

TODAS AS IMAGENS SÃO DO ACERVO DA AUTORA (2025)

FACHADA FRONTAL



FACHADA POSTERIOR



FACHADA DIREITA



FACHADA ESQUERDA



COBERTURA E PISO



ALVENARIA E ESQUADRIAS



AMBIENTES



Sala



Quarto 02



Salinha



Cozinha



Área de serviço



Quarto 03



Quarto 04

OUTRAS IMAGENS



UNIVERSIDADE FEDERAL UFERSA RURAL DO SEMI-ÁRIDO		UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA Departamento de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas Curso de Arquitetura e Urbanismo Trabalho de Conclusão de Curso – Antonia Catarina Ferreira Bobô			
INVENTÁRIO DAS RESIDÊNCIAS DO SÍTIO LAGOA DE DENTRO- DOUTOR SEVERIANO/RN					
Ficha: 05		Casa: 5	Residência Isolada: Sim	☒ Não	Residência Térrea
					Data: 06 /11 /2025
LEVANTAMENTO ESPACIAL DA RESIDENCIA					
Localização da Residência			Croqui/levantamento arquitetônico		
CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA					
☒ Tipo A - Casa Simples (Um ou dois Vãos)		Tipo B - Casa Linear com três Vãos		Tipo C-Casa com Sótão	
Cumeeira paralela à via		☒ Cumeeira perpendicular à via			
COORDENADAS GEOGRAFICAS					
Latitude: 38°25'57"W		Longitude: 6°08'14"S		Altitude: 641,92 m	
DADOS GERAIS					
Proprietário: Francisco Nonato			Década de construção: 1940		
Provável primeiro morador: José Tomáz			Uso atual: Depósito/Armazém		
Estado de conservação global:		Bom	☒ Ruim	Precário	
Área: 36,5 m²	Alt. da cumeeira: 3,50m	Pé direito: 2,00 m		Esp. média das paredes: 30 cm	
Técnica construtiva empregada nas alvenarias:					
☒ Tijolo maciço cozido		☒ Adobe		Taipa de mão	Tijolo de oito furos
Revestimentos utilizados nas alvenarias:					
Barro convencional	☒ Barro-branco	Argamassa, cal e areia		Ladrilho/cerâmica	☒ Sem revestimento
Estado de conservação das alvenarias:		Bom	Ruim	☒ Precário	Não existe
Tipos de esquadrias:					
☒ Ficha		Veneziana		Vidro	Metálica
Estado de conservação das esquadrias:		Bom	Regular	Ruim	☒ Precário
Técnica construtiva empregada no piso:					
Piso cimentício vermelho		Piso cimentício verde		☒ Chão batido	Ladrilho/cerâmica
Estado de conservação do piso:		Bom	☒ Regular	Ruim	Precário
Técnica construtiva empregada na cobertura:					
☒ Telha cerâmica artesanal		☒ Telha cerâmica manufat.		☒ Madeira natural	☒ Madeira industrializada
Estado de conservação da cobertura:		Bom	Regular	☒ Ruim	Inexistente
Com forro		☒ Sem forro		Se sim, qual:	
Estado de conservação do forro:		Bom	Regular	Ruim	☒ Inexistente
Houve mudança no uso ou na tipologia da planta original ao longo do tempo? Se sim, quais? Observações ou relatos relevantes. A edificação conserva sua tipologia original, tendo passado apenas por pequenas intervenções, como a substituição de madeiras do telhado e das portas frontal e posterior. No geral, mantém seus elementos construtivos originais. Destaca-se que a casa, com apenas dois vãos, foi construída para abrigar uma família de oito pessoas.					

IMAGENS

TODAS AS IMAGENS SÃO DO ACERVO DA AUTORA (2025)

FACHADA FRONTAL



FACHADA POSTERIOR



FACHADA DIREITA



FACHADA ESQUERDA



COBERTURA E PISO



ALVENARIA E ESQUADRIAS



AMBIENTES



Sala e Cozinha

Quarto

OUTRAS IMAGENS



UNIVERSIDADE FEDERAL UFERSA RURAL DO SEMI-ÁRIDO		UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA Departamento de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas Curso de Arquitetura e Urbanismo Trabalho de Conclusão de Curso – Antonia Catarina Ferreira Bobô							
INVENTÁRIO DAS RESIDÊNCIAS DO SÍTIO LAGOA DE DENTRO- DOUTOR SEVERIANO/RN									
Ficha: 06		Casa: 6		Residência Isolada: Sim		Não ☒ Residência Térrea		Data: 06 /11 /2025	
LEVANTAMENTO ESPACIAL DA RESIDENCIA									
Localização da Residência				Croqui/levantamento arquitetônico					
CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA									
☒ Tipo A - Casa Simples (Um ou dois Vãos)				Tipo B - Casa Linear com três Vãos		Tipo C - Casa com Sótão			
Cumeeira paralela à via				☒ Cumeeira perpendicular à via					
COORDENADAS GEOGRAFICAS									
Latitude: 38°26'15"W		Longitude: 6°08'13"S			Altitude: 697,34 m				
DADOS GERAIS									
Proprietário: Maria Cleonice Alves				Década de construção: 1940					
Provável primeiro morador: Francisco das Chagas Queiroz				Uso atual: Residencial					
Estado de conservação global:		☒ Bom		Ruim		Precário			
Area: 73,50 m²		Alt. da cumeeira: 3,85 m		Pé direito: 2,00 m		Esp. média das paredes: 30 cm			
Técnica construtiva empregada nas alvenarias:									
☒ Tijolo maciço cozido		☒ Adobe		Taipa de mão		☒ Tijolo de oito furos			
Revestimentos utilizados nas alvenarias:									
Barro convencional		Barro-branco		☒ Argamassa, cal e areia		Ladrilho/cerâmica		☒ Sem revestimento	
Estado de conservação das alvenarias:		☒ Bom		Ruim		Precário		Não existe	
Tipos de esquadrias:									
☒ Ficha		Veneziana		Vidro		Metálica		Inexistente	
Estado de conservação das esquadrias:		☒ Bom		Regular		Ruim		Precário	
Técnica construtiva empregada no piso:									
Piso cimentício vermelho		☒ Piso cimentício verde		☒ Chão batido		Ladrilho/cerâmica			
Estado de conservação do piso:		☒ Bom		Regular		Ruim		Precário	
Técnica construtiva empregada na cobertura:									
Telha cerâmica artesanal		☒ Telha cerâmica manufat.		Madeira natural		☒ Madeira industrializada			
Estado de conservação da cobertura:		☒ Bom		Regular		Ruim		Inexistente	
Com forro		☒ Sem forro		Se sim, qual:					
Estado de conservação do forro:		Bom		Regular		Ruim		☒ Inexistente	
Houve mudança no uso ou na tipologia da planta original ao longo do tempo? Se sim, quais? Observações ou relatos relevantes. A residência foi inicialmente construída com um único vão, posteriormente, recebeu um segundo vão frontal, destinado à sala e a um quarto. É a única edificação habitada da comunidade que ainda preserva o piso de chão batido e paredes internas sem revestimento; as demais com essas características estão desocupadas.									

IMAGENS

TODAS AS IMAGENS SÃO DO ACERVO DA AUTORA (2025)

FACHADA FRONTAL



FACHADA POSTERIOR



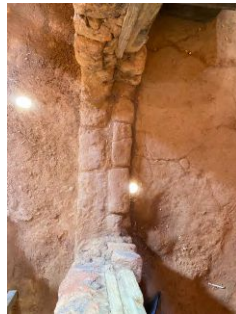
FACHADA DIREITA



FACHADA ESQUERDA



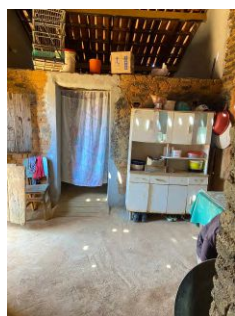
COBERTURA E PISO



ALVENARIA E ESQUADRIAS



AMBIENTES



Sala de estar

Quarto 01

Quarto 02

Vista pro quarto 02

Salinha

Cozinha

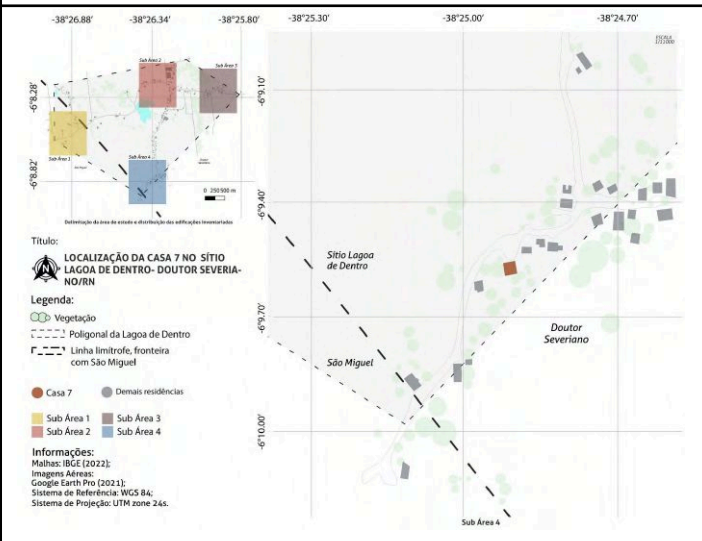
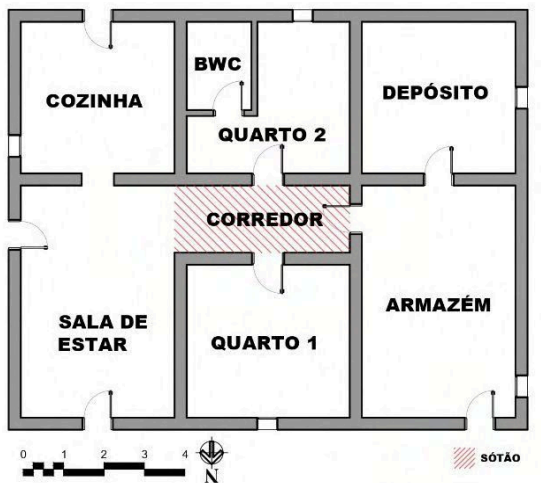
OUTRAS IMAGENS



INVENTÁRIO DAS RESIDÊNCIAS DO SÍTIO LAGOA DE DENTRO- DOUTOR SEVERIANO/RN

Ficha: 07	Casa: 7	Residência Isolada: Sim	☒ Não	Residência Térrea	Data: 06 /11 /2025
-----------	---------	-------------------------	---	-------------------	--------------------

LEVANTAMENTO ESPACIAL DA RESIDENCIA

Localização da Residência 	Croqui/levantamento arquitetônico 
---	---

CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA

☐ Tipo A - Casa Simples (Um ou dois Vãos)	☐ Tipo B - Casa Linear com três Vãos	☒ Tipo C - Casa com Sótão
☒ Cumeeira paralela à via	☐ Cumeeira perpendicular à via	

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

Latitude: 38°26'24"W	Longitude: 6°08'46"S	Altitude: 670,69 m
----------------------	----------------------	--------------------

DADOS GERAIS

Proprietário: Adelson Lopes Peixoto		Década de construção: 1940	
Provável primeiro morador: João Sérgio		Uso atual: Residencial	
Estado de conservação global:	☒ Bom	☐ Ruim	☐ Precário
Area: 122,05 m²	Alt. da cumeeira: 4,00 m	Pé direito: 2,60 m	Esp. média das paredes: 30 cm

Técnica construtiva empregada nas alvenarias:

☒ Tijolo maciço cozido	☒ Adobe	☐ Taipa de mão	☒ Tijolo de oito furos
--	---	---------------------------------------	--

Revestimentos utilizados nas alvenarias:

☐ Barro convencional	☐ Barro-branco	☒ Argamassa, cal e areia	☐ Ladrilho/cerâmica	☐ Sem revestimento
---	---------------------------------------	--	--	---

Estado de conservação das alvenarias:	☒ Bom	☐ Ruim	☐ Precário	☐ Não existe
---------------------------------------	---	-------------------------------	-----------------------------------	-------------------------------------

Tipos de esquadrias:

☒ Ficha	☒ Veneziana	☐ Vidro	☐ Metálica	☐ Inexistente
---	---	--------------------------------	-----------------------------------	--------------------------------------

Estado de conservação das esquadrias:	☒ Bom	☐ Regular	☐ Ruim	☐ Precário
---------------------------------------	---	----------------------------------	-------------------------------	-----------------------------------

Técnica construtiva empregada no piso:

☐ Piso cimentício vermelho	☒ Piso cimentício verde	☐ Chão batido	☒ Ladrilho/cerâmica
---	---	--------------------------------------	---

Estado de conservação do piso:	☒ Bom	☐ Regular	☐ Ruim	☐ Precário
--------------------------------	---	----------------------------------	-------------------------------	-----------------------------------

Técnica construtiva empregada na cobertura:

☐ Telha cerâmica artesanal	☒ Telha cerâmica manufat.	☒ Madeira natural	☒ Madeira industrializada
---	---	---	---

Estado de conservação da cobertura:	☒ Bom	☐ Regular	☐ Ruim	☐ Inexistente
-------------------------------------	---	----------------------------------	-------------------------------	--------------------------------------

☐ Com forro	☒ Sem forro	Se sim, qual:		
------------------------------------	---	---------------	--	--

Estado de conservação do forro:	☐ Bom	☐ Regular	☐ Ruim	☒ Inexistente
---------------------------------	------------------------------	----------------------------------	-------------------------------	---

Houve mudança no uso ou na tipologia da planta original ao longo do tempo? Se sim, quais? Observações ou relatos relevantes. A residência mantém sua configuração original, tendo sido acrescentado apenas um banheiro no quarto. Houve mudança no uso interno: o quarto próximo à sala tornou-se cozinha e a antiga cozinha passou a servir como depósito. O caixão de farinha foi removido, restando apenas parte da estrutura de madeira do sótão que sustenta a caixa d'água. Toda a casa recebeu piso cerâmico.

IMAGENS

TODAS AS IMAGENS SÃO DO ACERVO DA AUTORA (2025)

FACHADA FRONTAL



FACHADA POSTERIOR



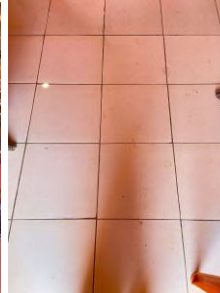
FACHADA DIREITA



FACHADA ESQUERDA



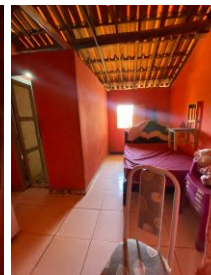
COBERTURA E PISO



ALVENARIA E ESQUADRIAS



AMBIENTES



Sala de estar

Corredor

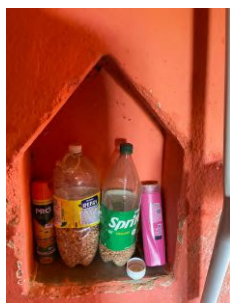
Cozinha

Quarto 01

Quarto 02

Banheiro

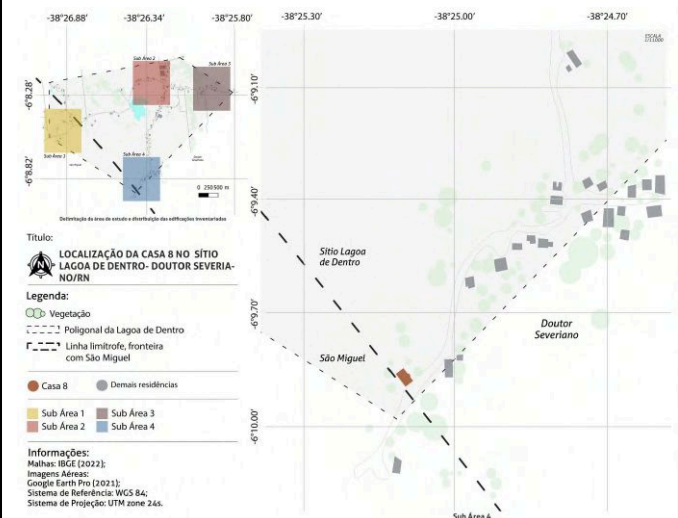
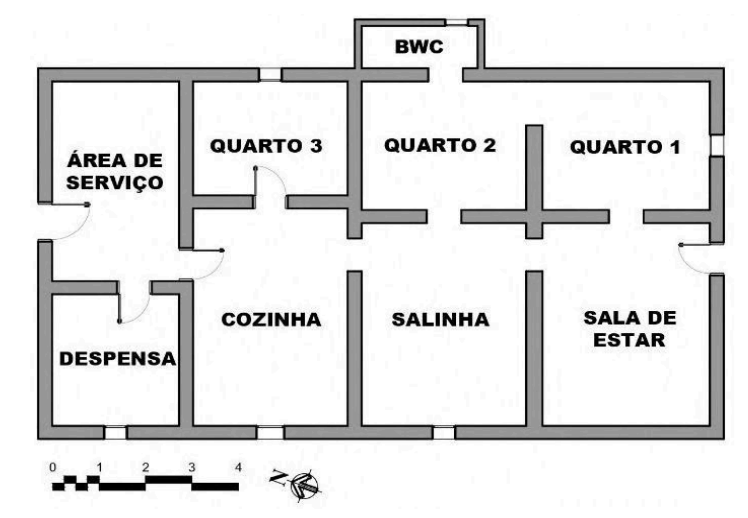
OUTRAS IMAGENS



INVENTÁRIO DAS RESIDÊNCIAS DO SÍTIO LAGOA DE DENTRO- DOUTOR SEVERIANO/RN

Ficha: 08	Casa: 8	Residência Isolada: Sim	☒ Não	Residência Térrea	Data: 06 /11 /2025
-----------	---------	-------------------------	---	-------------------	--------------------

LEVANTAMENTO ESPACIAL DA RESIDENCIA

Localização da Residência 	Croqui/levantamento arquitetônico 
---	---

CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA

☐ Tipo A - Casa Simples (Um ou dois Vãos)	☒ Tipo B - Casa Linear com três Vãos	☐ Tipo C - Casa com Sótão
☐ Cumeeira paralela à via	☒ Cumeeira perpendicular à via	

COORDENADAS GEOGRAFICAS

Latitude: 38°26'27"W	Longitude: 6°08'50"S	Altitude: 665,35 m
----------------------	----------------------	--------------------

DADOS GERAIS

Proprietário: José Cândido da Silva	Década de construção: 1960		
Provável primeiro morador: José Cândido da Silva	Uso atual: Depósito/Armazém		
Estado de conservação global:	☒ Bom	☐ Ruim	☐ Precário
Area: 115,09 m²	Alt. da cumeeira: 3,70 m	Pé direito: 2,00 m	Esp. média das paredes: 25 cm

Técnica construtiva empregada nas alvenarias:

☒ Tijolo maciço cozido	☒ Adobe	☐ Taipa de mão	☒ Tijolo de oito furos
--	---	---------------------------------------	--

Revestimentos utilizados nas alvenarias:

☒ Barro convencional	☒ Barro-branco	☒ Argamassa, cal e areia	☐ Ladrilho/cerâmica	☒ Sem revestimento
Estado de conservação das alvenarias:	☒ Bom	☐ Ruim	☐ Precário	☐ Não existe

Tipos de esquadrias:

☒ Ficha	☒ Veneziana	☐ Vidro	☐ Metálica	☐ Inexistente
Estado de conservação das esquadrias:	☐ Bom	☒ Regular	☐ Ruim	☐ Precário

Técnica construtiva empregada no piso:

☐ Piso cimentício vermelho	☒ Piso cimentício verde	☐ Chão batido	☒ Ladrilho/cerâmica	
Estado de conservação do piso:	☒ Bom	☐ Regular	☐ Ruim	☐ Precário

Técnica construtiva empregada na cobertura:

☐ Telha cerâmica artesanal	☒ Telha cerâmica manufat.	☒ Madeira natural	☒ Madeira industrializada	
Estado de conservação da cobertura:	☐ Bom	☒ Regular	☐ Ruim	☐ Inexistente

☒ Com forro	☐ Sem forro	Se sim, qual: Gesso liso, nos quartos 01 e 02.
---	------------------------------------	--

Estado de conservação do forro:	☐ Bom	☐ Regular	☒ Ruim	☐ Inexistente
---------------------------------	------------------------------	----------------------------------	--	--------------------------------------

Houve mudança no uso ou na tipologia da planta original ao longo do tempo? Se sim, quais? Observações ou relatos relevantes. A residência foi inicialmente construída com dois vãos, depois, foram acrescentados dois vãos frontais. As principais intervenções incluem a implantação do banheiro, a reforma da área de serviço em cimento e a instalação de forro de gesso nos dormitórios. É a unidade com maior diversidade de revestimentos, evidenciando modificações contínuas ao longo do tempo.

IMAGENS

TODAS AS IMAGENS SÃO DO ACERVO DA AUTORA (2025)

FACHADA FRONTAL



FACHADA POSTERIOR



FACHADA DIREITA



FACHADA ESQUERDA



COBERTURA E PISO



ALVENARIA E ESQUADRIAS



AMBIENTES



Sala de estar

Quarto 01

Salinha

Quarto 02

Quarto 03

Cozinha

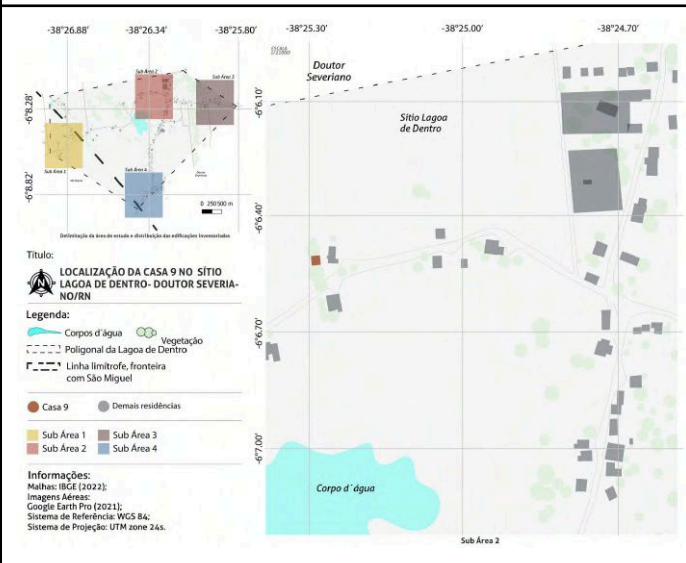
Depósito

OUTRAS IMAGENS



INVENTÁRIO DAS RESIDÊNCIAS DO SÍTIO LAGOA DE DENTRO- DOUTOR SEVERIANO/RN

Ficha: 09	Casa: 9	Residência Isolada: Sim	☒ Não	Residência Térrea	Data: 17 /11 /2025
-----------	---------	-------------------------	---	-------------------	--------------------

LEVANTAMENTO ESPACIAL DA RESIDENCIA	
Localização da Residência	Croqui/levantamento arquitetônico
	

CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA		
☒ Tipo A - Casa Simples (Um ou dois Vãos)	☐ Tipo B - Casa Linear com três Vãos	☐ Tipo C- Casa com Sótão
☐ Cumeeira paralela à via	☒ Cumeeira perpendicular à via	

COORDENADAS GEOGRAFICAS		
Latitude: 38°26'26"W	Longitude: 6°08'11"S	Altitude: 679,6 m

DADOS GERAIS										
Proprietário: Maria Elídia de Melo						Década de construção: 1980				
Provável primeiro morador: Antônia Maria de Jesus						Uso atual: Depósito/Armazém				
Estado de conservação global:			☐ Bom	☒ Ruim	☐ Precário					
Área: 29,95 m²		Alt. da cumeeira: 2,60 m		Pé direito: 1,90 m		Esp. média das paredes: 20 cm				
Técnica construtiva empregada nas alvenarias:										
☐	Tijolo maciço cozido			☐ Adobe		☒	Taipa de mão		☐ Tijolo de oito furos	
Revestimentos utilizados nas alvenarias:										
☒	Barro convencional		☐ Branco-branco	☐ Argamassa, cal e areia			☐ Ladrilho/cerâmica		☐ Sem revestimento	
Estado de conservação das alvenarias:			☐ Bom	☒ Ruim	☐ Precário			☐ Não existe		
Tipos de esquadrias:										
☒	Ficha		☐ Veneziana	☐ Vidro			☐ Metálica		☐ Inexistente	
Estado de conservação das esquadrias:			☐ Bom	☒ Regular	☐ Ruim			☐ Precário		
Técnica construtiva empregada no piso:										
☐	Piso cimentício vermelho			☒	Piso cimentício verde			☐ Chão batido		☐ Ladrilho/cerâmica
Estado de conservação do piso:			☒ Bom	☐ Regular			☐ Ruim		☐ Precário	
Técnica construtiva empregada na cobertura:										
☒	Telha cerâmica artesanal			☐ Telha cerâmica manufat.			☒	Madeira natural		☐ Madeira industrializada
Estado de conservação da cobertura:			☐ Bom	☐ Regular			☒	Ruim		☐ Inexistente
☐	Com forro		☒	Sem forro		Se sim, qual:				
Estado de conservação do forro:			☐ Bom	☐ Regular			☐ Ruim		☒	Inexistente

Houve mudança no uso ou na tipologia da planta original ao longo do tempo? Se sim, quais? Observações ou relatos relevantes. **Única edificação em taipa ainda existente na comunidade, a residência preserva a estrutura de madeira e o telhado original. O piso de barro foi cimentado, e as paredes receberam preenchimentos na trama estrutural com barro, devido ao desgaste natural do barro ao longo do tempo.**

IMAGENS

TODAS AS IMAGENS SÃO DO ACERVO DA AUTORA (2025)

FACHADA FRONTAL



FACHADA POSTERIOR



FACHADA DIREITA



FACHADA ESQUERDA



COBERTURA E PISO



ALVENARIA E ESQUADRIAS



AMBIENTES



Sala de estar

Cozinha

Quarto

OUTRAS IMAGENS



INVENTÁRIO DAS RESIDÊNCIAS DO SÍTIO LAGOA DE DENTRO- DOUTOR SEVERIANO/RN

Ficha: 10	Casa: 10	Residência Isolada: Sim	☒ Não	Residência Térrea	Data: 30 /10 /2025
-----------	----------	-------------------------	---	-------------------	--------------------

LEVANTAMENTO ESPACIAL DA RESIDENCIA

Localização da Residência

Croqui/levantamento arquitetônico

CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA

☐ Tipo A - Casa Simples (Um ou dois Vãos)	☐ Tipo B - Casa Linear com três Vãos	☒ Tipo C- Casa com Sótão
☐ Cumeeira paralela à via	☒ Cumeeira perpendicular à via	

COORDENADAS GEOGRAFICAS

Latitude: 38°26'26"W	Longitude: 6°08'11"S	Altitude: 680,63 m
----------------------	----------------------	--------------------

DADOS GERAIS

Proprietário: Maria Elídia de Melo	Década de construção: 1930			
Provável primeiro morador: Miguel Rodrigues	Uso atual: Residencial			
Estado de conservação global:	☒ Bom	☐ Ruim	☐ Precário	
Area: 148,40 m²	Alt. da cumeeira: 4,50 m	Pé direito: 2,70 m	Esp. média das paredes: 0,40 cm	
Técnica construtiva empregada nas alvenarias:				
☒ Tijolo maciço cozido	☒ Adobe	☐ Taipa de mão	☒ Tijolo de oito furos	
Revestimentos utilizados nas alvenarias:				
☐ Barro convencional	☒ Barro-branco	☒ Argamassa, cal e areia	☐ Ladrilho/cerâmica	☐ Sem revestimento
Estado de conservação das alvenarias:	☒ Bom	☐ Ruim	☐ Precário	☐ Não existe
Tipos de esquadrias:				
☒ Fica	☒ Veneziana	☐ Vidro	☐ Metálica	☐ Inexistente
Estado de conservação das esquadrias:	☒ Bom	☐ Regular	☐ Ruim	☐ Precário
Técnica construtiva empregada no piso:				
☐ Piso cimentício vermelho	☒ Piso cimentício verde	☐ Chão batido	☒ Ladrilho/cerâmica	
Estado de conservação do piso:	☒ Bom	☐ Regular	☐ Ruim	☐ Precário
Técnica construtiva empregada na cobertura:				
☐ Telha cerâmica artesanal	☒ Telha cerâmica manufat.	☒ Madeira natural	☒ Madeira industrializada	
Estado de conservação da cobertura:	☒ Bom	☐ Regular	☐ Ruim	☐ Inexistente
☒ Com forro	☐ Sem forro	Se sim, qual: Gesso liso nos quartos 2 e 4.		
Estado de conservação do forro:	☒ Bom	☐ Regular	☐ Ruim	☐ Inexistente

Houve mudança no uso ou na tipologia da planta original ao longo do tempo? Se sim, quais? Observações ou relatos relevantes. A residência permanece com o mesmo número de vãos desde sua construção. A única reforma significativa foi o acréscimo do banheiro para o interior da casa. A cobertura da cozinha foi completamente substituída, e o revestimento cerâmico e o forro foram adicionados recentemente.

IMAGENS

TODAS AS IMAGENS SÃO DO ACERVO DA AUTORA (2025)

FACHADA FRONTAL



FACHADA POSTERIOR



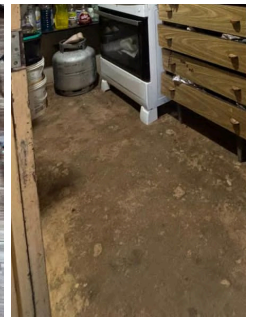
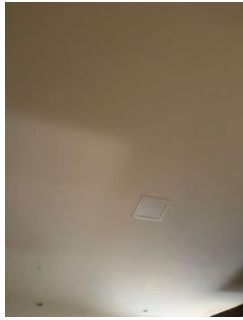
FACHADA DIREITA



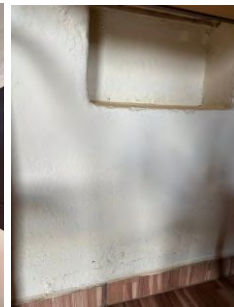
FACHADA ESQUERDA



COBERTURA E PISO



ALVENARIA E ESQUADRIAS



AMBIENTES



Sala de estar

Quarto 01

Quarto 02

Salinha

Cozinha

Despensa

OUTRAS IMAGENS

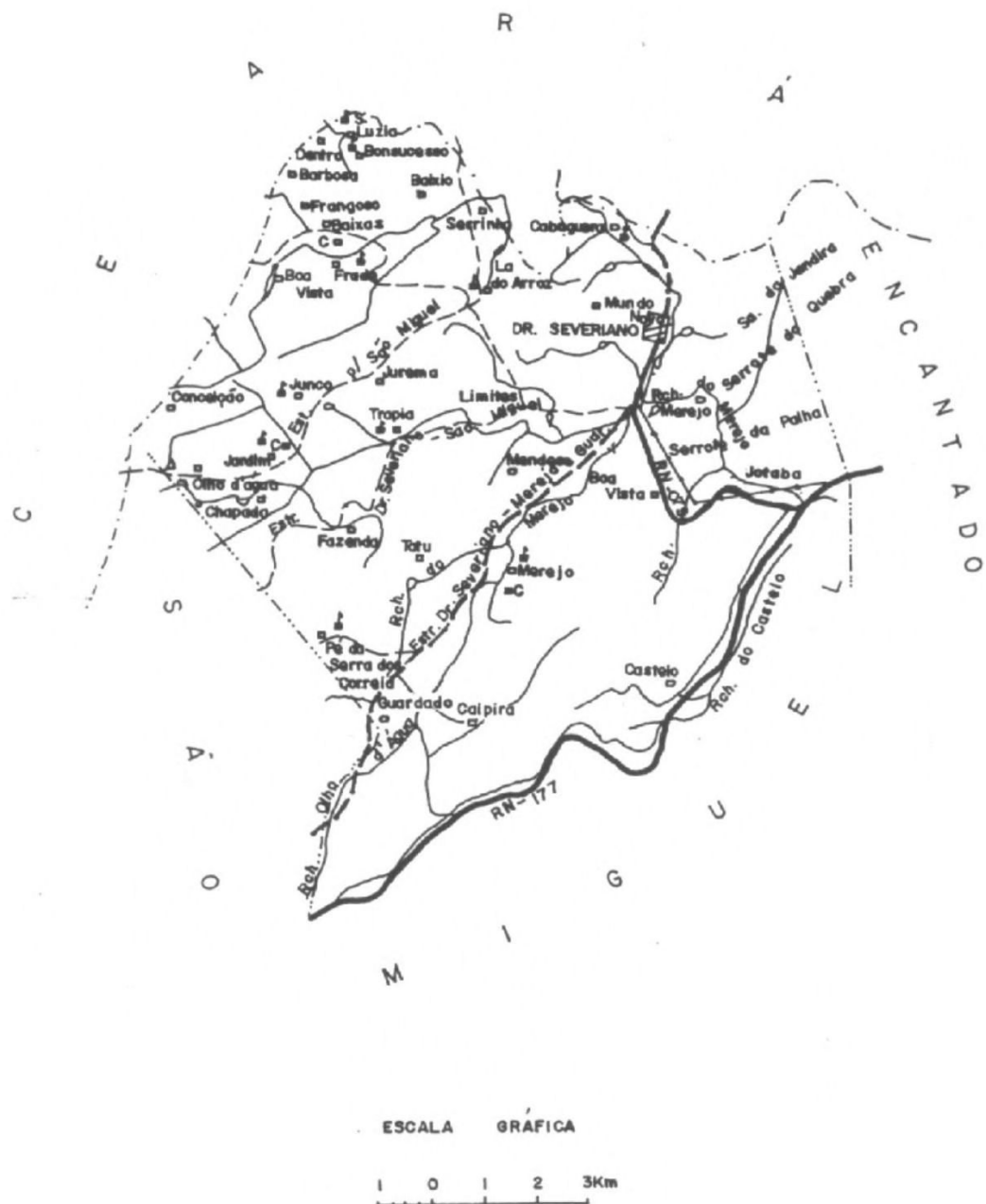


APÊNDICE H – ACESSO AOS MAPAS

Para acessar todos os mapas de localização das residências inventariadas, bem como os demais mapas da comunidade desenvolvidos neste trabalho, em alta resolução, utilize o QR Code disponibilizado a seguir:



ANEXO A - MAPA DO MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO 1999 – IDEMA



ANEXO B - MAPA DO MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO, 2021, IBGE. ADPTADO PELA AUTORA, 2025.

